

ORGANIZAÇÃO

Mario Chagas

Sarah Braga

Nathália Lardosa

Luís Henrique Porto

museologia social

RELATÓRIO DA PESQUISA DIAGNÓSTICA DA

rede de

museologia social

do estado do

rio de janeiro



RELATÓRIO DA PESQUISA DIAGNÓSTICA DA

rede de

museologia social

do estado do

rio de janeiro

Copyright 2024^o Rede de Museologia Social do Estado do Rio de Janeiro
(Remus-RJ)

Revisão: Clarissa Penna

Projeto gráfico e diagramação: Marcia Mattos/Espirógrafo Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório da pesquisa diagnóstica da Rede de
Museologia Social do estado do Rio de Janeiro /
organização Mario Chagas...[et al.]. -- 1. ed. --
Rio de Janeiro : Espirógrafo Editorial :
Rede de Museologia Social do Estado
do Rio de Janeiro, 2024.

Vários autores.

Outros organizadores: Sarah Braga, Nathália
Lardosa, Luís Henrique Porto.

Bibliografia.

ISBN 978-85-68002-11-7

1. Museologia 2. Museus - Aspectos sociais
3. Museus - Coleções - Administração 4. Museus -
Rio de Janeiro (Estado) 5. Relatórios técnicos -
Manuais I. Chagas, Mario. II. Braga, Sarah.
III. Lardosa, Nathália. IV. Porto, Luís Henrique.

24-217610

CDD-069

Índices para catálogo sistemático:

1. Museus : Preservação da memória e cultura :
Museologia 069

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos desta edição estão reservados à
Espirógrafo Editorial



espirografo editorial
<http://espirografo.com.br>
espirografoeditorial@gmail.com

RELATÓRIO DA PESQUISA DIAGNÓSTICA DA

rede de

museologia social

**do estado do
rio de janeiro**

ORGANIZAÇÃO

Mario Chagas

Sarah Braga

Nathália Lardosa

Luís Henrique Porto

Sumário

Abertura	7
Museu de Arqueologia de Itaipu	13
Ecomuseu Ilha Grande	21
Associação Religiosa Di Esin	31
Ecomuseu Amigos do Rio Joana	37
Ecomuseu Rural de Barra Alegre	43
Grupo Diversidade de Niterói	57
Aldeia Guarani Mata Verde e Bonita	63
Ecomuseu Caceribú	77
Rede Fitovida	89
Grãos de Luz	95
Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense (Jongo de Pinheiral)	99
TV Maxabomba — Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP)	111
Clube Palmares	119
Museu da Maré	131
Museu Sankofa — Memória e história da Rocinha	137
Museu de Favela	143
Museu Vivo do São Bento	151
Ecomuseu de Sepetiba	165
Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento/Raízes de Gericinó	179
Museu do Horto	187
Cerro Corá Moradores em Movimento	195
Museu do Samba	201
Casa do Jongo	211
Museu das Remoções	217
Museu Marinheiro João Cândido	223
Considerações finais	227
Os autores	229

Abertura

A presente publicação existe como uma das ações da Rede de Museologia Social do Estado do Rio de Janeiro (Remus-RJ) e destina-se a apresentar os relatórios que são fruto da pesquisa diagnóstica realizada pela Remus-RJ nos anos de 2017-2018. Voltamos a esse material sete anos depois por entender sua pertinência e profundidade. Ainda que esteja situado em uma conjuntura político-social única, do seu tempo, encontramos relevância e atualidade em seu conteúdo.

A rede completou 10 anos de existência em 2023 e vem se fortalecendo através de entrelaçamentos cada vez mais fortes nessa década que atravessou, entre lutas, afetos, militância, política e poética.

Atualmente, a rede é formada por 35¹ iniciativas ancoradas na museologia social e se mantém ativa através de encontros mensais, realizados sempre em algum museu participante da rede. O encontro dura um dia inteiro e é dividido em dois momentos: um com atividades culturais apresentadas pelo museu e com visita pelo seu espaço sede; e outro com a reunião da rede como espaço de discussão política, de partilha entre os museus e de debates sobre política pública estadual e nacional, para a construção de ações coletivas da rede, como o diagnóstico aqui apresentado.

1 Número encontrado no último levantamento interno da rede, de acordo com as listas de presença dos encontros e atuações em atividades, porém não o consideramos um número fechado, pois a rede está aberta para novas iniciativas entrarem e as atuais saírem, de acordo com o seu desejo. Sendo assim, o número está em constante movimento, mas em contínuo crescimento.

O diagnóstico da rede remete aos seus anos iniciais, pois ele começou a ser pensado ainda em 2014 e 2015. Através dos encontros, percebeu-se a necessidade de um levantamento, não só dos grupos que formavam a rede, mas também das várias iniciativas espalhadas pelo estado do Rio de Janeiro que trabalhavam com a memória e a museologia social. Colocou-se como uma demanda importante conhecer de forma estruturada a realidade desses grupos, seus pontos fortes, seus pontos fracos, seu histórico e suas ações.

Estudantes, pesquisadores e professores sempre estiveram presentes na rede, estabelecendo diálogo com escolas e universidades. Dessa forma, a rede contou, desde seu início, com a presença de estudantes do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), dentre eles bolsistas do projeto de extensão intitulado Museologia e Turismo em Ação (Mutação), coordenado pelos professores doutores Mario Chagas e Camila Moraes, em uma parceria entre os cursos de Museologia e Turismo. Inicialmente, o projeto era uma colabora o da UNIRIO e o Museu de Favela (MUF) e, posteriormente, após a proximidade com a rede, decidiu-se por ampliar a parceria com outros museus sociais da cidade do Rio de Janeiro integrantes da rede — Museu Vivo do São Bento (Duque de Caxias), Museu Sankofa (Rocinha), Ecomuseu Nega Vilma (Santa Marta), Museu do Horto (Jardim Botânico — Horto), Museu da Maré (Maré), Museu de Favela (Pavão, Pavãozinho e Cantagalo) e Ecomuseu Amigos do Rio Joana (Andaraí). O projeto tinha como objetivo fortalecer os museus e o desenvolvimento de suas comunidades locais.

Para isso, foram organizadas diversas reuniões com a Remus-RJ. A partir desses encontros e conversas, percebeu-se que as demandas apontadas pela rede poderiam

ser trabalhadas pelos bolsistas do projeto de extensão. É importante ressaltar que esse projeto contava com recursos limitados, derivados de uma bolsa de extensão universitária, que não abarcavam todas as vontades e expectativas do coletivo. Gravar as entrevistas, visitar grupos em todo o estado do Rio de Janeiro, remunerar adequadamente os profissionais e criar um documentário já eram anseios da rede que não eram supridos através dessa parceria devido aos limites financeiros.

Em 2016, a rede foi contemplada com duas emendas parlamentares, uma do deputado federal Alessandro Molon e outra do deputado federal Chico Alencar. Ambas tinham como proponente o Museu Vivo do São Bento, museu social de Duque de Caxias e participante da Remus-RJ desde o seu início.

Ficou claro para os integrantes da rede que a pesquisa diagnóstica seria um ponto importante a ser inserido dentro do projeto financiado pela emenda do deputado federal Chico Alencar, por meio da qual ela poderia ser concretizada nos moldes em que foi sonhada.

Assim, a equipe participante do projeto selecionou 25 grupos de memória e/ou museologia social espalhados pelo território do estado do Rio de Janeiro para realizar a pesquisa diagnóstica. O desejo era diagnosticar um número maior de grupos, porém, devido aos recursos disponíveis, que eram limitados, foi definido esse número.

Para essa seleção, estabeleceu-se como critério a representação de cada região administrativa do estado do Rio de Janeiro e de temas como o trabalho com a memória de pescadores, indígenas, favelas, jongo, rezadeiras, erveiros, mulheres, LGBTQIAPN+ etc. Além disso, levaram-se em consideração os grupos que já faziam parte da Remus-RJ, indicações dos participantes e a consulta ao cadastro de pontos de memória e pontos de cultura.

Para esse projeto, foram contratados três profissionais através de edital público: uma coordenadora, um pesquisador articulador e uma pesquisadora produtora. A equipe ficou responsável por todas as etapas da pesquisa, em contato direto com o coletivo da rede para consulta sempre que necessário.

Sobre a metodologia do projeto, em um primeiro momento, foram realizadas pesquisas sobre as iniciativas. Após esse prévio conhecimento, foram agendadas entrevistas. Depois de aceitas as entrevistas, um formulário *on-line* foi enviado, para que fosse preenchido antes das visitas. No dia e horário combinados, as entrevistas foram realizadas e gravadas por uma equipe de audiovisual contratada para esse fim. No mesmo dia das entrevistas, também foram realizadas visitas aos espaços e percursos das iniciativas. Posteriormente, as entrevistas gravadas foram transcritas por um profissional contratado.

Optou-se pelo registro oral como metodologia, por ser uma forma importante para o trabalho em rede e para a prática da museologia social, porque os relatos se tornam mais ricos e ampliam-se as possibilidades de escuta.

A partir das visitas aos espaços, das entrevistas realizadas, da sua transcrição e dos formulários *on-line*, foi desenvolvido um relatório para cada grupo que foi visitado. Os relatórios foram escritos pela coordenadora do projeto, pela pesquisadora produtora e por uma voluntária — todas faziam parte da Remus-RJ. Esses relatórios são o material que compõem esta publicação.²

Os relatórios estão na versão final do projeto de 2017 e 2018, o mesmo entregue na prestação de contas, e está dividido em tópicos, são eles: resumo da iniciativa (onde

2 A autoria dos textos consta em cada relatório.

são apresentados o histórico, a criação e os contextos das iniciativas); pontos de diferenciação (atividades e histórias únicas daquele coletivo); características próprias daquele território (questões sobre o lugar físico onde a iniciativa atua e sobre como ele se reflete em sua história e suas práticas) e; algum fato curioso, único.

O trabalho tinha o objetivo de gerar contribuições, entre as quais se destacam: identificar necessidades específicas de cada grupo e, na medida do possível, buscar atendê-las; estimular a troca e o intercâmbio de saberes e fazeres entre as próprias iniciativas, potencializando a cooperação; produzir material útil para as atividades de pesquisa, divulgação e ensino; e realizar documentários audiovisuais por meio dos quais aspectos significativos das iniciativas e experiências serão registrados.³

É com grande satisfação que apresentamos este material, com a esperança de que ele contribua de maneira significativa para o cenário da museologia social não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil e no mundo. Este relatório reúne os trabalhos de diversos grupos dedicados à preservação da memória e à prática da museologia social, com o objetivo de transformar a realidade de suas comunidades e promover a construção de uma sociedade mais justa e equalitária. São eles: Clube Palmares, Ecomuseu Amigos do Rio Joana, Ecomuseu Caceribu, Ecomuseu da Ilha Grande, Ecomuseu de Sepetiba, Ecomuseu Rural, Grupo Diversidade Niterói, Grupo Indígena Guarani Aldeia da Mata Verde e Bonita, Itaperuna de Todos os Credos, Jongu da Serrinha, Jongu de Pinheiral, Museu Marinheiro João Cândido, Memórias

3 Um dos produtos dessa pesquisa foi o documentário *Redes de memória e resistência*, que pode ser acessado através do seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=_sc1xHROIL4&t=2s.

do Cerro Corá, Museu da Maré, Museu das Remoções, Museu de Arqueologia de Itaipu, Museu de Favela, Museu do Horto, Museu do Samba, Museu Sankofa História e Memória da Rocinha e Museu Vivo do São Bento, Nossa Gente Nossa Cultura AMPROAC, Ponto de Memória da TV Maxambomba da Baixada Fluminense, Raízes de Gericinó — Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento e Rede Fitovida (Casa da Memória).

Sarah Braga e Nathália Lardosa

Museu de Arqueologia de Itaipu

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

Sou sobrinho de pescador. [...] Isso aqui tá no sangue, é raiz, é gostar, é amar, entendeu? Com todas as dificuldades, a gente vai caminhando aí. A trancos e barrancos, vamos seguindo a luta, entendeu?

Robinho, pescador tradicional, na praia de Itaipu

O Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), situado nas antigas ruínas do Recolhimento de Mulheres Santa Teresa e a poucos metros da praia de Itaipu, na região oceânica de Niterói, no Rio de Janeiro, tem sua relação com os pescadores desde antes do tombamento do espaço pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1955, e da criação do museu, em 1977.

O pedido para tombamento das Ruínas veio dos pescadores que ali moravam, que continuaram lá estabelecidos mesmo após o tombamento. O pescador Jorge Nunes de Sousa, conhecido como Seu Chico, fala sobre como era a ocupação do terreno:

Esse espaço aqui onde a gente está, né, exatamente onde a gente está sentado... Aqui era uma sala, uma sala de uma família, que era da família de finado Nilo. [...] O Nilo era parente do meu avô, e a esposa dele era parente da minha avó. Então, eles são mais ou menos da mesma família. [...] A família de finado Nilo morava aqui, aqui onde está a oca. E, logo depois, vinha os quartos de pescaria, de Seu Bila e

um de Natalino, do outro lado, aonde está o escritório. [...] Não tinha nada a ver com o Museu... Era uma Ruínas que a gente habitava [...] da melhor maneira. O povo ficou ocupando isso aqui durante anos. Pelo menos eu vi, no mínimo aí, uns 18 anos, 20 anos. Foi quando virou museu. Na década de 1970 os pescadores e suas famílias foram expulsos do terreno sem indenização ou qualquer tipo de reparação, para a criação do museu. [...] Essa relação, ela era muito ruim com a gente, o museu, porque a gente tinha pouco conhecimento dos direitos. A gente tinha bastante conhecimento de outras coisas: de tempo, de mar, de peixe, de pescar, mas essa coisa do direito, a gente era muito carente nessa área. E a gente tinha medo do museu. Na verdade, of museu era uma coisa federal e que podia prender a gente a qualquer momento. E podia também expulsar a gente de qualquer lugar que a gente estava. Então, era uma relação muito ruim. E as pessoas que foram colocadas aqui pelo museu, até o zelador, né, eles eram muito arbitrários (Jorge Nunes de Sousa, Seu Chico).

Durante 30 anos o museu não fez praticamente nenhuma menção aos pescadores que viviam em seu entorno, mantendo essa relação de hostilidade descrita pelos pescadores. A partir de 2010, lentamente, o museu começa a desenvolver relação com os pescadores tradicionais.⁴ Mirela, pesquisadora e museóloga do MAI nos diz que:

Do meu ponto de vista, isso se deu especialmente pelo setor educativo, [...] que passou a fazer visitas, percursos pela área externa, e aí começou a ter outro laço, outras

4 Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524160778_ARQUIVO_ArtigoSimposioHistoriaOral-versaofinal.pdf.

relações com os pescadores, e a incorporar esse discurso no discurso da visita. [...] E nos últimos seis anos, mais ou menos seis, sete anos, com as mudanças de direção e tudo mais, a gente se aproximou mais ainda, e começamos a desenvolver trabalhos juntos. Então, hoje a gente [...] já fez exposições participativas, as reuniões da Resex, que é a Reserva Extrativista, que é uma conquista dos pescadores, acontece sempre aqui. [...] Fora outros eventos de pesca que acontecem, como a Marejada Cultural. Tem vários eventos que agora acontecem juntos (Mirela Leite).

Bárbara Primo, historiadora do museu, complementa:

E, com essa questão de uma certa dívida, né, de representá-los, né, a nossa exposição de longa duração, *Percursos do tempo*, ela é inaugurada em 2010 e ela tem uma vitrine dedicada à questão da comunidade, a pesca. É acanhado, [...] mas é uma primeira tentativa aí nessa virada dessa mudança de paradigma. E o museu, ao longo desses anos, ele tomou outras iniciativas. [...] A gente fez uma exposição participativa com fotos da década de 1960 e 1970 aqui em Itaipu. A gente fez várias rodas de conversa com a comunidade, eles escolheram as fotos que seriam expostas, nós construímos as legendas dessas imagens de maneira coletiva. [...] O acervo do museu é composto por uma coleção arqueológica que dialoga com o sítio arqueológico nos arredores da sede do museu, peças sobre a pescaria tradicional doadas por pescadores, fotografias e depoimentos.

Rogério, pescador, também relata: “E o Cambuci, pelo fato de ser um pescador que ainda detém desse material antigo, [...] ele colaborou muito, com esse acervo que aqui se encontra: as agulhas, canoas e algumas entrevistas que ele fez, relacionadas ao modo de pesca”.

Bárbara nos conta ainda como a diversidade de temas, patrimônios e acervos é trabalhada:

Ele tem a questão da arqueologia, que a gente viu no percurso, e é o tema principal até hoje da exposição do museu. Ainda mais com um sítio arqueológico que está há 200 metros da gente. O museu, ele também pretende dar conta das Ruínas, a questão do recolhimento, que, pra gente, ainda é uma grande lacuna, é carente ainda de pesquisas, inclusive de pesquisas de arqueologia histórica, mas, enfim, o museu é uma das frentes. E a questão do trabalho com a comunidade, que tem esse cunho um pouco mais etnográfico e que hoje talvez seja a nossa frente mais ativa. Então, tem esses três temas, que são temas... Enfim, cada um deles com uma série de desdobramentos. [...] Ainda nos desdobramentos dessa nova perspectiva em relação à comunidade tradicional no entorno do museu, o MAI, em parceria com a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, junto com os pescadores e suas famílias, vem realizando um inventário participativo. O inventário tem como objetivo a identificação dos patrimônios de determinada comunidade e a discussão dos diferentes sentidos que o bem cultural pode ter. No ano de 2017 foi realizada a primeira etapa do processo, que teve como produto o registro de 40 depoimentos, que serão incluídos no acervo do museu, e o livro *Inventário participativo: pessoas e memórias*, disponibilizado on-line. A partir de discussões, rodas de conversa e cursos promovidos pelo MAI, em parceria com os pescadores e com universidades que já atuavam na região, foi identificado como prioritário para a preservação das memórias locais um projeto de captação de histórias de vida. [...] Em Itaipu, as histórias de vida estão intimamente ligadas à ocupação do território, à formação das famílias e grupos de trabalho, ao desenvolvimento econômico e ao universo

sociocultural local. As histórias de vida em Itaipu também se relacionam diretamente com a trajetória do MAI, e não é possível pensar a instituição sem considerar o protagonismo dos pescadores no que diz respeito ao tombamento das ruínas de Santa Teresa, à criação do museu e à formação da coleção arqueológica.⁵

Bárbara completa falando sobre esse processo e sua importância para o museu:

[...] o inventário participativo. Eu acho que dá para dizer com tranquilidade que é a iniciativa de maior peso que o museu teve, de contato e de trabalho com a comunidade do entorno, de trazer realmente essa memória para dentro dos muros do museu e de fazê-los representados, de apropriação do espaço mesmo, que é deles. O público do MAI é formado, em sua maioria, por grupos escolares da região, que são recebidos com as visitas mediadas, pesquisadores e público espontâneo, além dos eventos realizados com participação da comunidade, que geram um grande movimento no museu.

Ainda, destaca-se a forma com que o museu realiza sua gestão, as relações dos técnicos do museu, influenciados e influenciadores das práticas descritas:

Só fazendo um complemento sobre a equipe: [...] Quando a gente entra na nossa sala — porque aqui no museu tem muitos espaços abertos, a maioria dos espaços abertos, e só uma sala —, dá para ver que as nossas mesas são todas juntas, e todo mundo participa de todas as decisões; não só

5 Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524160778_ARQUIVO_ArtigoSimposioHistoriaOral-versaofinal.pdf.

das decisões, mas das atividades. Então, por exemplo, se precisar de alguém para fazer visita, eu, que sou da museologia, faço visita, não é só o educativo, sabe? E a Bárbara também faz visita. Então, se precisa de alguém para fazer pesquisa ou conversar na escola, ou articular com a comunidade, ou participar de reuniões, todo mundo aqui está apto para fazer todas as coisas, o que é uma coisa muito boa, e eu acho que é uma conquista dessa equipe mesmo, mas também é uma contingência de equipe, a gente tem uma equipe muito reduzida. Então, é isso. E também é legal porque, no fim das contas, as decisões são todas partilhadas, embora a gente tenha uma direção, as decisões são sempre partilhadas (Mirela Leite).

Mirela termina nos contando seu desejo de que, no futuro, o museu possua uma gestão comunitária, que possa consolidar a relação entre a equipe técnica do museu, a comunidade e os pescadores como gestores desse museu:

Eu tenho um sonho (risos). Eu gostaria muito que este museu, um dia, tivesse uma gestão comunitária. Eu acho que ele merece, sabe? Ele merece e ele deve ter uma gestão comunitária, de alguma forma. [...] Eu tenho muito orgulho de fazer parte desta comunidade. Para mim, é isso. Para mim, o trabalho no museu me deu oportunidade de fazer parte da vida daqui. O museu não está descolado, não é “o museu” e “a vila”, sabe? A vila está aqui, a vila está ali atrás, a vila está no nosso entorno.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação:

A partir do momento que o museu começou a abrir suas portas e trazer a comunidade como protagonista e

narradora de sua própria história, podemos ver uma mudança de paradigma do museu e de suas estruturas, antes tradicionais e inflexíveis, que tinham como mais importante o patrimônio histórico instituído e seu passado arqueológico, um processo de democratização da fermenta museu que ainda se encontra em construção, com a necessidade de ainda mais avanços, que gerou mudanças importantes sobre como um museu público pode e deve atuar junto a sua comunidade, valorizando a memória e a narrativa de grupos silenciados pela história “oficial”.

As rodas de conversa, o espaço cedido para importantes reuniões, as atividades culturais realizadas em conjunto, o inventário participativo, tudo isso contribui para que o museu possa de fato preservar um patrimônio representativo não só da comunidade, mas da sociedade em geral, trazendo a comunidade como narradora de sua história.

Para isso acontecer, destaca-se a importância da memória, da memória individual e da história oral, e de sua preservação. Mirela relata que, durante o inventário participativo, essa foi uma das questões mais importantes levantadas:

A partir do inventário participativo, uma das coisas que foram elencadas como patrimônio é mesmo a memória, [...] a partir dessas memórias individuais, a construção de memórias coletivas. Isso ficou bem claro, inclusive, como uma indicação de que a primeira referência cultural a ser registrada no nosso inventário são as pessoas, são essas histórias de vida. Então, acho que eles têm bastante essa compreensão.

Bárbara completa falando um pouco mais desse processo e dos indivíduos envolvidos:

E eu acho que a liderança local aqui, ela é muito politizada. E, voltando um pouco àquela sua pesquisa de patrimônio, eu acho que eles têm plena ciência que a memória deles é algo que precisa ser valorizado. [...] E a questão da especulação imobiliária, que é uma grande questão aqui, é o grande refrão nas falas também. Eles precisam, todo o tempo, confirmar uma presença e um pertencimento a esse espaço. Então, eles têm plena ciência do quão necessária e premente é a preservação dessa memória. Então, eu acho que, nesse sentido, a museologia social tem um baita espaço aqui, né? Ainda bem!

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

O MAI é uma instituição cercada de diversidade, tanto cultural quanto natural. Em seu redor, a mata, o mar, os vestígios arqueológicos, as relações daí produzidas, as ocupações, a pesca tradicional, a luta contra a especulação imobiliária, todos esses fatores convertem o museu em um espaço com relações únicas que se entrelaçam e se mobilizam, produzindo diversas narrativas.

Algum fato curioso, único?

Destaca-se a relação entre os pescadores, antes ocupantes desse espaço, que foram expulsos e que hoje vêm restabelecendo suas relações com o museu:

Eu acho, para mim, isso ainda é muito inusitado. A história que o Seu Chico contou para vocês, [...] que este foi um espaço habitado por pescadores que foram expulsos daqui e depois têm que lidar com esse espaço que não é mais deles... [...] Como você constrói essa relação, né? [...] Como você tenta construir uma relação que é humana? (Bárbara).

Ecomuseu Ilha Grande

Luisa Calixto e Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

Fazer com que a comunidade seja protagonista das suas próprias memórias, histórias... E que a gente possa ajudar, ser um catalisador, ser um instrumento dessa transformação, [...] incentivar e guardar essas memórias.

Viviane Valença, museóloga e coordenadora do Museu do Cárcere

Muito antes de ser considerada um dos mais deslumbrantes pontos turísticos do estado do Rio de Janeiro, a Ilha Grande, em Angra dos Reis, era notoriamente conhecida pelo seu passado de violência. Durante cerca de 100 anos funcionou, onde hoje se localiza a comunidade de Vila Dois Rios, um grandioso complexo penitenciário chamado Instituto Penal Cândido Mendes, que foi finalmente desativado em 1994, sendo implodido no mês de abril. Conforme narra Gelson Rozentino, professor da UERJ e coordenador-geral do Ecomuseu Ilha Grande, esse processo se deu rodeado de conflitos internos e políticos:

Porque havia toda uma vila, uma comunidade, que dependia da prisão, porque eram trabalhadores desse presídio, que dependiam dos trabalhos dos presos do presídio, que dependiam daquilo que era o transporte feito pelo presídio, de tudo que existia no seu entorno e era fornecido por esse presídio, por esse sistema... E havia o conflito também

de grandes conglomerados turísticos que iriam se estabelecer aqui, que queriam instalar aqui um grande *resort*, um grande complexo hoteleiro. Então, todos esses conflitos estavam ali pressionando, né, no momento da desativação.

Com o complexo desativado, os moradores da comunidade ficaram “entregues à própria sorte”, sem nenhuma atenção do poder público. Buscando solucionar tais questões, foi entregue à UERJ um termo de cessão, e, em 1998, foi criado o Centro de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Ilha Grande (CEADS), que previa a criação de um museu. Gelson sinaliza: “A universidade poderia ter criado [...] um museu qualquer, mas não criou, resolveu criar um ecomuseu, um museu que tivesse um diálogo com a comunidade, que tivesse uma característica de incorporar a comunidade nesse processo de construção”.

Após muitos anos de pesquisa, estudo e maturação do projeto de um ecomuseu na ilha, coordenado pela professora Miriam Sepúlveda e com uma importante participação e contribuição de professores e de lideranças comunitárias de Vila Dois Rios e de Vila do Abraão, foi criado em 2007 o Ecomuseu Ilha Grande. Materializado de fato em 2009, com a inauguração do Museu do Cárcere, seu primeiro núcleo, conforme explica Gelson, até esse momento o ecomuseu fazia parte do CEADS e, a partir de então, ele “passa a ter uma autonomia dentro da universidade e passa a ser ligado [...] ao departamento cultural e à Sub-reitoria de Extensão e Cultura da universidade”. Quando o professor Ricardo Lima assume conjuntamente a coordenação do ecomuseu, promove mais uma etapa em sua reorganização, iniciando o processo de captação de recursos junto à Faperj, o que, por sua vez, possibilitou a reforma

e a construção dos espaços que hoje integram o ecomuseu, que conta com mais três núcleos: o Museu de Meio Ambiente, o Parque Botânico e um Centro Multimídia.

O primeiro núcleo do Ecomuseu, o Museu do Cárcere, foi criado voltando-se principalmente para a memória prisional e está instalado no prédio onde ficavam os guardas na época ativa do presídio. A exposição que marcou a inauguração do núcleo é intitulada *Cem anos de presídio na Ilha Grande*, que, conforme explica Gelson, tem por objetivo não apenas preservar a memória prisional, mas ser também um espaço “de pensar a desativação do presídio e o impacto dessa desativação, da sua implosão, na comunidade”. Outra exposição do museu tem como mote o “sistema penitenciário ontem e hoje” e busca retratar a “complexidade de lidar com o tema prisão no Rio de Janeiro e no Brasil”. Abordando temas como a infraestrutura das próprias instituições, família, trabalho e outros, a exposição busca se aprofundar na figura do preso enquanto figura humana, tentando desmistificar o senso comum do presidiário como a representação de todo o mal.

Além dessas, hoje o museu também abriga a exposição *Comida e cárcere*, que funciona na antiga padaria do complexo. Além de apresentar ao visitante a complexa logística necessária de compra, produção e plantio para alimentar todas as pessoas envolvidas na antiga penitenciária (presidiários, funcionários e suas famílias), também traz à tona a importância da alimentação nas questões prisionais:

Então, é um convite a pensar também um outro olhar sobre a prisão — muitas vezes esquecido —, ou seja, como os presos produziam seu alimento, como é que a prisão pensava essa necessidade de atender essa alimentação do preso, como eles consumiam isso... E também, no caso, as

brigas, as demandas de queixas, reclamações, denúncias, inclusive greves de fome para defender o direito a uma alimentação decente, que era obrigação do Estado cumprir e atender e que, muitas vezes, não era atendida. [...] Quase sempre uma rebelião começa por falta de comida, por uma comida em estado precário, comida estragada, vencida... Havia várias denúncias de fraude de compra de comida, de desvio de alimentos aqui.

O núcleo do Museu do Meio Ambiente está instalado em um prédio que data de 1830 e foi a sede de uma fazenda de cana-de-açúcar, posteriormente de café e outros cultivos. Comprada para a construção da colônia prisional, teve diferentes usos ao longo dos anos, como presídio feminino, almoxarifado, tipografia, oficina de carpintaria e até mesmo uma barbearia. Gelson explica que:

Hoje é um espaço de meio ambiente em que o ecomuseu busca apresentar a exposição da cultura caiçara, o que é importante referência cultural da nossa Ilha Grande. E em breve um outro espaço, que a gente pretende também iniciar as obras, para apresentar a diversidade ambiental sobre a baía da Ilha Grande, sobre a biodiversidade que nós temos aqui, tanto na parte terrestre quanto na parte do mar.

O núcleo Parque Botânico tem por objetivo contribuir para a preservação do “patrimônio florístico da Ilha Grande”. Um dos espaços mais simbólicos onde o parque atua é a ruína da lavanderia industrial do instituto penal, onde era lavada e passada toda a roupa do presídio e hoje serve como “casa de produção de mudas” nativas. Marcelo Castilho, biólogo do Parque Botânico, detalha a importância do parque na preservação das espécies da ilha:

O parque [...] tem como critério básico para inclusão de plantas que essa planta seja nativa. Ela tem que ser daqui da Ilha. [...] A ideia é organizá-las aqui, de forma a cumprir, a responder a questões históricas dela. Então, por exemplo, é... Uma madeira ou uma árvore, uma planta... Ela vem para o parque se ela estiver ameaçada em alguma lista de ameaça [...], ainda que seja uma ameaça local, ou então que essa planta tenha algum fator histórico importante: se ela participou de elementos da construção do presídio, [...] se ela teve alguma história importante na comunidade...

Por fim, o núcleo do Centro Multimídia é:

responsável por realizar pesquisa sistemática de matérias presentes na imprensa, em documentários e filmes já produzidos na Ilha Grande. Tem como objetivo contribuir para a historiografia — registro e memória — sobre o local, em termos de patrimônio, história e cultura, por meio das mídias digitais, garantindo ao cidadão o acesso à informação.

Jéssica Neves, trabalhadora do museu, hoje moradora de Vila Dois Rios e nascida na Vila de Provetá, relata a contribuição do trabalho do museu:

Eu digo que o ecomuseu, aqui, ele é persistente, ele é persistente. Porque eu sei que ele ainda vai alcançar muitas gerações que virão, muitas gerações ainda. E eu digo que o museu, ele tem, sim, um poder de transformar. O ecomuseu, ele transforma, porque a gente vê um passado tão pesado, um passado onde você vivia preso numa ilha... Hoje você tem livre acesso de sair, o livre acesso de você querer o melhor para a comunidade. [...] Um acesso, [...] sem aquele peso da prisão, sem aquele preso, aquela coisa toda

regrada. Hoje não, hoje a gente vê um lugar mais aberto, vê um lugar que tem futuro, o museu trazendo coisas diferentes para Dois Rios e, assim, criando nas nossas crianças o interesse de ser alguém melhor, o interesse de crescer, juntamente com o museu. Então, o museu, aqui, ele é persistente. É... Mudou muita coisa. Falo que o museu mudou muita coisa, trouxe muitas melhorias para o nosso lugar.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Além do trabalho dos núcleos, hoje o ecomuseu também atua em diferentes projetos. Os dois principais são o Ecomuseu Recicla e o Museólogas de Família, que trabalham diretamente com a comunidade, promovendo mudanças socioambientais tanto na Vila Dois Rios como em outras regiões da ilha, garantindo que a comunidade seja “sujeito do processo de conservação e desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande”. O projeto do Ecomuseu Recicla começou há cerca de dois anos, depois da instalação do ecomuseu na Vila, conforme narra Marilda Caiães, uma das principais artesãs em atividade. Através da arte-educadora do ecomuseu e de dois oficinairos, foi ministrado um curso aos moradores, que aprenderam a criar produtos artesanais a partir dos resíduos sólidos. Além de uma exposição itinerante, o reaproveitamento do lixo de Vila Dois Rios gera peças produzidas que são comercializadas pelos artesãos, difundindo meios de preservação ambiental e instrumentalizando a população local. Dona Marilda complementa: “gosto muito de transformar isso, que é um lixo horrível, que entope bueiro, que entope rios, e é o terceiro pior lixo do mundo! Então, eu gosto de tirar ele da rua e transformar eles em pequenas peças decorativas”. Por sua vez,

o projeto Museólogas de Família está em sua quarta edição e já foi executado em outras vilas da Ilha Grande. Conforme explica Viviane, começou com as museólogas e arte-educadoras que a antecederam:

[Elas] iniciaram esse processo de ir nas casas, nas residências dos moradores, e aí convidá-los para uma conversa, para uma roda de diálogo no qual a pessoa era convidada a trazer um objeto que representava algo importante para ele ou para a vida dele, e aí, nessa roda de conversa, a gente discutia um pouco sobre a questão do patrimônio, sobre essas memórias, sobre a questão da identidade deles... E aí vinham várias demandas, inclusive da própria vila.

Esses encontros têm por objetivo que o “museu esteja presente e ativo em todas as vilas da ilha” e contribuem para o conhecimento não só das demandas, mas também das múltiplas identidades locais.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

O Ecomuseu Ilha Grande carrega uma característica singular, que é o fato de ser um museu ligado a uma universidade estadual e, ao mesmo tempo, ter um trabalho ativo com a comunidade, o que foi o intuito desde a sua criação e vem sendo de fato executado. A todo momento e em todas as ações, o ecomuseu busca ressaltar e fortalecer esse vínculo com a comunidade, buscando trabalhos feitos “com” e “pela” população, e não apenas “para” ela. Segundo Viviane:

Quando a gente fala comunidade, está parecendo que a UERJ é uma e a comunidade da Vila Dois Rios é outra, mas, quando a gente pensa em comunidade, a gente está

dividindo ali os mesmos espaços, a gente está dividindo ali questões que perpassam todo mundo, memórias que são construídas e desconstruídas o tempo inteiro. [...] Então, são essas relações que fazem a gente ser um ecomuseu, se não, a gente não fazia sentido de estar aqui.

Do mesmo modo, o vínculo com a universidade atende também à demanda da pesquisa científica na região. Antes mesmo de o ecomuseu se instalar, o Centro de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Ilha Grande (CEADS) já mantinha um trabalho ativo na ilha e continua sendo o carro-chefe da ocupação da UERJ, sendo o campus Ilha Grande uma base avançada que objetiva “gerar, difundir e aplicar o conhecimento para a melhoria da qualidade do meio ambiente e da vida do ser humano”.

Algum fato curioso, único?

Viviane e Gelson contam sobre um morador da comunidade que representa o ecomuseu e a construção do seu trabalho na ilha. Júlio Almeida, popularmente conhecido como Seu Júlio de Dois Rios, faleceu no dia 08 de abril de 2018. A pesquisa diagnóstica visitou o ecomuseu apenas um mês antes, quando Seu Júlio já estava hospitalizado. Sua trajetória simboliza questões primordiais e de importantíssima reflexão, Gelson explica:

Por tudo que ele representa como imagem de um ex-preso, que teve uma trajetória de estar aqui desde 1958, neste presídio, com algumas passagens fora, mas ele se transformou de um homem violento num pai de família. Uma pessoa que aprendeu aqui a ler, a escrever, aprendeu artes, aprendeu música, aprendeu sobre plantas medicinais, aprendeu muita coisa sobre a vida, para além daquilo que

ele conhecia, como um mundo muito limitado de violência e tudo. É... Tanto é que, numa cidade prisional, que era formada por funcionários e familiares de funcionários, ele é o único ex-presos que mora aqui até hoje. Acho que é isso que a gente pensa como símbolo...

Viviane complementa:

Sem dúvida! E formou três... É... Os três filhos dele são vigilantes daqui. Trabalham aqui no museu, no CEADS. Então, aí prova o quanto ele também lutou para educar os seus filhos... Além de ele ter aprendido tudo isso, tem vários depoimentos... Quando a gente recebe grupos aqui, ele sempre fala que o museu realmente transformou a vida dele, que hoje ele é um outro homem. Então, quer dizer, é um questionamento. A gente pensa, inclusive, agora em maio, na Semana Nacional de Museus, inaugurar uma exposição, “Seu Júlio e assim sucessivamente”, porque é a frase que ele mais fala, [...] contando as histórias: “Vocês sabem, né? E assim sucessivamente”. Então, assim, pegou.

Nesse contexto, Viviane demonstra que é imprescindível compreender que faz parte do trabalho do ecomuseu desmitificar esse estigma do “ex-presidiário”, enxergando o trabalho do artesão, o amor do pai, suas falas e seus costumes, seus hábitos, sua figura humana:

As pessoas que vinham gravar documentários [...] com ele... Era sempre “O último preso da Ilha Grande”. Então, tinha muito essa marca dele. E aí a gente tentou trazer... A proposta é trazer um novo olhar do Seu Júlio. Infelizmente ele está doente, está no hospital, talvez não vá chegar a ver essa exposição, infelizmente, mas [...] a gente vai fazer, sim, essa homenagem, para ele e para a

família dele, que está aqui. Porque eu acho que a nossa proposta é essa, [...] sem dúvida, de preservar e de valorizar essas memórias. E ele é o nosso patrimônio vivo aqui da Vila Dois Rios, sem dúvida.

Associação Religiosa Di Esin

Luisa Calixto e Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

A Associação Religiosa Di Esin é um grupo de caráter religioso que surgiu a partir de uma iniciativa coletiva de “pessoas envolvidas com o bem-estar local”. Promovendo ações comunitárias, educativas e culturais, hoje o grupo atua na valorização da cultura afro-brasileira, com o objetivo de manter viva a história e a memória dessa cultura na região de Itaperuna, município do noroeste fluminense.

O trabalho da associação começou por volta de 1988, a partir de uma casa de candomblé que funciona até hoje. Sônia Uchôa, presidente da associação, conta como foi sua criação:

Nós tínhamos um problema social muito sério aqui na região: as pessoas procuravam a casa muito mais por problemas sociais do que realmente por problemas religiosos. E nós achamos que era necessário a gente ter um braço, uma forma que cuidasse dessa parte social, que não era a parte religiosa. Foi quando juntamos e resolvemos criar realmente a Di Esin, que seria uma associação ligada à casa de candomblé.

Na época, não existia nenhuma creche na região, então a associação promovia um rodízio de mães para tomar conta das crianças enquanto outras trabalhavam.

Essa foi a primeira ação da associação na localidade. Sônia também conta como a Di Esin começou o trabalho com a memória:

Primeiro, nós ganhamos uma dupla — eu vou chamar de atabaques —, que é o candongueiro e o tambu do caxambu. O que acontece: tinha uma pessoa de caxambu aqui, que era, inclusive, uma mãe de santo — lá pela região de Natividade —, que morreu e deixou esses elementos com o filho de santo dela, que, por acaso, saiu daqui e foi para Caxias. Lá ele montou o terreiro e ficou com os atabaques lá guardadinho[s], arrumadinho[s], aquela coisa. Não conseguiu desenvolver o caxambu. Quando ele ficou bem velho, [...] ele não tinha mais condição de preservar o bem, [...] aí mandou... E a gente, a partir daí, começou a ver a necessidade de realmente preservar determinadas coisas que, para a gente, é tão natural, tão nosso, que a gente não distinguia isso como uma importância de preservação.

Esse processo de conscientização sobre a necessidade de se preservar a memória e o desejo de saber quem e quantos eram levou a associação a desenvolver o projeto do Ponto de Cultura Itaperuna de Todos os Credos:

Porque nós não temos aqui nenhum documento sobre a nossa existência nesta região. [...] É uma região rural basicamente de rezadores, de parteiras, de chazinhos, de mezinhas... E é muito complicado você não saber quantos são. Ninguém faz isso. Nós temos aqui uma história contada pelo branco, nós não temos [...] uma história contada pelo negro. E isso sempre me incomodou muito.

Assim, desde 2010 a associação segue executando um trabalho de pesquisa e mapeamento de iniciativas de

religiões de matriz africana nos 13 municípios do noroeste fluminense. Sônia explica a continuidade do trabalho: “Embora o projeto tenha terminado — algo que foi exigido pelo contrato —, [...] a gente vai fazer isso permanentemente, porque ganhamos o equipamento e, de uma certa forma, a gente tem hoje pernas para continuar o trabalho”.

Parte das pesquisas deram origem a um documentário intitulado *Memórias da fé: sincretismo e resgate das religiões afro-brasileiras no noroeste fluminense* (2014), um dos ganhadores do Prêmio Afro-Fluminense de 2015, organizado pela Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. A construção do documentário diz muito sobre o modo do trabalho da associação:

Na verdade, nós pensamos muito no que a gente colocaria nesse documentário, porque não queria nada que expusesse as pessoas, que tirasse os véus religiosos. [...] Não gosto que façam comigo, não ia fazer com os outros. Então, nós tivemos muito cuidado com isso, [...] resolvemos fazer um que tivesse depoimentos. Aparecia o depoimento das pessoas do que era a religião para elas.

Hoje a associação mantém o trabalho social de acordo com as necessidades, conforme narra Sônia: “Aqui as atividades são meio mutantes. [...] Antigamente a gente tinha uma necessidade, hoje nós temos outra. Hoje a necessidade realmente é de empoderamento do grupo”. A associação promove oficinas, desde samba, culinária, até penteados afro. Sônia também esclarece que o objetivo atual da associação é expor o acervo afro-brasileiro coletado: “[...] expor esse acervo, expor, arrumar no sentido de expor, que as pessoas pudessem chegar, consultar e ver, principalmente ver, mesmo que passasse e olhasse, mas que visse, em todos os sentidos”.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O projeto de Ponto de Cultura Itaperuna de Todos os Credos consiste em um trabalho de pesquisa e mapeamento da presença e das expressões de religiões afro-brasileiras nos 13 municípios que compõem a região noroeste do estado do Rio de Janeiro. Além da identificação desses terreiros, casas, mães e pais de santos e rezadeiras, o projeto executa um trabalho minucioso de estudo da história afro-brasileira que contempla também os conhecimentos populares.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território:

Sônia explica que a região, por si, carrega características religiosas marcantes, ao passo que é uma região de terreiros, como conta: “Essa região aqui é uma região de terreiros. [...] Inclusive, essa rua principal ali, Benedito Nicolau, é em homenagem ao terreiro da Dona Cecília, ali embaixo, [...] o Benedito Nicolau era o marido dela. E aqui a gente tem uma região propícia a isso”. Também apresenta tradições e manifestações católicas muito fortes. Essa relação extremamente delicada faz com que o grupo busque se fortalecer, “no sentido de se valorizar, trabalhar autoestima, de melhorar a sua inserção na sociedade” (Sônia Uchôa).

Algum fato curioso, único?

Mesmo surgindo a partir de uma casa de candomblé, é possível observar que a fé e a religiosidade são pontos chave e, ao mesmo tempo, não são o enfoque da Associação Religiosa Di Esin. Como Sônia elucida, o grupo surgiu a partir da percepção dos problemas sociais de sua região,

e esse entendimento norteia o grupo em suas ações e projetos. Contudo é importante observar que o grupo também identifica questões sociais e culturais, como o apagamento da memória afro-brasileira, intimamente relacionadas às expressões religiosas:

Não tem mais nenhum acervo e ninguém conseguiu informar a gente sobre as pessoas ligadas à religião afro-brasileira. [...] A partir de Getúlio, década de trinta, houve um massacre dessas religiões aqui, um verdadeiro massacre, entendeu? Os capangas de Getúlio, aqui — eu nem sei se eram pagos ou não pagos —, entravam a cavalo nos terreiros, e era uma coisa horrível. Então, houve [...] uma migração muito grande para os interiores. Tudo muito escondido, tudo muito dentro de casa. Se você observar os terreiros aqui, geralmente a casa da pessoa responsável é na frente e tem um comodozinho atrás em que ela atende, que é escondido.

Ecomuseu Amigos do Rio Joana

Luisa Calixto e Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

O problema ambiental do lixo, comum a muitas comunidades cariocas, foi o que moveu Rosângela Tertuliano a iniciar suas pesquisas sobre a localidade em que morava e fundar o Ecomuseu Amigos do Rio Joana. Nascida e criada no Andaraí, a moradora via dia após dia a quantidade de lixo que era jogada dentro do rio em frente à sua casa. Quando chovia, todo o lixo descia e agravava a situação.

Então, isso foi me movendo. Aí eu falei: “Poxa, vou ver a história do rio. Deve ter algum nome”. Aí pesquisei. Aí vi que o rio se chamava rio Joana. Então, eu fui pesquisar a história. [...] Aí cheguei aos índios Tamoios, que [...] eram [o]s [primeiros] morador[es] do Andaraí, [...] a tribo Tamoio. [...] Então, [foi] isso que eu levei até os moradores: a história do rio. E o nome dele era “Andiraí” — por causa dos índios — que significava “rio dos morcegos”. [...] Até hoje a gente tem, nas margens aqui, os morcegos (Rosângela Tertuliano).

A partir de então, ela e seu esposo, Luiz Paulo, iniciaram um trabalho de conscientização dos moradores sobre a preservação do rio. Rosângela conta que a primeira ação foi retirar o lixo que já existia:

Então, eu peguei um amigo, esse amigo entrava no rio e limpava. Aí ele juntava o lixo todo, botava fogo... No caso,

a gente fazia errado para o meio ambiente, mas era o que a gente podia fazer. [...] Aí começamos deste jeito: catar o lixo, [...] aí eu tirava foto do rio antes e [...] depois e botava na internet para os moradores ver[em] [...] que aquilo estava dando efeito, e a gente estava conseguindo”.

Percebendo que atear fogo ao lixo fazia mal para os próprios moradores, a estratégia passou a ser evitar que se acumulasse tanto lixo no rio. “O negócio é fazer a conscientização. Então, eu vou trabalhar na conscientização e vou parar com a limpeza do rio” (Rosângela Tertuliano). Esse trabalho de conscientização e a denúncia nas redes sociais fizeram com que a prefeitura instalasse na comunidade em 2014 o programa Guardiões do Rio, que capacitava agentes comunitários para atuar na limpeza e conservação de rios e canais que em 2016 teve sua atuação na comunidade paralisada por falta de verbas.

Sendo assim, o Ecomuseu Amigos do Rio Joana passou a buscar lugares esquecidos e abandonados da comunidade para praticar suas ações. Rosângela conta sobre o Largo da Pedra da Mina, local que foi tomado pelo entulho resultante do trabalho do cimento social; o ecomuseu passou quatro meses recolhendo lixo e entulho do local todo sábado. Ao todo, foram dois mil sacos de entulho reunidos, que, após bastante pressão social, foram recolhidos pela prefeitura. “Hoje os moradores conservam. Essa semana eu até fiquei muito feliz porque, no local onde nós limpamos, que não dava nem para passar, essa semana teve um culto ao ar livre, então eles colocaram na internet tudo bonitinho, e o culto lá, falando de Deus...” (Rosângela Tertuliano).

Com essa ação, o ecomuseu foi buscar a história do Flor da Mina (antigo bloco carnavalesco e hoje escola de samba, fundada em 1962) e dos moradores que fizeram história no Andaraí.

Aí nós fizemos um trabalho que o nome é “Do lixo à galeria de arte”, porque pegamos todos os moradores local, a limpeza, fizemos uma galeria de arte com 27 moradores, não só daquele lugar, mas teve pessoas que, na época, foi rainha do Andaraí, outros foi compositor, outros surgiu da música, tá na mídia... Então nós fomos e fizemos um trabalho com 27 moradores (Rosângela Tertuliano).

Esse trabalho deu origem à exposição *No tempo que vovó andava no Andaraí*, inaugurada no Museu da República em outubro de 2017.

A exposição conta a história do Andaraí através do relato de moradores importantes na história do bairro e dos primeiros moradores que viveram na Pedra da Mina. Em seguida, esses moradores idosos indicaram outros moradores antigos da comunidade para entrevistas. Junto com a exposição, foi realizado um documentário.⁶

[...] isso é muito importante, a gente saber que o morador, aqui, ele fez, ele teve a sua história. Então, o ecomuseu, ele mexe com isso, ele mexe com o sentimento, porque, para a gente, hoje, ele está ali conversando, mas daqui a 20 anos, ele não vai estar mais aqui (Rosângela Tertuliano).

Rosângela ainda conta sobre o sonho de realizar outros projetos, como a continuação da ação dos grafites na comunidade com imagens que narram a história do Andaraí, do rio dos Morcegos e dos índios Tamoios:

E eles vêm e trazem] cada um seu material. E o que a gente arrecada... [...] A gente pede o morador para [...] ajudar, mas

6 Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/ibram-agenda/exposicao-no-tempo-que-vovo-andava-no-andaraí>.

também não são muitos. Às vezes, são dez latinhas que a gente consegue. Porque a conscientização disso também ainda está muito fraca, [...] poderia ser maior, se os moradores entendessem que a ideia não era só aquela área ali fazer o grafite, mas, nos muros, todos da comunidade ter o grafite: Ferreira Pontes, Andaraí, Leopoldo, subida da Leopoldo, a gente colocar a história do Andaraí na entrada da comunidade, fechar a entrada da comunidade toda de história. Esse era o sonho do ecomuseu.

Outro grande sonho é uma sede para o museu, um espaço fechado que pudesse ser um espaço para contar essa história e concentrar as ações. “O espaço do ecomuseu nesse lugar, pelo menos para guardar os banners, e ter esse espaço para as próprias famílias daqueles moradores dali, dos 27 moradores, visitar. Esse é o sonho do ecomuseu, que vai ser realizado, eu creio (Rosângela Tertuliano).

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Desde 2012 já se reconheciam como ecomuseu, mas foi a partir do trabalho de conscientização dos moradores que passaram a buscar a memória da comunidade, conforme conta Rosângela:

Então, nós resolvemos fazer uma história com os moradores. E aí a gente fazia roda de memória. Aqui eu já fiz várias rodas de memória. Chamava os moradores, [...] colocava todos eles sentados, e [...] cada um contava sua história. Tinha pessoa que [...] não tinha parente, não tinha ninguém, então ela falava, [...] soltava. [...] Era uma roda de memória do passado. E o Ecomuseu estava buscando o quê? Até porque é um museu. Então, a gente buscava história do passado.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A história do bairro do Andaraí, como narra o próprio ecomuseu, começa desde a habitação dos índios Tamoios na região. O nome “Andirá-y” significa “rio dos morcegos” em tupi, e, como Rosângela conta, até hoje se podem ouvir os morcegos indo beber água no rio Joana ao anoitecer. No século XIX, lá pelos anos 1890, passou a ser um bairro operário, tendo a instalação da Fábrica São Pedro de Alcântara de Tecidos de Algodão. Muitas vilas operárias ainda se encontram de pé, o que faz do Andaraí, hoje, um bairro residencial.

O trabalho do museu de recuperar a memória do local se mistura com a história da própria cidade do Rio de Janeiro. Assim como sua fundação se deve a um problema comum à maioria das comunidades da cidade (o lixo), “o ecomuseu vem buscar, vem resgatar toda essa história perdida no Andaraí, [...] isso é muito importante. Isso é até bom em outras comunidades ter. Se cada comunidade, cada favela, fizesse a sua história, lançasse a sua história... Olha que bonito seria!” (Rosângela Tertuliano).

Algum fato curioso, único?

É interessante notar a relação que o grupo exerce enquanto sociedade civil, tomando a dianteira em realizar ações decorrentes da desatenção do poder público, ao passo que realizavam as atividades, iam pressionando a prefeitura por meio da internet e obtendo resultados, como o recolhimento do entulho, a participação no programa Guardiões do Rio etc., a partir do sentimento de exclusão, de impotência, “porque, na rua, tem limpeza, na área urbana, no asfalto tem sempre gari limpando, as ruas são limpinhas, por que a comunidade é assim?”

(Rosângela Tertuliano). O Ecomuseu Amigos do Rio Joana vem promovendo mudanças, não só dentro da sua comunidade, como alertando aos de fora sobre a importância que a região tem.

Ecomuseu Rural de Barra Alegre

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

O mais forte do nosso trabalho aqui, de valorização da cultura rural, passa pela tradição oral, passa por tudo aquilo que eles rememoram e ainda mantém vivo na comunidade.

Marjorie Botelho

O Instituto de Imagem e Cidadania é uma ONG criada por um grupo na década de 1990, entre eles Marjorie Botelho e Claudio Paolino. Em 2000, Marjorie e Claudio deram início ao Sobrado Cultural, em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, que trabalhou principalmente com os jovens da rede pública da Grande Tijuca a questão da memória e da cidadania através da imagem.

Em 2008 o casal decidiu se mudar para a região serrana, levando o equipamento cultural para o campo. O Sobrado Cultural Rural está localizado no vilarejo de Santo Antônio, no distrito de Barra Alegre, no município de Bom Jardim. “Como a gente já frequentava essa região, a gente identificava, pela convivência com a população, a inexistência de espaços culturais, de espaços educativos. Então, essa sempre foi uma questão para a gente” (Marjorie Botelho).

Ao longo destes anos, construímos um espaço educativo de cultura [...] que possui um conjunto de estruturas, como Biblioteca Conceição Knupp Amaral, homenagem às mulheres do campo (*in memoriam*); Galpão de Artes Mafort,

A gente teve condição de fazer isso porque tinha uma política pública que estava acontecendo na época, de valorização das instituições que estavam nessas regiões, que faziam esses trabalhos na área de cultura, que é essa iniciativa dos Pontos de Cultura; dos editais de ecomuseu [...] pela Secretaria Estadual de Cultura. Isso nos deu condição de realmente fazer essa experiência aqui, vivenciar isso, trabalhar com isso. Então, isso também é importante dizer. Não é só uma vontade. Tem que ter vontade, mas a gente também batalhou políticas públicas para isso (Claudio Paolino).

Ainda que o Ecomuseu Rural de Barra Alegre desenvolva muitas atividades e frentes, seu principal objetivo é a valorização dos saberes e fazeres rurais, porque

com a chegada dessa perspectiva da indústria aqui, você vê então com uma força muito grande essa migração da população do campo para trabalhos, para prestadores de serviço. Então, esse foi o foco. Como é que a gente conseguiria contribuir com o desenvolvimento dessa comunidade, numa perspectiva de que esse desenvolvimento não colocasse, não anulasse a cultura presente nas áreas rurais. Então, o ecomuseu tem um pouco esse papel aqui na região, de estar contribuindo para mostrar que ser da roça é importante, ter orgulho de ser do campo, que nós aqui no campo produzimos a maior parte dos alimentos que o estado do Rio de Janeiro consome, que [...] o campo tem, sim, um linguajar diferente, mas que é bonito, é importante, representa determinada história daquela localidade. É importante ter as casas de pau a pique, porque, na verdade, a cultura da cidade, ela vem derrubando tudo isso. [...] Esse é o nosso maior objetivo (Marjorie Botelho).

homenagem à família que nos ajudou a construir esse equipamento cultural e aos agricultores familiares; Biblioteca de Artes Visuais Armando de Barros, homenagem ao professor doutor Armando de Barros, da Universidade Federal Fluminense (*in memoriam*), que contribuiu para a ampliação do nosso olhar sobre as artes visuais; e o Ecomuseu Rural de Barra Alegre, constituído por um acervo de fotografias, vídeos e objetos sobre os saberes e fazeres rurais.⁷

O Ecomuseu Rural de Barra Alegre e região foi premiado e reconhecido através de edital da Superintendência Estadual de Museus, ligada à Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, em 2014. A Biblioteca de Artes Visuais é fruto de premiação concedida pela Fundação Nacional de Artes (Funarte).

Além disso, o Sobrado Cultural Rural também conta com um alojamento, cuja renda contribui para a manutenção do equipamento; permutas também são realizadas através de oficinas, apresentações e residências artísticas:

Todas as atividades que acontecem aqui, nessa linha de fotografia, de vídeo e de educação patrimonial, a gente está na coordenação, ou estamos mediando, mas, [...] por sermos de uma rede de organizações que atuam no país, a gente também tem uma capacidade de mobilizar muito grande. Então, vira e mexe tem gente de teatro, de dança, de circo, de ioga fazendo outras atividades aqui (Marjorie Botelho).

Sobre a mudança, de cidade e de perspectiva, Claudio Paolino comentou:

7 Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2609/1508>. Acesso em: 31/01/2018.

Essa questão das políticas públicas é central para os coordenadores do Ecomuseu Rural de Barra Alegre, já que eles acreditam que:

A gente faz cultura, mas a gente quer políticas públicas para cultura, e aí nós participamos de uma rede, uma Rede Estadual de Pontos de Cultura, participamos de uma Rede Nacional de Pontos de Cultura, e a gente teve, em 2013, a satisfação e a possibilidade de receber aqui a Teia Estadual de Pontos de Cultura. Por que esse evento [...] é importante? Porque a gente não pode pensar cultura ou fazer cultura sem pensar em como você faz isso com os outros. A cultura, por si só, já é coletiva, [...] nós queremos trazê-los para a região rural do Rio de Janeiro, porque a região rural do Rio de Janeiro é a mais invisibilizada do nosso estado e do nosso país. Mas, no país, tem o agronegócio. Mas, aqui no Rio de Janeiro, se você fala que tem agricultura, o pessoal “aonde?”. Porque o que passa do Rio de Janeiro é praia, futebol, [...] e nós queremos apresentar uma alternativa. Naquele momento, quando a gente faz a primeira Teia Rural do Estado do Rio de Janeiro aqui, nós criamos uma sensibilização, nós trouxemos as pessoas para essa região e para ver que o Rio de Janeiro é muito maior do que os centros urbanos (Claudio Paolino).

A mencionada Teia Rural, realizada em dezembro de 2013, configurou-se também como o terceiro encontro da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ).

Sem sombra de dúvida, esses últimos 13 anos que a gente vivenciou, a gente teve oportunidade de [garantir] políticas de cultura numa perspectiva que garantisse a diversidade. Por isso nós fomos contemplados. O Cultura Viva mostra o potencial dos rumos que as políticas de cultura no país

poderiam prosseguir. Porque várias organizações como as nossas, em áreas rurais, quilombolas, indígenas, camponesas, foram contempladas por diferentes políticas de cultura do Ministério da Cultura, mas esse recorte especial das áreas rurais, a gente [esteve] incidido ao longo desses anos. [...] Antes do impedimento da Dilma, o Juca Ferreira [ex-ministro da Cultura] estava com um grupo de organizações, entre elas, nós, discutindo a criação de um Comitê Técnico de Políticas de Cultura para as áreas rurais. Nós íamos viver um marco, uma ruptura de pensamento. Algumas vezes, em algumas reuniões, o próprio Ministério da Cultura admitia a visão urbana das políticas que eram implementadas. Porque, de certa forma, se a gente for fazer uma análise das políticas de cultura do nosso país, sem tirar os ganhos que a gente teve nesses últimos anos, mas o recorte ainda era, predominantemente, o recurso investido nas áreas metropolitanas. Quando a gente olhava para os recortes das áreas rurais, a gente conseguia diagnosticar que a gente chegou [aos] quilombos que estavam em áreas rurais, em algumas aldeias indígenas, mas, no recorte desses territórios, [onde] a presença da agricultura familiar é predominante, nesses territórios a gente chegou muito pouco. Tinham muito poucos Pontos de Cultura, por exemplo, reconhecidos (Marjorie Botelho).

Acerca desse tema, ela continuou:

E aí nós estamos no processo de aprovação de conveniamento de um projeto que vai nos permitir realizar três encontros com 30 organizações que compõem a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais. Então, nós temos 30 organizações que estão espalhadas nas cinco regiões do país, que vêm dialogando, discutindo em torno da importância desse recorte de política de cultura

para as áreas rurais. Se a gente conseguir esse intento, desses três encontros, vai ser produzido um documento. [...] É a partir da experiência do que a gente faz no nosso cotidiano é que a gente acredita que a gente pode dar insumo para o governo pensar uma política pública. Só [se] pode pensar política pública de cultura a partir da realidade (Marjorie Botelho).

Claudio Paolino enfatizou a importância da valorização das mulheres do campo e de seu trabalho:

Tanto que os nossos primeiros materiais, os nossos primeiros livros, [...] [foram] contando a memória dos agricultores, mas pela perspectiva das mulheres, com a visão de como era a vida da agricultora aqui, porque, na verdade, no meio rural, o que sempre sobressai é a visão masculina. A maioria das nossas ruas aqui, da nossa comunidade, são de homens e dos donos da fazenda, não é nem daquele que realmente pegou a enxada e fez a rua acontecer. Quando a gente vem para cá, a gente vem para cá com o objetivo de estudar justamente esse que pegou a enxada para abrir a rua, e não aquele que levou o nome da rua. Aí a gente inverte um pouco isso [...] porque, geralmente, eram pessoas que não eram reconhecidas (Claudio Paolino).

Sobre a diferença entre o trabalho realizado na cidade, Claudio explicou:

A imagem, por si só, ela já é uma fonte primária da memória. Então, [...] muitas das nossas iniciativas [eram] buscando [...] a rugosidade urbana daquela região, os traços que ainda [havia] entre o que era moderno, contemporâneo, e aquilo que ainda estava preservado [...] das épocas até coloniais. Então, esse nosso trabalho era isso. Por isso

que lá no Rio de Janeiro, quando a gente também vai participar do Ponto de Cultura, era Ponto de Cultura Memória Visual, e, quando a gente vem para cá, Ponto de Cultura Memória Visual Rural (Claudio Paolino).

Outra adaptação necessária quando da ida para a área rural foi em relação à mobilidade da comunidade até o Ponto de Cultura. No início, eles realizavam atividades com as crianças e os jovens aos sábados, até que perceberam que era muito difícil para os pais se deslocarem até lá, de regiões distantes, muitas vezes a pé. Por isso, foi fundamental a parceria do governo federal, que disponibilizou um ônibus para uma escola parceira que levava as crianças e os jovens até a sede do espaço cultural durante a semana.

São muitas as atividades desenvolvidas pelo equipamento cultural rural, como as oficinas de fotografia, educação patrimonial e mineiro pau, cineclubes, a produção de DVDs sobre a folia de reis e o mineiro pau, a produção dos livros *Agricultores do estado do Rio de Janeiro* — parceria com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), *Receitas de inhame* — já que a região conta anualmente com a realização da Festa do Inhame —, e *Flores de Vargem Alta*, que dá visibilidade aos produtores de flores da região, com fotografias tiradas por estudantes participantes da oficina de Patrimônio, Memória e Fotografia, realizada com o apoio do programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura.

Uma parceria muito importante, que durou dois anos, foi realizada junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (Cnpq), através da Licenciatura em Educação no Campo. Participaram 20 jovens bolsistas de quatro escolas da região, localizadas em São Pedro da

Serra, Lumiar, Vargem Alta e Barra Alegre. O projeto de Formação Cultural em Comunicação Comunitária, que contava ainda com 10 monitores que já haviam concluído o Ensino Médio, gerou a revista *Território Rural*.

No final de 2016, o Ecomuseu Rural de Barra Alegre foi premiado pelo edital da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), através da emenda parlamentar do deputado federal Alessandro Molon. Com o recurso, está-se dando continuidade à pesquisa sobre o mineiro-pau através de visitas aos mestres dessa manifestação cultural do estado.

O ecomuseu conta com um acervo muito rico de objetos, fotografias, depoimentos em filmagem acerca dos saberes e fazeres do campo. No início de 2017, realizaram a exposição *Saberes e práticas culturais presentes nas áreas rurais da Região Serrana*, que foi integrada ao 2º Festival de Arte e Gastronomia de São Pedro da Serra.

O equipamento cultural também tem realizado os roteiros pedagógicos, com a participação de escolas, universidades e outros grupos:

Porque o nosso ecomuseu é, sobretudo, um museu de percurso, de território. [...] E aí o roteiro perpassa essa fronteira rural. Então, a gente tem percurso que vai para Vargem Alta, percurso que vai para São Pedro, que vai para Lumiar, que vai para Trajano de Moraes, que vai aqui para Barra Alegre. [...] De vez em quando, a gente vai visitar uma fazenda, um produtor de flores, [aí] o combinado é que se comercializem as flores. A gente vai na casa de um morador, aí tem um combinado de um café. Por exemplo, o seu Ataíde, que mora aqui pertinho, é um roteiro que a gente faz que é uma casa centenária. Quando a gente chegou a gente morou numa casinha de colono. Então, essa

região aqui, a gente tem uma relação muito forte com essas famílias (Marjorie Botelho).

Apesar de existirem parceiros e voluntários, só existe equipe fixa quando há recurso:

O ideal era que a gente tivesse fomento de cultura que nos garantisse uma equipe fixa, como a gente tem em alguns momentos, quando tem recurso, que aí garante a pessoa da jardinagem, porque garante a pessoa da limpeza, porque garante o recurso dos oficineiros, porque garante a verba do transporte (Marjorie Botelho).

Além da vivência cotidiana com a comunidade, a interlocução se dá “toda primeira segunda-feira do mês, [quando] tem a reunião da Associação de Moradores, [...] mas, principalmente, a nossa articulação de trabalho [em relação ao programa educativo] é junto com o calendário escolar” (Claudio Paolino).

Também realizam, anualmente, reunião de confraternização e prestação de contas com o Conselho do Instituto de Imagem e Cidadania e demais parceiros em que expõem os resultados das ações feitas ao longo do ano.

Atualmente, o casal possui a pousada Vila Paolino, que “foi uma das formas encontradas para gerar renda para a manutenção das atividades desta importante escola de artes visuais e educação patrimonial. A pousada fica em São Pedro da Serra, a 4 km da nossa sede, num outro vilarejo rural tão aconchegante como Santo Antônio”.⁸

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/sobradoculturalrural>. Acesso em: 02/02/2018.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

E quando você vem e diz para essa pessoa que todo aquele conhecimento que ela tem, que a memória que ela tem, aquilo que ela faz, o chá que ela faz que ajuda a melhorar a saúde e todo aquele processo de construção de casas de pau a pique, que aquilo é importante, que aquilo transforma. [É] uma sabedoria muito importante para aquela comunidade e para nós preservarmos (Claudio Paolino).

Isso fica claro com o processo de edificação do Sobrado Cultural Rural, em que são feitas homenagens aos moradores da região.

Esse trabalho foi feito, ele contou com a mão de muita, mas muita gente. Porque é tão importante a mão de um dia quanto a mão de um ano. [...] Diferente de um equipamento numa cidade, num vilarejo, a gente aqui tem muito mais desafio a ser cumprido. [...] A nossa formação, por exemplo, é uma formação na perspectiva urbana, imagina trabalhar aqui [...] uns oito anos atrás, sem internet... (Marjorie Botelho).

Dessa forma, a valorização dos saberes e fazeres rurais, da cultura popular e de seus mestres contribui para que a comunidade se sinta pertencente a esse território, muitas vezes citado de maneira pejorativa. Essa valorização tem sido fundamental para que os jovens percebam a importância de sua região.

E levando para a escola exatamente a riqueza que está sendo compartilhada por essa população mais antiga da comunidade. Então, metodologicamente falando, esse

encontro [...] é muito frutífero, porque você valoriza os antigos e você brinca, dialoga, constrói e traz linguagens artísticas para a criançada (Marjorie Botelho).

A gente está começando a catalogar algumas sementes e ervas daqui da comunidade para fazer canteiros. [...] Nós estamos chamando aqui de Ponto da Memória. [...] Nós estamos pegando as sementes, as plantas, as árvores, tudo que [lé] nativo daqui da região, estamos trazendo para cá, e estamos trazendo também a história dessas famílias. Então, por exemplo, se a dona Hilda [...] faz sempre a sopinha de inhame no domingo, ela vai trazer o inhame, mas vai trazer não só o inhame, mas por que [...] ela faz essa sopinha de inhame sempre. Aí ela conta que a partir do inhame as pessoas..., afina o sangue, aí os mosquitos não pegam. Então, tudo tem um sentido, tudo tem um sentido. Então, a gente quer trazer essa memória para o Ponto de Memória, a partir das plantas (Claudio Paolino).

Ainda que os objetos do Ecomuseu Rural de Barra Alegre contribuam com a divulgação da vida no campo, a maioria deles é emprestado. A ideia não é tê-los em sua posse:

Muito pelo contrário. A gente faz o movimento inverso. Quando a gente vai na casa dos moradores, a gente fala: “Olha, não doe, não dê, não venda. É a memória da sua família, da comunidade”. Porque o que a gente vê aqui, na verdade, é uma tentativa de desapropriação. [...] Para a gente o importante é que essas famílias preservem os seus objetos e as suas memórias, para que essa comunidade não perca o sentimento de pertencimento. [...] Então, a gente tem mapeado roteiros que nos levam à fazenda onde a família produz broa de milho no forno à lenha, a

gente tem fazendas e moradores onde a família faz fubá no moinho d'água, onde a família ainda tem o tacho para fazer (Marjorie Botelho).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território:

Somos uma organização rural [com aproximadamente 13 mil metros quadrados] situada no vilarejo de Santo Antônio, distrito de Barra Alegre, em Bom Jardim, no Rio de Janeiro. O município de Bom Jardim, com aproximadamente 25 mil habitantes, está localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, possui quatro distritos, entre eles o distrito de Barra Alegre, considerado um dos mais rurais. Atualmente o distrito de Barra Alegre tem sido identificado como o novo distrito industrial e por isso tem recebido um conjunto de fábricas que estão se instalando nas proximidades de sua sede. Isso tem iniciado um processo de descaracterização da identidade local, pois muitos agricultores estão indo trabalhar nas fábricas, muitas pessoas estão vindo de outras regiões do país, vários empreendimentos imobiliários estão surgindo, o poder público local não está mais renovando as parcerias com as organizações voltadas para a educação rural, entre outros. Nesses territórios rurais encontramos várias pessoas que trazem consigo conhecimentos adquiridos através da oralidade, ou seja, que aprenderam com seus pais, que haviam aprendido com seus avós, e assim sucessivamente. E são muitos esses conhecimentos: feitura da broa com fubá do moinho d'água; produção de remédios caseiros feitos com as ervas encontradas na floresta; produção de sabão feito com gordura de porco; feitura dos doces em compota, com frutas retiradas do próprio pomar; confecção das quiçambas, cestas produzidas com uma espécie de bambu; entre

outros. Sem deixar de ressaltar as manifestações culturais que resistem no tempo, como as folias de reis, o mineiro-pau e o boi pintadinho.⁹

As práticas artesanais dependem de um outro tempo, como Marjorie comenta: “Algumas pessoas dizem: ‘Ah! Mais lento, né?’. Mas é porque o processo das práticas artesanais, presente nas áreas rurais, [...] tem o tempo de uma dinâmica que permite o quê? A vivência” (Marjorie Botelho).

Não dá para você chegar num lugar aqui e não conversar com uma pessoa minimamente, de estar trocando algumas impressões, porque todos nós somos vizinhos. [...] Você vai na cidade, entra em qualquer lugar, é “pá-pum” e vai embora, porque você tem várias outras coisas para fazer. Aqui também a gente tem várias outras coisas para fazer, mas a gente valoriza essa questão (Claudio Paolino).

Algum fato curioso, único?

Eu acho que um dos patrimônios que mais mexe com essa comunidade é a Pedra Aguda. A Pedra Aguda é um geomonumento, ela é uma referência para essa comunidade. E ela tem essa questão de a outra parte dela [estar] na África. [...] É uma história que faz uma ligação com outro continente, que faz com que outras pessoas de outros países venham aqui para poder fazer alpinismo ou montanhismo. É uma pedra que funciona até para a escola de montanhismo que tem aqui na região de Friburgo (Claudio Paolino).

⁹ Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2609/1508>. Acesso em: 31/01/2018.

Esta região toda aqui remonta ao período do deslocamento das placas tectônicas. Então, há estudos hoje que comprovam que aquela pedra, que é a mais pontiaguda, que é a Pedra Aguda, que a outra metade dela encontra-se em Angola, na África. Existem pela comunidade placas do Departamento de Geologia do Estado do Rio de Janeiro contando essa história geológica daqui da região. Então, é um patrimônio natural aqui da comunidade. No livro que a gente produziu sobre o inventário de Barra Alegre, tem um capítulo destinado a esse patrimônio (Marjorie Botelho).

Grupo Diversidade de Niterói

Luisa Calixto e Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

A gente está entendendo que a gente vai viver um longo inverno aí depois dos últimos acontecimentos, mas a gente resiste. Mas eu acho que daqui há alguns bons anos para frente as coisas vão começar a florescer de novo, a gente vai vencer essa maré de obscurantismo que a gente está vivendo e a gente vai conseguir.
Felipe Carvalho

Foi a partir de um episódio de violência que, em 2004, surgiu o Grupo Diversidade de Niterói, composto por pessoas de diversas sexualidades que perceberam a necessidade de se organizar em combate ao preconceito e a favor dos direitos humanos e dos direitos LGBTs. Conforme narra Felipe Carvalho, atual presidente do grupo, o principal objetivo, no começo, era combater a violência:

Os casos de violência de Niterói eram altíssimos. Tinha época — [...] anos atrás, logo no início do GDN — que, quase que semanalmente, a gente tinha que acompanhar gente que era espancada nas delegacias. Então, naquela época a bandeira principal era a bandeira pela sobrevivência mesmo, pela resistência e [pelo] direito de usar o espaço da cidade, de usar a nossa cidade, que a gente não tinha.

Felipe Carvalho também explica que, quase concomitantemente, iniciaram uma militância muito forte na cultura:

A gente precisa fazer uma mudança cultural. A gente foi culturalmente condicionado a acreditar que o correto é uma pessoa do gênero feminino e uma pessoa do gênero masculino, que menino usa azul e menina usa rosa... Todos esses paradigmas que a gente luta para [...] desmontar e para desmistificar. E a gente acredita que essa mudança [...] se dá por uma mudança cultural mesmo na sociedade.

Felipe ainda ressalta o caráter político dessa militância: “Eu costumo falar que a cereja do bolo do Grupo Diversidade Niterói é aliar a pauta política com a cultura. Porque a política [...] é muito dura, muito sisuda, mas a gente precisa [delá] para fazer mudanças significativas. Porque a gente briga por política pública”.

Uma das primeiras ações do grupo foi a primeira Parada Gay da cidade de Niterói, em 2005, que recebeu o reconhecimento de manifestação cultural da cidade. A partir dessa luta, alguns avanços foram conquistados na cidade de Niterói: em 2015 foi a primeira cidade do Rio de Janeiro e a segunda cidade do Brasil a ter um Conselho Municipal LGBT; em 2014 o GDN foi considerado Patrimônio Imaterial da Cidade; já entre os anos 2000 e 2007 algumas leis municipais foram criadas, como a Lei nº 1.891/2000, que pune estabelecimentos comerciais por discriminação em virtude de orientação sexual; a Lei nº 2.396/2006, que reconhece, para efeitos previdenciários, a união estável entre pessoas do mesmo sexo; e a Lei nº 2.469/2007, que institui o Dia Municipal de Luta contra a Homofobia, na data de criação do GDN.

Hoje o grupo enfrenta algumas dificuldades para manter o aluguel da sede e as atividades, já que, conforme explica Felipe, o grupo não tem nenhum lucro ou renda:

A gente não produz comercialmente nada para vender. A gente é um movimento que não vende a nossa parada, por exemplo, por 800 mil reais, 500 mil reais, ou recebe patrocínio de empresas privadas. Porque a gente é uma manifestação cultural. Quando a gente começar a fazer isso, a gente perde a característica de manifestação cultural, a gente entra para ser evento, aí a gente tem um problema com o bombeiro, que implica com a gente desde sempre, desde tentar embargar arbitrariamente a nossa parada... Por exemplo, numa sexta-feira, eles tentaram embargar a nossa parada. A gente ganhou na justiça e um ano depois a gente ganhou o processo contra o coronel do bombeiro, [quando] o juiz bateu o martelo falando que a gente era manifestação cultural. E a gente perde essa legitimidade de ser uma manifestação pública, de inclusive poder fazer a parada onde a gente quiser.

Mesmo com essas dificuldades, atualmente o grupo continua a executar alguns projetos além da parada. Um dos exemplos é a Roda de Vivência, que o grupo organiza desde a fundação do grupo, conforme explica Felipe: “LGBTs de várias idades que se reuniam para conversar desde curiosidades e dúvidas de práticas sexuais, desde problemas familiares, desde problemas de depressão, desde problemas de tentativas de suicídio, desde problemas de quem estava muito tranquilo com a sua orientação sexual”. Outro projeto é o PreparaNem, que, como conta sua coordenadora, Bruna Benevides, “é um pré-vestibular social que visa incluir as pessoas trans na universidade, mas também [...] resgatar a escolaridade perdida,

porque só a partir disso elas podem concorrer em pé de igualdade com as demais pessoas para ingressar no mercado formal de trabalho”.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O grupo identifica como de grande importância a preservação da memória e tem o desejo de organizar um projeto de resgate da memória LGBT. Para Felipe, a importância de um centro de memória gira em torno da questão da representação e da identificação dos mais jovens à luta:

Por que essa memória é importante? Para a pessoa saber onde se referenciar: por que [...] essa luta está acontecendo, porque [...] hoje eu posso ser isso. [...] Só que... O [...] que acontece? Os LGBTs estão morrendo, essas memórias estão sendo perdidas — [...] memórias riquíssimas, riquíssimas, riquíssimas, riquíssimas — e, infelizmente, pelo menos aqui no Rio de Janeiro, que eu tenho ciência, não tem um trabalho sério de resgate de memória. Porque, por exemplo, se a gente tem a Pablo Vittar hoje, se a gente tem uma *drag queen* fazendo show, se a gente tem pessoas LGBTs em novelas, em filmes [...] etc., é porque lá atrás teve muita gente que deu suor e muito sangue para essa visibilidade ser alcançada (Felipe Carvalho).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

O GDN organiza a Parada Gay de Niterói, que é maior que o carnaval da cidade. Felipe explica a força que o movimento ganhou:

[...] Ela é muito respeitada, as pessoas sabem que acontece, principalmente ali, a região de Icaraí, toda a cidade de Niterói sabe que a gente que faz, a gente criou, a gente que organiza. E é o maior movimento da cidade em concentração de pessoas. No primeiro ano, quando a gente foi fazer, que a gente foi pedir as autorizações e tudo mais, não fecharam a rua porque achavam que ia dar... “Ah! Vai dar 3 mil pessoas. Não vai dar ninguém”. Deu 30 mil pessoas na primeira! Então, tem uma foto muito emblemática que a gente gosta, que é o ônibus vindo e a parada indo, no meio de 30 mil pessoas.

Eula Rochard, explica que essa organização foi interessante para trazer grande visibilidade para a causa: “A partir da primeira Parada de Niterói já houve um choque [...] nessa sociedade. Tipo assim: o *gay* existe e o *gay* é organizado.”

Algum fato curioso, único?

Uma característica muito importante do grupo é que, desde a sua criação, seus membros não se restringiram a pessoas LGBT, como narra Felipe: “tanto que membros fundadores do GDN não têm só LGBTs, tem também heterossexuais, mas simpáticos, imbuídos demais da luta”.

Além disso, outra característica marcante é o combate ao machismo:

Combate ao machismo é algo que a gente está levantando de uns anos para cá cada vez com maior incidência. A nossa diretoria é majoritariamente feita do gênero feminino, [...] 70% da nossa diretoria é do gênero [...] feminino. O movimento LGBT já há muito tempo faz isso. Quando a gente mudou a letrelinha do “L” e botou na frente do “G”, em 2006, justamente, foi para a visibilidade das

mulheres lésbicas e pela pauta de combate ao machismo.
[...] A gente tem que fazer uma desconstrução interna do
machismo eternamente.

Aldeia Guarani Mata Verde e Bonita

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

A nossa aldeia se identifica muito com o pássaro Fênix: veio das cinzas, renasceu das cinzas. Nós tivemos as nossas ocas, a nossa aldeia toda queimada, mas nunca desistimos de lutar, e o presente maior hoje é Tekoa ka'aguy Hovy Porã, que está no município de São José de Imbassai, num lugar chamado Maricá.

Darci Tupã

Darci Tupã é o cacique da Aldeia Guarani Mata Verde e Bonita, situada em Maricá há quatro anos. Seu nome é uma homenagem de sua mãe ao antropólogo Darcy Ribeiro, devido ao fato de ela ter conhecido o antropólogo em um encontro na Aldeia de Sapucaia, em Angra dos Reis. O cacique acrescentou: “Sou filho de Deus Trovão”, daí o “Tupã”.

Por oito anos estiveram em Camboinhas, região oceânica da cidade de Niterói. Depois de muita luta frente às constantes ameaças que receberam, por estarem em uma área cobiçada pela especulação imobiliária, e após incêndios criminosos na aldeia, foram convidados a ocupar uma área na cidade de Maricá:

Acredito que a briga com a construtora, durante oito anos, prejudicou muito lá em Camboinhas, no município de Niterói. [...] Teve a queima da aldeia de Camboinhas, a gente perdeu todas as ocas, menos a nossa vida. Nesse dia

da queima, o antigo prefeito, Washington Quaqué, foi lá nos convidar em Camboinhas para vir viver em paz, porque ele viu aquela cena de destruição da aldeia e nos convidou para vir olhar esta aldeia. Esta terra, “Cetecoá”, diz ele que aqui foi passagem, quando os índios subiam do Espírito Santo, que se chama “*guata marã*”, que é “caminhada sagrada”. Passou por aqui, descendo para o Rio Grande do Sul. E, no mesmo tempo, a gente aceitou o convite do prefeito” (Darci Tupã).

Quando chegamos aqui, minha mãe fez o ritual, fumou o seu cachimbo... O prefeito acompanhando... O pessoal da Funai [Fundação Nacional do Índio] também, eu convidei o pessoal da Funai, liguei para eles. Porque foi muito inédito. Foi e é inédito ainda. Em lugar nenhum [...] do Brasil, você não encontra onde os guarani [...], nunca, receber[am] um presente, assim, chamado doação de terra para o povo indígena. Isso é único. Não só no estado, mas no chamado país Brasil. E aí fizeram o ritual, e minha mãe, com a energia, pegando a energia da natureza, se comunicando com o espírito da natureza, falou: “A nossa aldeia vai ser aqui” (Darci Tupã).

Devido à doação das terras, Darci Tupã mencionou: “Hoje, o índio de Maricá deve alguma coisa para o povo de Maricá. Eu acredito que essa dívida se transformou na Jornada Esportiva e Cultural. [...]. Já pelo segundo ano somos campeão invicto de cabo de guerra, mostrando muita força” (Darci Tupã). Ganhar as jornadas esportivas em Maricá é, então, uma maneira de agradecer.

Há na Aldeia da Mata Verde e Bonita uma escola bilíngue, em que a criança, de acordo com o cacique Darci Tupã, é matriculada na sua língua materna, tendo o português como a segunda língua.

O lugar mais importante da aldeia

[...] é você ir todo dia no pôr do sol para a Casa de Reza. [...] É igual relógio, o sol caiu e se escondeu, é hora de ir [...] na Casa de Ritual. Lá, todas as pessoas da aldeia se encontram. As crianças cantam, as crianças falam na sua língua. O mais velho, o pajé, puxa o canto sagrado, canta o canto sagrado com todo mundo, fala para todo mundo, orienta as famílias, [...] faz nós falar nossa língua, faz nós ter saúde, faz nós ter a sabedoria, faz nós ter certeza da escolha que nós temos para nossa vida, qual caminho seguir, com família ou sem família, ou individual, ou com uma parceira, na doença, na alegria, na tristeza, com chuva, com sol, com vento, com tempo bom... É ela [a Casa da Reza] que me fortalece. É ali que eu ouço, eu falo de mim, é ali que o pajé me orienta e é ali que o jovem garante a sua sabedoria, acredito que principalmente a sua cultura. E ela garante tudo, aquela oca (Darci Tupã).

O cacique explicou também como lida com sua comunidade e com a realidade fora da aldeia:

Então, eu sou muito aberto para o povo. A melhor maneira de você preservar e ser respeitado, é você ser aberto e receber e mostrar seu quintal, de como você é. É o que eu venho fazendo. [...] Fazemos nosso ritual todos os dias. Temos pajé, o curandeiro da aldeia. Eu sempre falo para eles que esse ano “Nhanderu” vai permitir isso na nossa vida, e nós vamos plantar muito, nós vamos criar peixe também aqui, além dos peixes que já tem aqui no rio, aqui pertinho. Estamos criando a horta medicinal. [...] Queremos entrar muito pouco no supermercado, porque você entra no supermercado, você paga muito caro numa carne que está vindo com papelão. A gente não sabe o [...] que essa

carne carrega. E aí eu estive pensando muito, quando a minha amiga falou [...] da maneira [com] que eles criam os frangos, os bois, para comercializar, as plantas mesmo, você está olhando para algo morto, você não está olhando pra algo vivo (Darci Tupã).

Darci Tupã apresenta a relação pedagógica que desenvolve com os jovens com relação à cultura urbana. É muito interessante o modo como ele apresenta aos jovens da aldeia aspectos da nossa cultura, que não é a deles, mas da qual eles podem se apropriar; e isso não faz com que sejam menos índios — ainda que o senso comum propague erroneamente esse estereótipo.

Querendo ou não, você tem que se aprontar, se aprontar para essas coisas que enchem nossos olhos. Nem todas as coisas que enchem nossos olhos é bom. Então, eu já venho trabalhando a realidade. Levo os meus jovens para ver a cidade, levo os meus jovens para visitar os presídios... Trabalho no presídio, dando palestra, então aproveito e levo os meus jovens para ver a realidade do nosso mundo também. Porque ser índio é... Você não é diferente. Índio é uma etnia, é uma raça. Então, nós somos ser humano, [...] que vai querer usar tênis todos os dias, vai querer usar calça de marca todos os dias, vai querer entrar no *shopping*, vai querer parar no McDonald's... Por que não? Ele é uma pessoa normal! Mas, pensando bem, vale a pena mesmo? Eu falo isso para eles. [...] Eu acredito que tem coisas que você não deve afastar, assim, ser proibido. É aquilo que eu falei: você tem que trabalhar com a realidade de dizer por que faz mal, por que faz bem, por que não tocar ali, por que tocar aqui, entendeu? Então, é por aí. Não é você querer não mostrar para o índio, porque o índio também [...] é gente, [...] ele vai entrar na loja, ele vai entrar no

supermercado, ele paga passagem de ônibus quando vai viajar, ele paga seu imposto. Então, ele tem direito a tudo, mas tem limites (Darci Tupã).

Um exemplo importante sobre o contato entre culturas é o trabalho que desenvolvem a partir do reggae e do forró pé de serra. A Aldeia recebe muitos visitantes, inclusive para o almoço, e isso é visto de forma positiva. É uma maneira de se divulgar a cultura indígena guarani, contribuindo para combater os estereótipos e preconceitos.

Eu saí da minha aldeia com 16 anos. Meu pai tirou eu com 16 anos, pela primeira vez, para ver a cidade. Eu admirava ter as luzes, assim, no poste. Eu falei: “É incrível! Da onde que está vindo isso? Como é que isso vai acender?”. Admirava... Até as lâmpadas, eu admirava, pela primeira vez. [...] Quando veio o preconceito para o meu lado, quando meu pai tirou eu pela primeira vez, para matricular eu lá fora, aí eu não aguentei e voltei para minha aldeia. E aí, graças a Nhanderu, também aconteceu de, naquela época, os projetos do Estado com a escola diferenciada sendo aprovada, então, para mim, foi benefício. [...] Eu não sinto mágoa, não. Assisto às entrevistas, chamado Vídeo nas Aldeias, no qual as pessoas perguntam para as pessoas o [...] que ela acha do índio. Aí têm algumas pessoas que se manifestam dizendo [...] que o índio tem que viver no mato, o índio [...] é um bicho do mato, o índio [...] não pode ter carro, o índio [...] não pode ter um celular. E tem alguns [que] falam que o índio [...] é muito preguiçoso. Ele não pode ter direito à terra. E quer mais terra, quer mais terra... Não é porque a gente quer mais terra, é porque a gente fica preocupado. Não adianta só a aldeia ali estar preservada e o outro lado sendo desmatado tudo. E eu acredito que a gente vem trabalhando muito isso: as

vivências, as parcerias, com muito amor e carinho, a prefeitura, tanto o Estado, as escolas... Nossa, as escolas vêm abrindo caminho, quebrando o preconceito, colocando no chão mesmo. [...] Eu estava correndo na praia, uma pessoa me parou: “Cacique, cacique! Eu entrei lá na aldeia e gostei de uma índia. Eu queria casar com ela”. Aí eu falei assim para ele: “Poxa, eu vou ter que ficar te devendo”. Eu falei assim: “Olha só, eu tenho 40 anos, eu sou um cacique, eu sou político da minha aldeia, eu trago projetos, eu atendo ao pedido da comunidade, eu viajo... Eu não cuido da vida pessoal, ela pode gostar ou não”. Porque a preservação da cultura não diz que você não tem que se misturar, não diz que a índia não tem que casar com quilombola, que uma índia não tem que casar com um branco, não diz lá que a índia não pode casar com um mais vermelhinho. Acredito que o gostar, ele não se discute, [...] não interessa a cor, não interessa a língua, não interessa a cor do cabelo, se ele é mais alto, se ele é mais magro, se ele é mais gordo... Isso, para nós, não interessa, o que interessa, para nós, é o espírito da pessoa. E aí eu falei para essa pessoa: “Vou ficar te devendo, porque não sou eu que autorizo. Poxa, eu vou dar até boa sorte para você. Vai na aldeia, volta correndo de novo e pergunta se essa índia é solteira. Se ela for solteira, você vai conversar com ela e, quem sabe, vocês se casam”. [...] A preservação da cultura é isso: você aceitar o próximo como [se] fosse você, cuidar dele como fosse você, cuidar do seu corpo, cuidar da sua alma, cuidar do seu filho. A preservação diz isso. A preservação não diz que você não pode misturar raça, se não, a gente não estaria aqui (Darci Tupã).

Sobre as redes sociais como forma de divulgação, valorização e preservação da cultura, ele comentou:

Essas ferramentas [...] são importantes também para a preservação da nossa cultura, porque também nos dá informação. Então, aqui na nossa aldeia tem informação para o jovem, [...] de como trabalhar no “Face” da aldeia, de como divulgar os rituais, os nossos encontros. Igual, dia 28 e 29, vai ter Encontro de Land Rover Estadual aqui na nossa aldeia, mas essa Land Rover Estadual [...] está sendo voltada para apreciar a cultura. E aí você vai encontrar aqui: disputa de cabo de guerra, luta corporal, cantos, pinturas, exposição de artesanato. Então trabalhamos nesse sentido. [...] Aqui, na nossa aldeia, fizemos dois grupos no “zap” para divulgar os plantios, para divulgar, falar dos projetos, falar do turismo, [...] falar das escolas que vêm visitar. É nesse sentido. Usar a ferramenta mais avançada, de última geração, para a manutenção e para a preservação da nossa cultura (Darci Tupã).

Cacique Tupã se orgulha das parcerias realizadas:

Nossa, tem cacique que [...] nunca foi recebido por um prefeito ainda, nunca viram o prefeito da sua cidade. E eu, aqui, almoço com ele, eu converso no “zap” com ele. Então, é coisa de Nhanderu mesmo, que apareceu na nossa vida. Estou indo para as outras aldeias, estou abrindo o caminho. Eu estou numa aldeia de Sapucaia, em Angra dos Reis, com o Lucas, construindo Centro Cultural, construindo uma escola pra comunidade, levando bacia de evapotranspiração, [...] é uma fossa mais segura, é uma fossa mais natural, uma fossa que não polui o solo (Darci Tupã).

Também possuem parcerias com universidades, escolas e a própria Funai. Acerca da divisão do trabalho, Darci contou que costumam se reunir duas vezes ao mês para tratar dessas questões.

E questão da manutenção da cultura já é quase todos os dias, porque todo dia a gente vai para o ritual [...] na Casa de Reza. A gente está trazendo hortas mandalas para as aldeias, com um galinheiro no meio, organizando quem vai cuidar numa semana, quem vai cuidar na outra. Tudo isso. Fora esses trabalhos... As mulheres também trabalham com reciclagem na aldeia, a questão do lixo... (Darci Tupã).

Uma necessidade expressa por Darci diz respeito às gravações dos rituais, das brincadeiras das crianças, dos ensinamentos dos mais velhos, para a preservação da memória.

O Miguel, ele é o cineasta da nossa aldeia. Então, venho me comunicando muito com ele, dizendo assim: “Poxa, vamos entrevistar, vamos gravar as crianças fazendo seu plantio sagrado, construindo oca”. Porque uma oca que você está construindo agora, daqui [a] dez anos não vai ser a mesma. Daqui [a] cinco anos vai ser outra oca. [...] A gente vem perdendo muito nesse sentido. Quando o mais velho morre, a gente só chora, e dizendo que ele levou toda a sabedoria com ele. Só fica a saudade e a imagem do rosto que ele viveu com nós. E a prática que ele fazia, de como faz sua armadilha, de como faz o seu remédio sagrado, a gente não sabe. [...] Tem um grupo aqui de filmagem, que grava o nosso ritual. Ultimamente, eu estou gravando até. [...] Então, é nesse sentido. A memória do nosso povo [...] tem que ser gravada e guardada. [...] Nós, jovens, temos que aproveitar, entrevistar, conversar com eles, porque essa memória [...] vai ser viva para sempre (Darci Tupã).

Você é a natureza. Quando você morrer, vai voltar para o chão, vai voltar para a terra, diz assim o mais velho que “a terra está muito doente”. E os grandes sábios estão

falecendo. O sangue, dizem que é para fortalecer a água, que a água está muito poluída. E aí o mais velho vem morrendo, com toda a sabedoria, e a carne do mais velho se mistura na terra... A Mãe Terra pede socorro para a gente purificar ela. [...] E aí você coloca um prédio lá que, nossa, você cava, cava, cava... É muito cimento, é muito ferro para baixo. É hora de pensar um pouco. É hora de pensar um pouco, porque as grandes construtoras vêm nos machucando muito nesse sentido, nos machucando, digo, ao povo em geral, porque hoje a gente já sente falta de uma cachoeira boa, de um rio bacana pra você ir com o seu povo para pescar, para ir na praia, já não é mais igual antigamente. Igual o mais velho fala, o João, antes de falecer. Tem um vídeo do João, cacique lá de Sapucaia, [...] ele já é falecido, mas fica na memória do nosso povo a sabedoria que ele nos deixou. Ele falando: “Poxa, antigamente, quando chovia, os índios, nossa, agradecia, abria os braços, corria, sabe, corria pelas árvores, corria pelo seu quintal tomando banho de chuva. Hoje já não posso mais fazer isso, porque a chuva que cai já está caindo tudo poluído. Como é que a gente explica isso? Quando a chuva vem, a gente, em vez de ficar feliz, tem que ficar triste” (Darci Tupã).

E finaliza:

A minha aldeia está aqui, pronta para dar apoio e lutar, porque hoje somos beneficiados e alegres. [...] Então eu quero dizer obrigado a todos vocês, a esse prefeito que teve coragem, muita coragem. [...] Agradeço a todos vocês que olham, que trabalham, que ocuparam, que se pintaram, que se manifestaram, que gritaram da melhor maneira possível para a preservação e de querer que o governo aprove o nosso direito. Nós também estamos aqui.

A Aldeia da Mata Verde e Bonita [...] é aberta, e queremos ser útil (Darci Tupã).

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

E aí tem outro lado da luta, que é a luta para você manter a sua cultura viva. Então, a vida nossa é luta, é luta o tempo inteiro.

Darci Tupã

Para o Cacique Darci Tupã, o significado de patrimônio é a vida junto à natureza.

Acredito que [...], quando você olha para nossa cultura, o patrimônio significa natureza. É você dar carinho a ela, você não machucar, você, todo dia, se for preciso, coletar suas plantas, suas ervas, suas caças, suas pescas, fazendo sua oca... Acredito que patrimônio é isso. Porque, se você não tiver isso, você não tem patrimônio nenhum. [...] Não adianta você dizer que você tem família, você tem seu povo, se você não tiver seu patrimônio maior, que é o nosso solo sagrado, onde a gente vai ficar? Nós não temos asas, para ficar voando igual pássaro, para pousar em galho em galho. É da terra que eu falo minha língua. É da terra que vem o meu cocar, da terra que vem os meus colares, minha proteção, é da terra que vem minha pintura, é da terra que eu vim. Então, o meu patrimônio maior é minha aldeia mesmo, é minha natureza toda, a maneira que eu respiro (Darci Tupã).

A Aldeia Guarani Mata Verde e Bonita tem muitos objetos sagrados, que passam de geração em geração:

Um cachimbo de 150 anos, um chicote que é o *popygua*, que todo dia à tarde faz barulho para comunicar, dizendo [...] que todo mundo está indo se reunir para a Casa de Reza,

um bastão sagrado, também de quase 200 anos. [...] Eu uso meu cachimbo para soltar fumaça. Ah! O que eu peço é abrir os caminhos e fortalecer as parcerias. [...] São acervos muito fortes para nós (Darci Tupã).

Assim,

É um sonho meu fazer um museu aqui na aldeia, mostrar nossa história. [...] E aí veio esse Ponto de Cultura. Acredito que é mais do que uma benção, é mostrar de que, por mais que as pessoas pensam diferente, tem pessoas que valorizam a nossa cultura. É por isso que sentimos prazer de viver... Porque, por mais que tem esse preconceito, nem todo mundo tem esse preconceito. A maioria é a favor do bem. Então, esse bem vem nos fortalecendo (Darci Tupã).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A Aldeia Mata Verde Bonita [...] é uma das oito comunidades guaranis no estado do Rio, onde moram 73 pessoas em uma área de proteção ambiental com mais de 90 hectares. Sua língua materna é a variedade mbya do guarani, um idioma indígena do tronco tupi-guarani, falado por milhares de indígenas do Centro-Oeste ao Sul do Brasil e em países vizinhos, como Bolívia e Paraguai. [...] Em 2008 viu suas ocas irem ao chão, depois que um incêndio criminoso destruiu todos os bens materiais de sua antiga aldeia, Tekoá Itarypu, que ficava na praia de Camboinhas, em Niterói, região metropolitana do Rio. A área é um sambaqui com cerca de 8 mil anos, considerada patrimônio arqueológico pelo Iphan. Em 2013, recebeu o convite da prefeitura de Maricá para ocupar uma área de restinga no bairro São José do Imbassáí, onde hoje está a Aldeia Mata

Verde Bonita. [...] Em um projeto da prefeitura, a aldeia recebe alunos de escolas municipais para visitas e palestras. “A melhor maneira de promover nossa causa é recebendo as pessoas na aldeia. Seja pelo esporte, turismo, educação”, diz Tupã.¹⁰

Algum fato curioso, único?

Aqui a gente pesca, planta, faz o nosso ritual. O nosso ritual, todo dia, [...] é presente. Aqui vivemos a vida de verdade. Lembro quando o mais velho, antes de morrer... Teve o mais velho chamado Quaraí Papa, que é o Hilário Nunes. Faleceu nos meus braços, lá em Camboinhas, o mais velho da aldeia. E falou assim para mim: “Pô, cacique, daqui em diante é você que vai andar com o seu povo abrindo os caminhos”. [...] “Nhanderu”, na nossa língua, também no português, é “Deus criador de toda a natureza”. Aí falou: “Quando Nhanderu der oportunidade para você brigar por algo, briga por terra”. Eu acredito que a palavra dele foi tão forte que eu não cheguei a brigar, eu ganhei essa terra. Então, aqui, a gente tem oportunidade, a gente fala, todo dia a gente fala o guarani, direto, a gente só fala português quando recebemos não falante. Então, estamos felizes. Hoje a Aldeia da Mata Verde e Bonita, ela foi batizada. Se chama “Tekoa ka’aguy Hovy Porã” a Aldeia da Mata Verde e Bonita. Ah! Está dando muitos frutos. De 42 pessoas, hoje estamos com 70 pessoas, 70, 72 pessoas. Então, a aldeia está crescendo, a aldeia vem construindo suas ocas tradicionais. [...] O povo de Maricá vibrou quando nós chegamos aqui, que viram começando a levantar as ocas, dizendo: “Ê!

¹⁰ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/em-marica-rj-tribo-usa-idioma-guarani-para-fortalecer-cultura-indigena/>. Acesso em: 24/01/2018.

Bem-vindos, índios! Tamo junto!”. Então, isso fica marcado (Darci Tupã).

Há dois tipos de mandioca: a mansa ou doce (*Manihot aipi*), também conhecida como aipim ou macaxeira, e a mandioca brava (*Manihot utilisima*), ou amarga, que é venenosa. [...] Para a produção de farinha, a mandioca brava é descascada, lavada, ralada e espremida numa esteira [...], ou no tipiti.¹¹

“Foram os índios, por meio do tipiti, que é um objeto de palha trançada e funciona como um espremedor, que descobriram que a mandioca brava servia para o consumo”, explica Simone Gonçalves, especialista em indigenismo e desenvolvimento sustentável.¹²

O aipim é um dos alimentos plantados na Aldeia Mata Verde e Bonita, de acordo com o cacique Tupã: “Aqui tem três tipos. [...] Tem aipim amarelinho, tem a rosinha e tem a branca. [...] A branca é para fazer a farinha, a rosinha e a amarela é para comer mesmo cozida” (Darci Tupã).

11 Disponível em: <http://mindioescola.blogspot.com.br/2011/09/da-mandioca-ao-beiju.html>. Acesso em: 25/01/2018.

12 Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/gastro/2013/09/10/interna_gastro,461344/o-sabor-das-tribos-o-que-que-a-culinaria-indigena-tem.shtml. Acesso em: 25/01/2018.

Ecomuseu Caceribu

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

É um espaço que pretende servir apenas como ferramenta, ele não é um espaço fechado em si, [...] se expande no território através dos rios, das nascentes, das reservas ambientais que nós ainda possuímos. Eles, sim, são o grande patrimônio da nossa região e da nossa cidade.

Rodrigo Rangel

A ideia de transformar o antigo prédio que servia como escritório e balança da Usina de Açúcar de Tanguá no Ecomuseu Caceribu foi de Rodrigo Rangel, agente cultural e morador de Tanguá, após participar de reuniões da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, em finais de 2013.

A partir daí, Rodrigo Rangel, que já havia mobilizado iniciativas de memória e patrimônio na região, foi

reconhecendo na comunidade, na minha cidade, na minha região, alguns elementos silenciados da história, de alguns patrimônios, como neste que nós estamos agora, que vai se destinar a nossa iniciativa. [...] E nesse espaço a gente pretende mobilizar a comunidade para que possa fazer daqui um espaço de trocas, um espaço de construção de memórias coletivas, de reconhecimento de sua própria memória, através de projetos, sobretudo no campo audiovisual, para que exista a possibilidade de capacitar jovens na prática do audiovisual. [...] Principalmente e, sobretudo, pessoas comuns, pessoas da comunidade que têm suas memórias, seus saberes, seus fazeres... Para que possa, a partir daí,

construir um acervo, [...] um acervo que possa dar conta de uma narrativa histórica local, que sempre privilegiou os mais poderosos (Rodrigo Rangel).

A apresentação para a comunidade da proposta do Ecomuseu Caceribu se deu na Semana Nacional de Museus, em 2015, que teve como tema “museus para uma sociedade sustentável”.

Nós convidamos estudantes, estudantes secundaristas de duas escolas estaduais, as duas escolas estaduais da cidade. Nós lotamos o auditório da Câmara de Vereadores do município, apoiados pela Agenda 21,¹³ pelo Fórum Local da Agenda 21, que é um espaço onde sempre se debateu e onde eu apresentei a proposta, a ideia do ecomuseu [...] e foi abraçada pelo fórum, que reúne lideranças locais, reúne poder público, empresários, associações do município, presidentes de conselhos municipais. Então, foi nesse espaço que teve uma grande aceitação. Nós tivemos uma reunião também na clínica de repouso, que fica bem próximo aqui deste nosso espaço, sobretudo porque lá funcionou o hospital que servia à usina de açúcar, [o] hospital da usina funcionou lá. Então, lá eu rerepresentei a ideia (Rodrigo Rangel).

Nesse mesmo evento em 2015 foi realizada exposição com fotos antigas de Tanguá, feita em *banners*, denominada *O patrimônio cultural de Tanguá*. “Tendo o paralelo

13 “A implementação de Agendas 21 locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região” (Disponível em: <http://agendario.org/wp-content/uploads/2016/06/Tangu%C3%A1-Final-08-02-2011.pdf>. Acesso em: 22/01/2018).

[d]os engenhos primitivos que se localizam — alguns resquícios — nessa área rural, engenhos de farinha ou engenhos de cana, alambiques tradicionais que se perderam...” (Rodrigo Rangel). De acordo com Rodrigo, os *banners* continuam expostos no corredor da Prefeitura de Tanguá.

Inicialmente, a proposta era que o espaço fosse nomeado de Ecomuseu da Usina, em referência à Usina Tanguá de Açúcar. Porém,

se eu fechasse a ideia do ecomuseu apenas nesse momento da usina de açúcar, nesse passado remoto, se perderia muito do campo e da proposta do que é museologia, que é tratar das questões pertinentes a uma realidade atual, a uma determinada fragilidade social. Então, esse espaço em breve irá se configurar como espaço público, um espaço que está sendo doado ao município pelo empresário que adquiriu a área [em] que funcionou essa usina de açúcar por 50 anos, da década de 1920 até a década de 1970, [...] quando teve esse hiato. Em 77, até o início de 2000, funcionou a Companhia Brasileira de Antibióticos (Cibran), que foi também uma grande responsável pela degradação desse mesmo rio. Em pesquisas, em bases de dados, jornais da época mostram uma série de denúncias de despejo irregular dessa indústria farmacêutica no rio. Na memória local, é muito forte ainda essa memória. E é por isso que eu gosto muito dessas narrativas não oficiais, que dão conta de nuances, de minúcias que a história oficial não conta. É quando as pessoas lembram do cheiro desagradável que exalava da fábrica, nesse segundo momento, nessa utilização como indústria química farmacêutica... Mas o ecomuseu, não por trás, nem por cima, nem por baixo, mas junto, nesse trabalho de dar voz a essas narrativas um tanto quanto silenciadas ou desprezadas, por conta de não existir, até o momento, um espaço privilegiado no espaço que acolha essas memórias (Rodrigo Rangel).

A categoria trabalho é central nesse processo de musealização, não só desse espaço, mas principalmente fora [...] dessa região, que conta com uma série de espaços reconhecidos ou eleitos como patrimônios ainda não valorizados. Sobretudo a nossa Serra de Tapacurá, que hoje é conhecida como Serra do Barbosão. É um espaço que foi reconhecido como uma reserva municipal, um parque municipal, mas ele ainda se pretende a ser de fato um parque municipal por uma série de deficiências. Nós temos as nossas nascentes dos rios da região muito fragilizadas, por conta da exploração humana, dessa prática extrativista de areia, de areola, de condições até de sobrevivência de alguns, mas, sobretudo, um uso indevido desses recursos naturais. Então, essa proposta de ecomuseu está para isso: para conseguir sensibilizar, sobretudo a comunidade desses patrimônios, que são patrimônios não oficiais, patrimônios, que podem e devem, creio que seja o ideal, eleitos pela comunidade, escolhidos e até, porque não, tombados simbolicamente para que possam ter uma utilidade social (Rodrigo Rangel).

Pretende-se que o prédio, que tem dois andares, disponha de um pequeno auditório para reuniões e rodas de conversa entre diferentes gerações de moradores, pesquisadores, ex-trabalhadores da usina etc. Um espaço de partilha, de acordo com Rodrigo Rangel.

Eu quero, vamos dizer assim, a possibilidade de estruturá-lo, para que ele possa caminhar por si só, para que ele possa mobilizar outras pessoas, para que outras pessoas possam prosseguir com esse projeto e, aí sim, pode-se gerar vários tipos de retornos sociais para a comunidade. [...] É reafirmar esse compromisso de abranger um espaço geográfico maior e isso sempre tendo a participação de uma forma democrática, de uma forma aberta, de

uma forma sadia, saudável, que é esse espaço de escuta que a gente quer proporcionar nesse espaço. Nada mais que isso. Espaço hoje é apenas um detalhe — importante, porém apenas um detalhe — dentro do processo museal de formação do Ecomuseu Caceribu (Rodrigo Rangel).

Além da parceria da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, da Agenda 21 de Tanguá e das escolas da região:

Uma que eu ainda não busquei um contato mais próximo, mas eu creio que será imprescindível para esse trabalho, dentro dessa temática ambiental, da questão da bacia hidrográfica do rio Caceribu, que percorre esses municípios, é o Instituto Baía de Guanabara. É uma associação da Sociedade Civil que é sediada em Niterói, no Horto Municipal de Niterói, e existe já um trabalho deles, até na própria região. Sobretudo em Itaboraí, eles fizeram um trabalho, uma pesquisa muito sólida, que produziu um material muito rico sobre a questão dos oleiros, da arte oleira na região, que é muito forte (Rodrigo Rangel).

Assim, Rodrigo apontou que uma possibilidade interessante é a realização de parceria com os oleiros da região para contribuir para o desenvolvimento do trabalho desse segmento artístico.

Outra parceria importante se deu com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), através de pesquisa acerca do patrimônio cultural material e imaterial de Tanguá, que culminou no documentário *Entre Lugares*, que retrata a folia de reis na região.

Sobre o espaço físico onde se pretende que seja a sede do Ecomuseu Caceribu, Rodrigo contou:

O processo de doação [...] depende, hoje, de uma questão de regularização das taxas devidas da massa falida da Companhia Brasileira de Antibióticos. Ao ser leiloado judicialmente, esse espaço, após decretada a falência da empresa, a adquirente [...] precisava... Ou melhor, acreditava-se que ela receberia o espaço livre de impostos, livre de nenhum tipo de cobrança. [...] Para que a gente possa ocupar, de fato, esse espaço cedido, não oficialmente ainda, mas cedido por uma promessa e por conta de uma cessão de espaço para a prefeitura como espaço público, há uma série de taxas ainda restantes da Companhia Brasileira de Antibióticos, da massa falida da empresa, que precisam ser regularizadas para que o processo de doação, para que o termo de doação seja efetivado. Foi conseguida uma emenda parlamentar pelo município, pela Secretaria de Cultura do município, junto ao Ministério da Cultura, no valor de 400 mil. Num primeiro momento, eu gostaria até que se incluísse, dentro desse projeto, dentro desse orçamento, o projeto já de expografia, um recurso para fazer uma primeira exposição no prédio, sendo que, no primeiro momento, esse recurso será para recuperar o prédio. Por não se tratar também de um prédio tombado, [...] isso permite que se tenha uma certa liberdade para se recuperar, já que não será uma mão de obra tão especializada, porém eu estou acompanhando o projeto para que se possa privilegiar algumas questões, algumas questões específicas de preservação mesmo do espaço e de adequação do espaço para que seja inclusivo, acessível, um espaço com acessibilidade (Rodrigo Rangel).

Quando nós chegamos aqui, eu falei que vocês eram privilegiados de estarem aqui, porque [...] estão conhecendo o espaço que as pessoas da cidade... Muitos não conhecem. Porque esse espaço está a trinta e tantos anos fechado, por conta de ter se tornado uma área industrial privada,

nunca deixou de ser privada, mas porque os funcionários geralmente eram mais especializados, não eram os profissionais da lavoura (Rodrigo Rangel).

A nossa proposta do ecomuseu está ali por dentro [do Plano Municipal de Cultural. [...] Então, tem tudo muito encaminhado na legislação, mas é também um outro embate discutir orçamento, discutir meio orçamentário anual... Isso no âmbito do poder público municipal, para que a gente possa ter uma forma de, de fato, fazer com que essa iniciativa seja sustentável (Rodrigo Rangel).

Os desafios, portanto, são grandes.

A descontinuidade de gestões locais não proporciona que a comunidade tome frente, tome rédea da condução das políticas públicas, dos programas de políticas públicas, que possam de fato ter começo, meio e fim. Até porque o projeto [...] prevê um término. Então, a proposta do Ecomuseu Caceribu não se propõe um projeto, é algo para permanecer. Então, numa série de projetos, a gente acredita que a gente pode empoderar as pessoas dessa consciência para uma democracia não só representativa, como é o modelo que a gente já comprovou que, sozinho, não funciona, mas uma democracia principalmente participativa. Criar essa consciência cidadã, eu acho que é um dos papéis não só desse ecomuseu que a gente fundou, mas está dormente (Rodrigo Rangel).

A Prefeitura de Tanguá se comprometeu, inclusive através de publicação em sua página no Facebook,¹⁴ a

14 Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeitura.gov.tangua/photos/rpp.468923976473532/1459057077460212/?type=3&theater>. Acesso em: 22/01/2018.

transformar o espaço em centro cultural. A gestão será compartilhada entre o poder público municipal, a sociedade civil organizada e os moradores. Rodrigo informou que há articulação para que o Ecomuseu Caceribu se institucionalize enquanto associação e, dessa forma, faça parte do centro cultural.

Por fim, “eu quero um dia que a gente possa ver esse material novamente e falar ‘Nossa! Olha como a gente avançou!’” (Rodrigo Rangel).

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Talvez num primeiro momento a museologia social cause esse estranhamento, porque ela põe o dedo na ferida, ela é um corpo nu, ela mostra, ela choca. A museologia social [...] não está aqui para dar conta de uma narrativa que nos agrada. [...] Me traz muita satisfação perceber que nas narrativas pessoais, nas narrativas das pessoas comuns estão detalhes da história que a história oficial não dá conta (Rodrigo Rangel).

Rodrigo Rangel contou em entrevista como surgiu a ideia do Ecomuseu Caceribu:

Foi num primeiro momento, nessa reunião da Rede [de Museologia Social do Rio de Janeiro] lá do Museu da República, que a gente percebeu “de fato, nós estamos fazendo museologia social na rede social”. Esse foi o primeiro espanto. E a partir daí as pessoas foram entrando em contato, doando ou emprestando material, sobretudo fotografias, documentos, impressões, impressos, material diverso, livros da área da temática do patrimônio, de várias áreas da cultura, materiais que podem servir e que precisam estar disponíveis numa coleção específica,

especializada, da área nesse espaço, para que as pessoas possam... [...] Não é algo que possa estar acumulado, mas algo que seja realmente utilizado pelas pessoas. Então, tudo isso a gente já tem. [...] A gente quer, principalmente, dar voz às pessoas (Rodrigo Rangel).

E continuou:

Eu acho até importantíssimo que a museologia encontre campo na museologia social para essas lideranças locais serem os seus elementos de composição das narrativas. Porque eles, sim, vão eleger a capacidade de sucesso das pessoas se sentirem refletidas naquele conteúdo que está ali exposto, não só exposto, mas naquela prática. E aí que é o grande “tchan” da museologia social, que é colocar o dedo na ferida, que é levantar o debate. O profissional [de museológico] [...] fica, muitas das vezes, receoso disso, mas [...] ele tem o agente local como o seu aliado, ele pode, a partir dali, trabalhar qualquer temática, que ali é uma garantia de comunicação (Rodrigo Rangel).

De acordo com Rodrigo, o plano local de desenvolvimento sustentável “coloca a Serra do Barbosão como o maior patrimônio eleito pela população, como um patrimônio que precisa ser preservado, que precisa ser reconhecido” (Rodrigo Rangel).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

Um aspecto fundamental para o Ecomuseu Caceribu é o ambiental:

O Caceribu é o principal rio que deságua na Baía de Guanabara. Ele percorre... Ele nasce primeiro entre as

regiões serranas, as regiões de serra de Rio Bonito, do município de Rio Bonito, do município de Tanguá, onde estamos, percorre as cidades de Itaboraí, São Gonçalo, até desaguar na APA, na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, que fica em Itaboraí. Então, é um dos principais rios dessa bacia hidrográfica da região da Guanabara e é uma bacia específica, a bacia do Caceribu. [...] Essa nossa planície, que é essa planície agrícola, que foi, por muito tempo, grandes plantações, grandes canaviais e que hoje sofrem com essa exploração desses recursos, que são finitos, para a indústria de construção civil. [...] Mas é um material que até algumas empresas da região buscam alternativas de compostos que possam ser agregados a esse material, para que se possa ser, de uma certa forma, sustentável a essa prática (Rodrigo Rangel).

A visão é desse espaço como um parque municipal, ou um parque fluvial. [...] A própria nascente do rio Caceribu, ou melhor, a nascente do rio Tanguá, que fica na cachoeira de Tomascar, que é um local que, na verdade, é uma queda d'água, mas é um local que a população reconhece como patrimônio, reconhece como espaço de lazer, é um espaço, um ponto até turístico. [...] Mas existe, pela pasta de Turismo, um circuito rural, um circuito de degustação do grande produto, após esse ciclo canavieiro da cana-de-açúcar de Tanguá, que sobrepôs esse ciclo, que é a citricultura, que é a laranja de mesa, que passa pela área rural do município, que mostra uma casa de farinha rudimentar, que vai até o Engenho d'Água. Então, todos esses espaços, todos esses patrimônios fazem parte desse ecomuseu. Eles apenas não estão ainda roteirizados (Rodrigo Rangel).

Algum fato curioso, único?

Toda essa região foi ocupada e serviu, durante séculos, como um celeiro do Rio de Janeiro. Desde a história mais

primitiva da ocupação dessa região da Guanabara pelos indígenas, e a partir daí o nome Caceribu tem sua origem. É uma lenda indígena que trata de uma travessia do rio por um índio que deixou cair um objeto que chamava “caçará” — provavelmente uma faca ou um outro tipo de artefato — e, ao cair, ele quis [...] denotar a queda desse artefato no rio e começou a pronunciar “caçará ibur”, que seria o ato de cair. Eu brinco até que é o primeiro palavrão da região. É o primeiro palavrão oficial. Ele deve ter ficado muito enfurecido com essa queda! (Rodrigo Rangel).

Rede Fitovida

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

O que nós fazemos é patrimônio imaterial.

D. Rosa dos Santos Batista

Em 2000 nasceu a Rede Fitovida, a partir do encontro, mobilizado em Petrópolis, de vários grupos do estado do Rio de Janeiro de erveiros e detentores do conhecimento tradicional de cura através do uso de plantas medicinais.

Com o objetivo de realizar a articulação entre os grupos, a Rede Fitovida contribui com a valorização, a preservação, a divulgação e a transmissão do saber associado às plantas medicinais.

Anualmente, a rede realiza os chamados Encontros da Partilha, em esfera regional e estadual, conforme fala de D. Regina Maria Abreu, integrante do grupo da região metropolitana do Rio de Janeiro e da comissão da Rede Fitovida, em entrevista:

Todo ano nós temos as Partilhas Regionais, ou seja, cada região: Rio de Janeiro, Baixada, São Gonçalo, Campos, Resende, Barra Mansa, Valença, Região Serrana, faz a sua partilha, que é juntar todos os grupos em um dia e refletir, conversar... A gente sempre tem um tema pra ser discutido. Depois a gente tem a Partilha Estadual. Pessoas de todas as regiões que se juntam em um dia para trazer essas respostas que foram feitas nas Regionais. E aí a gente vai juntando esse material e de 3 em 3 anos, a gente tem o Encontro da Rede Fitovida. São três dias e aí sim a gente junta uma galera de até 200 pessoas, com aquele mesmo tema. Dali a

gente tira um documento para a gente colocar em prática. Esse é o nosso trabalho em termo de Rede.

Ainda sobre os Encontros, D. Graça Correia, integrante do Espaço Solidário Multiervas, localizado em Belford Roxo, e da comissão da Rede Fitovida, menciona:

Quando eu comecei, eu sabia preparar alguns chás, que vêm desde a minha infância, da época da minha avó, lá em Minas Gerais. E eu sempre gostei muito de trabalhar com as ervas medicinais. [...] Nesses Encontros, a gente vai aprender cada vez mais, porque lá nós trocamos experiência. Lá, aquela que sabe fazer um tipo de chá já vai ensinar a outra. Aquela erva que eu não conheço, já vou passar a conhecer.

Também são realizadas oficinas sobre os modos de fazer os xaropes, as tinturas, as pomadas etc. Todo o trabalho é voluntário, e os remédios caseiros são vendidos a preços simbólicos para as comunidades em que os grupos atuam.

Em 2004, a Rede iniciou o processo de registro acerca do conhecimento das ervas medicinais como patrimônio imaterial, através do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia desenvolvida pelo IPHAN. A primeira etapa foi concluída em 2007.

Isso foi possível através do Decreto nº 3.551/2000, que instituiu “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”.¹⁵

A Casa de Memória da Rede Fitovida, que funciona no Posto de Saúde por meio de comodato concedido pela Igreja

15 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 06/09/2017.

Católica, foi implementada através do recurso recebido pelo convênio estadual de Ponto de Cultura (2010-2013).

Em 2011, a Rede Fitovida também foi premiada no edital de Pontos de Memória do IBRAM e em 2016, no edital Prêmio Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (nº 01 /DPMUS, de 27 de outubro de 2016).

Sobre essas realizações, D. Rosa dos Santos Batista, integrante da comissão da Rede Fitovida, menciona em entrevista: “É nosso sonho, a casa funcional. A Casa de Memória em si já foi um grande sonho porque a gente tinha esse material todo do INRC, cada um nas suas casas. A gente não tinha um local fixo para poder guardar isso. E hoje em dia a gente tem essa memória. É a minha ‘menina dos olhos’.”

A “casa funcional” a que se refere está relacionada à fala de D. Regina Maria Abreu sobre a Casa de Memória da Rede Fitovida: “Era para ter atividades diárias, mas não tem. Se tivesse condições de pagar pessoas para trabalhar aqui dentro, para ter uma secretária, para ter um zelador... Mas não é essa a nossa realidade”.

Além da dificuldade proporcionada pela distância entre os grupos, outra queixa é quanto à criminalização de suas práticas tradicionais. “A nossa política era conseguir uma lei que nos desse direito de praticar aquilo que a gente recebia como herança. A gente só queria continuar aquilo que a gente recebeu” (D. Rosa dos Santos Batista). “As pessoas que são profissionais da saúde se sentem incomodadas com esse trabalho porque a gente oferece uma ajuda de tratamento alternativo de prevenção a baixo custo ou custo nenhum. [...] A farmácia alo-pata não quer perder seu espaço, então fica em cima” (D. Regina Maria Abreu).

A Lei nº 13.123/2015 e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, através das diretrizes 10

— “Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros” — e 12 — “Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios derivados do uso dos conhecimentos tradicionais associados e do patrimônio genético”¹⁶ —, dão respaldo jurídico a tais práticas.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

A Rede Fitovida tem como missão promover, junto às comunidades, os saberes tradicionais associados às plantas medicinais e a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Nesse sentido, D. Regina Maria Abreu comenta: “A nossa vontade é que cada um aprendesse e fizesse na sua casa aqueles remedinhos”.

A autonomia também norteia os trabalhos da Rede: “Nós temos a liberdade de cada um preparar o seu remédio de acordo com a sua sabedoria. A Rede não impõe [um determinado tipo de trabalho]” (D. Graça Correia).

Ainda sobre a Casa de Memória, estão em exposição imagens das Referências Comunitárias — como são chamados os detentores do conhecimento tradicional — dos diversos grupos que compõem a Rede Fitovida. O reconhecimento do trabalho de memória e patrimônio imaterial desenvolvido por esses detentores da cultura popular é fundamental para a museologia social.

16 Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf. Acesso em: 06/09/2017.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A Rede Fitovida é composta por aproximadamente 108 grupos, distribuídos em 24 municípios do estado do Rio de Janeiro. “Cada grupo tem sua história” (D. Graça Correia). É isso que faz da Rede Fitovida esse belo mosaico de saberes e fazeres!

Os grupos são compostos majoritariamente por mulheres acima de 60 anos, ainda que homens e jovens também participem.

Algum fato curioso, único?

De forma voluntária, três pessoas começaram a pesquisar no final da década de 1990 os grupos que trabalhavam com plantas medicinais no estado do Rio de Janeiro, visitando alguns deles. Quando perceberam que existia uma grande quantidade de grupos detentores desse saber tradicional espalhados pelo estado, enviaram cem cartas para esses grupos propondo um encontro em Petrópolis. Mesmo sem nenhum apoio financeiro, foram a esse encontro 120 pessoas. E assim surgiu a Rede Fitovida. Quem conta essa história foi Suzana Nogueira, no filme *Sobre plantas e partilhas: a Rede Fitovida*, realização do Observatório de Economia Criativa do RJ.¹⁷

17 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=og8RCfqJODw>. Acesso em: 06/09/2017.

Grãos de Luz

Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

*Agora, o resto era erva e a própria alimentação.
[...] Que a alimentação servia também de remédio.
Alimentação é remédio também.*

Seu André

O grupo Grãos de Luz, localizado em Lumiar, no município de Nova Friburgo, é uma iniciativa que reúne mestres da sabedoria tradicional, como erveiros, rezadeiras, tratadores, benzedeiros, parteiras, entre outros. Iniciou seus trabalhos no ano de 2009, quando decidiu-se inscrever no edital Pontos de Cultura o projeto Tesouros da Terra — Nossa Gente: Rezas, Ervas e Danças, que tem por objetivo a valorização das pessoas que carregam o conhecimento tradicional da região. O grupo também faz parte da Rede Fitovida.¹⁸

[...] quem tem esse conhecimento especializado é Seu André, Dona Suécia, Seu Lédio. [...] O outro grupo, que [...] somos [nós], nos consideramos “os aprendizes”, “os agentes do conhecimento”, e essas pessoas que, durante toda a sua vida, viveu essa prática, na Rede Fitovida, nós chamamos de “nossas referências”, Seu Lédio, [...] são as nossas

18 O grupo Grãos de Luz faz parte da Rede Fitovida, que consiste em uma rede de vários grupos do estado do Rio de Janeiro de erveiros e detentores do conhecimento tradicional de cura através do uso de plantas medicinais. Com o objetivo de realizar a articulação entre os grupos, a Rede Fitovida contribui com a valorização, a preservação, a divulgação e a transmissão do saber associado às plantas medicinais.

referências culturais, são os ensinadores, são os nossos acadêmicos (Maria Luiza Borba).

Outro catalisador importante foi a experiência e a troca com a Rede Fitovida, da qual o grupo faz parte. A coordenadora Maria Luiza Borba do Nascimento relata o encontro com a coordenadora da Rede Fitovida Suzana Nogueira:

Eu e Suzana ficamos conversando uma hora, trocando sobre esse trabalho. E aquilo ali me encantou de tal forma... Eu falei: “Gente, nós temos essas pessoas lá em Lumiar, e a rede já está aí com uma organização de mais de dez anos de trabalho, um movimento social fantástico”. [...] A Suzana disse: “Vou lá em Lumiar”. E eu falei: “Então, nós vamos fazer... Eu vou reunir pela primeira vez essas pessoas”. E aí foi no dia 26 de agosto de 2009, nós fizemos nossa primeira reunião lá no Seu Lédio.

O grupo se reúne regularmente e mantém um trabalho diário de atendimento às necessidades da comunidade:

Alguém foi mordido de aranha? Aí se aciona... A gente tem um “zap” [...]. E aí [...] o tempo todo a gente está trabalhando. Principalmente eles, porque eles... Como eles são uma referência, e tem as casas, que já é de muito conhecimento da comunidade, o tempo todo as pessoas estão aqui, solicitando o Seu André (Maria Luiza Borba).

Além disso, a principal realização do grupo é a valorização das pessoas mais antigas da comunidade, os ensinadores, com um trabalho de resgate da memória. É o que conta Maria Luiza:

Nós criamos uma coleção, que é a coleção Nossa Gente. Tudo fica em torno disso. Tesouros da terra, porque são realmente os grandes tesouros, nossa gente. E para que essas pessoas tivessem a sua presença registrada, sua presença e sua importância na comunidade registrada. Então, nós temos — as mulheres vieram na frente — Dona Socorro, Dona Hilda e cada livretinho desse, que é feito de uma forma muito simples e econômica, conta a história de onde vieram, como que aprenderam, a história da família. E não só desse conhecimento, no caso das ervas e das rezas, mas todos eles trazem um conhecimento muito mais amplo. Seu André [...] é um grande contador de causos, assim como Seu Lédio. Ele é calangueiro.¹⁹ O Seu André foi mestre de folia, o seu André tem uma memória... Ele conta aqueles causos de Lampião querendo entrar no céu, que [...] são aqueles cordéis gigantescos, e ele sabe. [...] Eu realmente fico aflita, porque é muita história e muito pouca gente e pouco tempo e poucos recursos para a gente registrar. A gente nunca conseguiu ter um bom registro de audiovisual, entendeu? Não temos isso.

Um dos produtos mais relevantes nesse processo de resgate da memória cultural da comunidade foi o lançamento do livro *Tesouros da terra — nossa gente*. Os integrantes do grupo contam que foi com muita luta que o livro foi publicado. Nele estão reunidos as ações desenvolvidas, o acervo imaterial, com ênfase no registro da memória das chamadas “referências da comunidade” — os mais antigos e portadores desse conhecimento especializado —, a cultura e o conhecimento tradicional da região.

19 Calangueiro é a pessoa especializada em cantar e/ou tocar calango.

[...] eu acho que a gente conseguiu colocar nele [no livro], nesse corpo, essa beleza e essa riqueza desse lugar que a gente mora, dessa natureza que, para mim, que vim da cidade, tem me ensinado muito. E dessas pessoas, desses tesouros da terra, como Seu Lédio, como Seu André, como Dona Suécia, que me ensinaram a entrar também num outro ritmo. [...] Aqui a gente conseguiu nomear [...] uma grande parte dos rezadeiras e rezadores, os tratadores, os benzedores... (Maria Luiza Borba).

Maria Luiza termina saldando a importância do projeto e do impacto na comunidade de Lumiar: “Hoje eles são reconhecidos por esse grande saber e o grande conhecimento que eles têm. Então, para mim, é essa... Acho que é uma consequência maior desse projeto”.

Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense (Jongo de Pinheiral)

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

Essa tradição, ela é passada de geração em geração. Então, dançar jongo não é só botar uma saia e se exibir na roda. A gente tem todo um ritual, os tambores, a dança, os terreiros que a gente está. Isso é memória. A luta do nosso povo foi lá atrás, é hoje e ainda vai ser amanhã.

Maria de Fátima da Silveira Santos

O Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense (CREASF), mais conhecido como Jongo de Pinheiral, é uma ONG criada em 1996. Posteriormente, o grupo foi selecionado no edital de Pontos de Cultura com a Casa do Jongo, porém, o trabalho com o jongo se inicia em 1985.

Maria de Fátima da Silveira Santos, a Fatinha do Jongo, coordenadora do Grupo de Jongo desde a juventude, contou em entrevista que existem várias famílias de jogueiros na cidade de Pinheiral, que é conhecida como a “Capital do Jongo”: “Essa tradição vem sendo passada desde a época da escravidão pelos negros que viviam na Fazenda São José do Pinheiro, que foi a maior fazenda de café aqui do sul do estado. E lá viveram mais de três mil negros escravizados,

e temos descendentes ainda desses negros, aqui no grupo inclusive” (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Aqui o jongo nunca esteve adormecido, nada, sempre foi ativo. E lá por volta de 1985, nós começamos a militar no movimento negro e a gente viu a importância da riqueza que a gente tinha aqui, que era a cultura viva do povo negro. Então, a gente intensificou esse trabalho, criamos a União Jongueira e, depois, [em] [19]96, nós fundamos a ONG (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Fatinha relatou que, desde 1985, já desenvolviam trabalhos nas escolas da região.

Então, a Lei [nº] 10.639 [de 2003, que torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas], ela só veio nos respaldar, porque a gente já fazia esse trabalho e continuamos fazendo. [...] Porque a gente entende que a autoestima da criança negra, para formar um bom cidadão, passa pelo conhecimento da nossa história, da nossa luta (Maria de Fátima da Silveira Santos).

“Nessa época a gente era bem jovem e a gente tinha uma necessidade, porque os mais velhos já estavam com dificuldade de manter a tradição”, explicou ela.

O grupo, que já se apresentou em teatros e é convidado para dar palestras e seminários sobre o tema, se encontra toda terça-feira na casa que alugaram para esse fim. É dessa maneira que passam informes, conversam sobre os trabalhos que serão desenvolvidos e sobre capacitação:

Esse ano a gente está trabalhando o turismo de memória e o turismo comunitário, porque a gente tem essas famílias, membros dessas famílias mais antigas, que vêm com

a gente desde aquela época. Mas eu tenho pessoas que chegaram no grupo recentemente. Então, a gente viu a necessidade de a gente trabalhar. Aqui é um grupo voluntário, as pessoas estão aqui porque querem, porque gostam, mas todo mundo faz tudo aqui, inclusive falar da nossa história, da nossa luta. [...] Então, a gente faz essa capacitação, ou final de semana, ou dentro dessas reuniões de terça-feira (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Há também um calendário de festas.

A principal festa nossa é Santana, que é dia 26 de julho. Essa festa já existe há muitos anos e é também o Dia Estadual do Jongo. E nós temos o Dia Municipal do Jongo, que é o dia 7 de abril. Pinheiral foi a primeira cidade a ter o dia municipal. [...] Nós escolhemos o dia de nascimento do nosso maior mestre, que foi o Benedito, o Mestre José Cabiúna. [...] Depois, a gente tem a Festa de São Benedito, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora do Rosário, que é 5 de outubro. E a gente trabalha a Semana da Consciência Negra, que é em novembro (Maria de Fátima da Silveira Santos).

De acordo com Fatinha, o grupo conta com a parceria da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Centro Universitário Oswaldo Aranha (UNIFOA), que é uma universidade de Volta Redonda, do Ministério Público de Volta Redonda, do Fórum de Pontos de Cultura e das comunidades jogueiras do Sudeste.

Com a parceria da UFF surgiram projetos importantes, a exemplo do documentário e do mapeamento de iniciativas de Jongo.

Alguns anos atrás, nós fizemos um documentário junto com a professora Hebe Mattos e a professora Martha Abreu. Elas são professoras da UFF, são historiadoras, pesquisadoras da questão negra. Elas têm vários trabalhos publicados e tudo. E a gente tem esse documentário. Aí, houve um edital da Petrobrás, elas resolveram escrever este trabalho: *Passados presentes*. Então, convidou a gente para participar, nós, o Quilombo São José, o Quilombo do Bracuí e a capoeira lá do Centro do Rio, a capoeira tradicional. [...] A gente mapeou 12 pontos na cidade onde teve a presença do negro jongueiro, passando por terreiros de jongo, festas que já não existem mais. O ponto alto é lá nas minas da Fazenda São José do Pinheiro, onde deu origem a Pinheiral, e a memória nossa está lá, do povo negro. Então, o Memorial ficou lá e a nossa Casa [do Jongo] aqui é um Ponto [de Cultural] também. Então, a gente fecha os pacotes e aí a pessoa, o grupo, vem para cá, a gente recebe o grupo aqui, toma um café da manhã, depois faz esse trajeto a pé e retorna para a Casa [do Jongo], aí almoça aqui com a gente. Então, a gente trabalha a nossa gastronomia afro. Na parte da tarde, a gente faz oficina. É o grupo que vai escolher se quer apenas a palestra ou se quer a oficina de percussão e a dança, e no final da tarde a gente faz o encerramento. Nós temos recebido vários grupos, inclusive de outros estados (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Sobre o referido documentário:

Passados presentes: memória negra no sul fluminense coloca em destaque a vigorosa tradição oral de descendentes de escravizados nos antigos domínios da família Souza Breves, na região sul do estado do Rio de Janeiro (Bracuí e Pinheiral), que protege do esquecimento informações sobre o tráfico ilegal de africanos e sobre experiências de

antepassados cativos e libertos. Ao lado do jongo, a tradição oral constitui patrimônio familiar e cultural e se transforma hoje em traço identitário que apoia lutas políticas mais amplas contra o racismo e pela garantia da posse de terras coletivas.²⁰

Na Casa do Jongo há a Biblioteca Cultural Afro Brasileira. Fatinha mencionou que os pesquisadores e estudantes que realizam seus trabalhos sobre o jongo de Pinheiral têm o compromisso de devolver essas pesquisas, que servem de acervo para a biblioteca.

Então, a gente faz essa troca: ele faz a pesquisa, mas ele devolve o trabalho pronto para nossa biblioteca. [...] Essa biblioteca é muito interessante, porque ela existe desde os anos 1980. Quando nós iniciamos, a gente não tinha espaço nenhum. A gente iniciou com um trabalho na casa dos meus pais e depois a gente trabalhou junto com alguns padres, porque foi criado o Agente de Pastoral Negro, que é uma pastoral dentro da Igreja Católica. Hoje em dia, esse movimento, ele já está fora da igreja católica. [...] Os padres que abraçavam a causa negra dentro da igreja foram Padre Paulo, que esteve aqui com a gente, o Padre Jorge Archer, o Padre Sílvio, o Padre Miguel. A gente trabalhou com eles dentro da igreja. Aqui tinha um bispo muito revolucionário, ele morreu recentemente. [...] Ele era muito pelo povo, e ele cedeu uma sala para nós no Centro Pastoral, aí a gente fundou essa biblioteca lá. [...] [Depois] a gente saiu. Aí voltamos para a casa dos meus pais. E, quando foi em 2005, nós fomos contemplados com o edital de Ponto de Cultura, aí nós alugamos esta casa (Maria de Fátima da Silveira Santos).

20 Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/passadospresentes/filmes_passados.php. Acesso em: 10/01/2018.

Com o acervo que possuem, já realizaram exposições, e em julho de 2017 fizeram a 1ª Feira Criativa do Jongo de Pinheiral, nomeada de A Cor do Jongo.

Nós levamos para a rua, pro espaço que nós montamos a feira. Essa feira é temática, nós trabalhamos o tema do jongo. Então, o nosso artesanato foi todo voltado para o jongo, as nossas comidas e a parte cultural. Nós dançamos, e teve um samba muito bom, samba de raiz. E teve uma parte que a gente montou a exposição do nosso material, tanto material didático quanto esse material que está exposto aqui, a gente levou para a rua. E foi muito interessante, sabe? A gente teve até uma matéria de duas páginas de uma jornalista que esteve aqui na feira, e ela publicou num *blog* de São Paulo. Foi muito bonito, ficou muito bom. E a gente já participou de outras exposições, lá no Rio, de material nosso; no IPHAN mesmo; lá no Museu Nacional tem material nosso (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Além da Casa do Jongo, também são realizadas visitas-guiadas pelas ruínas da Fazenda São José dos Pinheiros, que conta com um Memorial sobre o Jongo, que faz parte do projeto Passados Presentes. A visita trata da história da fazenda, localizada no chamado Vale do Café, de sua relação com os municípios vizinhos e do árduo trabalho dos negros escravizados, trazidos da África nos navios negreiros.

Apesar dos cursos de formação que desenvolvem, existem algumas limitações:

A gente não é muito técnico, eu logo te falei, a gente tem informação, a maioria na área de educação, mas a gente não é muito técnico. Então, por exemplo, na questão dessa sala, se a gente tivesse uma orientação mais técnica, de

usar esse material que a gente tem, de uma forma que a gente atendesse melhor o público, isso aí seria bacana, essa parceria. [...] A gente também nunca teve nenhuma formação de contação de história... Ninguém aqui nunca fez curso de nada disso. Tudo que a gente faz é por nossa conta (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Maria das Graças da Silveira Santos, também coordenadora do espaço, continuou:

E eu penso também, por exemplo: a gente tem câmeras boas, a gente tem um material legal, mas a gente também não sabe usar direito. Então, às vezes, uma foto que eu poderia bater e ficar show, fica bonita, mas não fica aquela [foto]... Eu acho que falta essa orientação para a gente também (Maria das Graças da Silveira Santos).

Em relação às fontes de recursos financeiros, Fatinha contou:

Você sabe que trabalhar com cultura popular é muito difícil. A gente sempre lutou por recursos próprios, todo mundo colabora com as coisas, sempre. [...] Quando a gente recebeu o Ponto de Cultura, a gente teve um recurso para trabalhar durante três anos, que foi onde a gente conseguiu montar, comprar alguns aparelhos que a gente tem aqui. E acabou esse recurso, entendeu? Então, de vez em quando, a gente ganha alguns prêmios, que aí a gente também consegue sobreviver, porque a gente tem uma despesa muito grande aqui, de aluguel, água, internet, segurança e tudo. A gente acaba investindo um dinheiro grande aqui e, de vez em quando, a gente faz bingos, faz essas feiras, almoço. A gente faz algumas festas aqui, onde a gente põe o bar para funcionar, aí entra algum dinheiro. [...] Igual agora, a Festa

de São Benedito, é tudo doação. Todo mundo doa as coisas, o grupo trabalha, confecciona e daí a gente vai tocando. É assim. Com a ajuda do Ministério Público, a gente talvez consiga uma casa lá nas ruínas [da fazenda], e a gente está tentando com a Prefeitura uma subvenção, que era para ter saído em janeiro. A gente já cumpriu todas as exigências, mas até hoje não saiu. [...] Olha, o maior problema nosso mesmo é a questão desse aluguel aqui. Porque, em termos de prática de desenvolver atividades, isso a gente faz muito bem, isso daí não é problema para nós, mas a questão do espaço, a gente precisa definir isso na nossa vida. A gente precisa sair desse aluguel, a gente precisa construir lá no espaço que a gente ganhou ou, sei lá, a gente tem que dar um jeito, porque isso está limitando a gente bastante (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Por essas questões, a Casa do Jongo de Pinheiral não fica aberta durante a semana, só às terças-feiras, no horário da reunião do grupo e quando tem programação.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

A gente fala do nosso trabalho, das nossas dificuldades, aí a gente não está falando assim: “Ah... é só o Jongo de Pinheiral...”. Não. Todas as comunidades jogueiras, todo mundo que trabalha com cultura popular... são os bois, são as folias de reis, sabe? Porque o poder público, ele não nos valoriza. [...] A gente mantém essa tradição porque isso está dentro da gente, está no coração, é nossa vida, nossa história. Então, poder mostrar isso para o mundo é bacana, que a gente está vivo, que a gente existe, que nós somos cidadãos brasileiros, que a nossa história tem que ser respeitada, a nossa cultura, a nossa tradição, a nossa religião.
Maria de Fátima da Silveira Santos

A museologia social e a cultura popular têm o intuito de valorizar histórias e memórias presentes nos saberes e fazeres comunitários historicamente marginalizados. Nesse sentido, a Casa do Jongo de Pinheiral cumpre um importante papel de legitimação e fortalecimento da cultura de origem africana, que, apesar de fundamental para a formação do povo brasileiro, ainda hoje é tão pouco valorizada.

Outro aspecto necessário diz respeito à representatividade:

As crianças aqui, que vêm, que frequentam, até mesmo quando a gente vai à escola, eles ficam encantados, porque a gente tem muitos livros de histórias infantis onde aparece a princesa, o príncipe negro, e eles não têm isso nas outras bibliotecas. Aí, então, eles ficam assim: “Mas existe? Eu posso ser? Como é que eu faço?”. [...] Então, a gente conta essas histórias e, quando eles estão aqui, a gente coloca os filmes, leva para a biblioteca, deixa eles à vontade, depois pede para fazer um desenho do que eles entenderam, do que eles viram ou leram, e o retorno é muito bom, muito bom mesmo. [...] É como, também, a gente coloca: graças ao jongo, a gente tem entrado em lugares que às vezes... Eu mesma, várias vezes, passei em certas portas e nunca me vi ali dentro. Tinha vontade de conhecer, mas não sabia como. E, com o jongo, a gente descobriu que a gente perdeu tempo, porque a gente poderia ter entrado, poderia... E, de repente, o jongo oportuniza todo um contato. Eu posso conversar com todo mundo, as pessoas vêm fazer pergunta: “Eu queria saber mais. Como é que é isso? Eu posso ir lá na casa de vocês?”. Então, o jongo dá muito essa liberdade para a gente agora, até de se questionar. Antes de pensar “Eu não posso”, a gente fazer essa pergunta para a gente mesmo. A gente dançou no Teatro Municipal. A gente nunca tinha dançado lá, nunca

tinha dançado, mas foi muito bacana. A gente foi fazer o fechamento de um evento. [...] A gente ver o nosso pessoal ali, se exibindo, sabe? Muito bacana. Nós dançamos na Basílica de Aparecida, numa missa afro lá. Umas três vezes a gente já dançou lá. Quer dizer, eu vejo assim, isso [lé] de uma importância tão grande! Da valorização da nossa cultura, da nossa história, do respeito, entendeu? (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Ainda sobre isso, Fatinha expôs:

Este espaço aqui, para nós, ele também é muito importante. Para toda a comunidade, eu falo [quel] aqui é um espaço de convivência, onde as pessoas conseguem, os negros conseguem se sentir gente, se sentir importante. Aqui no sul do estado o racismo é muito forte. Então, a gente não tem entrada em vários lugares, e aqui, não, aqui todo mundo participa, todo mundo é valorizado. Então, este espaço aqui, para nós, é muito importante, para a comunidade negra (Maria de Fátima da Silveira Santos).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A cidade de Pinheiral, no Vale do Paraíba, nasceu ao redor de uma estação ferroviária, no entorno de uma fazenda de café, a Fazenda São José dos Pinheiros. Nessa propriedade da família Breves, uma das maiores da região nos tempos do Brasil Colônia, havia um celeiro de negros escravizados. Eram 2 mil escravos trabalhando na fazenda quando foi aberto o testamento do comendador Breves, dando-lhes a alforria e uma parte das terras, em 1879. O casarão onde ele morava, considerado um palácio, hoje são apenas ruínas. Mas algo ali se mantém vivo desde então: o jongo. [...]

Também conhecido como caxambu, batuque, tambor ou tambu, o jongo é uma expressão de origem africana que se manifesta no Brasil principalmente na região Sudeste e conta com três elementos essenciais: o canto, a dança e a percussão. Nas rodas de jongo, homens e mulheres dançam e cantam os chamados “pontos”, misturando metáforas e dialetos da língua banto, ao som de tambores, fabricados em sua maioria de maneira artesanal. Em Pinheiral, a tradição é de dois tambores: o grande e o candongueiro. O contratempo entre os dois é feito com um pedaço de pau chamado de macuco.²¹

Algum fato curioso, único?

Isso aqui é um conto que, para nós, foi verídico, porque muitos de nós viveu essa história... A gente retrata

ela aqui. É a história do Lobisomem, de um jongueiro que a população falava que ele virava lobisomem. Aí a gente mostra aqui toda a situação do lobisomem, que gosta de criança que é pagã, criança que não é batizada. Depois aqui o lobisomem fugindo na noite de lua cheia. Aí, conta a tradição também, que o lobisomem, ele aparece muito na quaresma, então, a gente retrata aqui. Aqui, uma roda de jongo e o jongueiro que virava lobisomem. Aí, chega no final, a gente mostra o lobisomem para a criança. [...] Isso aqui é um conto africano. A gente conta como surgiu o café lá na Etiópia. Aí, foram dois camponeses pastoreando as ovelhas, eles descobriram que as ovelhas estavam comendo as sementes do café, os grãos de café, aí eles levam para os monges para saber o [...] que é, os monges pesquisam, aí descobrem o aroma do café e jogam na fogueira, aí descobrem... Aí eles ficam tão apaixonados

21 Disponível em: <http://iberculturviva.org/portfolio/jongo-de-pinheiral-uma-tradicao-passada-de-geracao-em-geracao/>. Acesso em: 11/01/2018.

pela bebida que eles acabam se casando. Aqui também a gente canta vários pontos de jongo, é bem interessante. Nesse painel aqui, a gente conta a história das comunidades jongueiras do entorno do rio Paraíba. O rio Paraíba, ele é muito importante para nós, ele corta o estado do Rio todo, desde São Paulo (Maria de Fátima da Silveira Santos).

TV Maxabomba — Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP)

Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

Acho que, fundamentalmente, o que se carrega no DNA dessa instituição, que nasce na TV Maxambomba, é a possibilidade de ouvir. A possibilidade de você transformar alguma coisa é ouvindo.

Luiz Carlos Lima

A TV Maxambomba (TVM), uma das primeiras TVs comunitárias do país, iniciou seus trabalhos em 1986 na Baixada Fluminense como projeto pioneiro do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), ONG criada no mesmo ano. De acordo com o site da instituição, “o objetivo era democratizar a informação. A ação da TVM, durante 15 anos, consistiu na produção e exibição de vídeos em praças nos bairros da Baixada, em um telão armado sobre uma Kombi”.²²

Entre seus fundadores, oriundos de diferentes áreas, estavam o pedagogo Paulo Freire, o físico Ennio Candotti, o arquiteto e cartunista Claudius Ceccon, os

²² Disponível em: <http://www.cecip.org.br/site/conheca-a-pagina-da-memoria-da-tv-maxambomba/>. Acesso em: 28/08/2017.

cineastas Eduardo Coutinho e Breno Kuperman, e a escritora Ana Maria Machado. Claudius Ceccon fala em entrevista que, com o fim da ditadura civil-militar, que durou 21 anos, a participação de toda uma geração tinha sido reprimida e, “então, nesse clima, um grupo se reuniu e achou que era extremamente importante que esses dados e informações fossem disponibilizados, se tornassem acessíveis”.

As informações a que Claudius se refere faziam parte da discussão sobre a Constituição Cidadã, como é chamada a Constituição de 1988. Ele continua: “A gente pensou que a maneira de fazer isso seria através da produção de materiais audiovisuais, e assim se constitui o CECIP”.

Nesse contexto e entendendo que “o vídeo e a televisão não eram acessíveis aos setores populares” (Claudius Ceccon), a TV Maxambomba registrava o cotidiano dos moradores da Baixada, incluindo-os como participantes, já que depois da programação havia uma câmera aberta para que as pessoas contassem suas histórias, debatessem os assuntos tratados sem que ninguém os limitasse ou os impedisse de falar. Vem daí o pioneirismo desse projeto, além, é claro, do próprio vídeo, que possibilitava imagens instantâneas — uma novidade há 30 anos. Luiz Carlos Lima, que atuou na TV Maxambomba desde o início e hoje faz parte da equipe, afirma que eles não tinham consciência, no início dos trabalhos da TVM, que estavam contribuindo para a preservação da memória da Baixada Fluminense, desde o acompanhamento das mudanças no território até o registro da cobrança da população em relação às políticas públicas: “A ação da TVM não parou por aí. Paralelamente à produção, realizou diferentes projetos voltados à garantia de

direitos. Botando a Mão na Mídia, Repórter de Bairro e Puxando Conversa são algumas dessas iniciativas”.²³

Gianne Neves, que faz parte da equipe do CECIP, tendo participado do Repórter de Bairro em Rancho Fundo (Nova Iguaçu), onde nasceu, quando tinha apenas 12 anos, fala da importância desse projeto: “Dá para a gente olhar o lugar que a gente vive por uma outra perspectiva. [...] A gente estava acostumado a ligar a TV e ver notícia [...] colocando a Baixada Fluminense em um lugar muito ruim, sem valorizar o que também tinha de bom lá”.

A TV Maxambomba e o CECIP desenvolvem “projetos nos campos da Educação, Comunicação, Infância, Juventude e Tecnologia, Memória e Cultura. [...] Sua missão é contribuir para o fortalecimento da cidadania e influenciar políticas públicas.”²⁴

Claudius Ceccon conta que, apesar da importância e do poder da imagem, eles perceberam que isso não bastava e começaram a desenvolver outras ferramentas, como capacitação para formação de gestores e educadores para a melhoria da qualidade da educação infantil, com o projeto De Mãos Dadas, e formação em *design* gráfico, fotografia, vídeo e computação gráfica para jovens, com a parceria do projeto OI KABUM!, dentre muitos outros. Também passaram a desenvolver materiais educativos de combate ao racismo e à violência contra a mulher e sobre cultura de paz e educação infantil. Realizaram a exposição *De olho na rua — aprendizados de mídia e participação*, na Casa da Ciência da UFRJ, com atividades paralelas, como rodas de conversa, exibição de

23 Disponível em: <http://cecip.org.br/tvmaxambomba/>. Acesso em: 28/08/2017.

24 Disponível em: <http://cecip.org.br/tvmaxambomba/>. Acesso em: 28/08/2017.

filmes e oficinas. Posteriormente, a exposição e as atividades foram oferecidas na Nave do Conhecimento de Nova Brasília, no Complexo do Alemão.

Lá também são desenvolvidos cursos e atividades de capacitação em novas tecnologias, garantindo livre acesso à internet e recursos multimídia. “As ações desenvolvidas na Praça do Conhecimento têm como enfoques o olhar para a realidade, o pensar e o agir críticos, a promoção e valorização do ser humano e do território urbano das comunidades do Complexo do Alemão”.²⁵

“Apropriar-se de tecnologia e informação, eu acho que é o X da questão” (Claudius Ceccon).

Em 2010, foram selecionados no edital de Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura. Com o recurso financeiro, desenvolveram as oficinas gratuitas do CECIP. Megapixel, que ensinavam “a gravar, editar e publicar vídeos, utilizando ferramentas simples, como máquinas fotográficas digitais e programas de software livre”.²⁶ O registro e a sistematização dessa experiência está disponível na publicação *Viagem do olhar — experiências do ponto de cultura CECIP.Megapixel*, que também pode ser acessada no site da instituição.

A partir do entendimento sobre a importância do acervo da TV Maxambomba como memória da Baixada Fluminense e de seus moradores, já que ele conta com aproximadamente 500 horas de programas gravados e mais de 3.800 imagens catalogadas, outros projetos foram desenvolvidos.

Assim, em 2014,

25 Disponível em: <http://www.cecip.org.br/site/praca-do-conhecimento-2/>. Acesso em: 29/08/2017.

26 Disponível em: <http://www.cecip.org.br/site/ponto-de-cultura-2/>. Acesso em: 28/08/2017.

O projeto TV Maxambomba: Televisão Popular e Memória Fluminense, realizado com recursos da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, permitiu que o CECIP digitalizasse parte do acervo, criando este banco de dados para disponibilizar vídeos, fotos e textos para o público interessado. No mesmo ano, o CECIP recebeu do IBRAM/MinC o Prêmio Ponto de Memória, pelo projeto TV Maxambomba, o que tem possibilitado a realização de ações para ampliar o acesso a esses conteúdos.²⁷

Sobre a importância da memória, Gianne Neves menciona: “A memória faz parte da formação, faz parte do que a gente é hoje e vai ser lá na frente”. A principal fonte de recurso das ações realizadas vem da seleção em editais de fomento. Mas entendem como desvantagem desse processo a impossibilidade de manter a equipe quando o recurso acaba.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Em todas as atividades desenvolvidas pelo CECIP e pela TV Maxambomba há a preocupação constante de ouvir o outro, de valorizar seus saberes e de incluí-los de forma participativa, seja no trabalho com crianças, jovens ou profissionais de diferentes áreas. Sobre isso, Claudius Ceccon comenta: “Essa metodologia não caiu do céu, é um combinado de um monte de pecinhas que vão sendo construídas e testadas ao longo desse trabalho”.

Um exemplo disso foi a realização do material educativo para a formação de professores da educação infantil. No grupo de discussão para a elaboração desse material, estavam reunidas as professoras das creches e

27 Disponível em: <http://cecip.org.br/tvmaxambomba/>. Acesso em: 28/08/2017.

especialistas com ampla formação no tema. “Depois de 10 minutos de discussão, não tem mais PHD. O resultado disso é um produto que tem acuidade científica, mas ali está também a realidade prática de quem vive o cotidiano da creche e da educação infantil” (Claudius Ceccon).

Claudius menciona outro exemplo:

No acervo da Maxambomba temos imagens que eu acho que acabaram não sendo editadas, de ocupações de terra. [...] Tem uma entrevista com um camponês que a gente conheceu numa reunião que é superinteressante. Tem uns 10, 15 minutos que ele fala para a câmera como se ele não tivesse feito outra coisa da vida, contando como é que ele planta. [...] É um documento incrível.

Durante a realização dos projetos ficou evidente a importância do registro da memória que o grupo realiza. Ao incluir os moradores como agentes ativos nesse processo, possibilitaram ações horizontais e a percepção da importância de projetos que garantissem os direitos da população em uma região do estado com tantas demandas e a constante ausência do poder público.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

Sobre o nome Maxambomba, Luiz Carlos Lima diz que era como Nova Iguaçu, maior cidade da Baixada Fluminense, era chamada. Também associa o nome à estação de trem que existia ali.

De fato, “a Vila se transformou em cidade e continuou a prestigiar o nome da estação. [...] Em 1916, Maxambomba passa a se chamar Nova Iguaçu”.²⁸

28 Disponível em: <http://jornalhoje.inf.br/wp/?p=17594>. Acesso em: 28/08/2017.

Considerada “município mãe” da Baixada, Nova Iguaçu “deu origem a muitas outras cidades, como Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita” (*idem*).

Um outro ponto de destaque é o pioneirismo do grupo nos anos 1980. Poucos são os trabalhos na época com audiovisual, tanto pela inovação da tecnologia quanto pelas ações culturais realizadas na Baixada Fluminense, área muitas vezes esquecida e com grande falta de direitos no território do Rio de Janeiro.

Algum fato curioso, único?

Romildo Souza Bastos, um dos compositores da música “Conto de areia”, conhecida na voz de Clara Nunes, aparece em gravação da TV Maxambomba na série Puxando Conversa — um projeto de memória do samba carioca. De acordo com Luiz Carlos, pouco tempo depois da gravação o compositor faleceu. “O único registro que tem em vídeo foi a Maxambomba que fez” (Luiz Carlos Lima).

E continua: “A gente gravou porque era uma história interessante, um sujeito importante, mas talvez a gente não tivesse a dimensão do que isso representa para a memória. O que isso tem de fundamental para você entender que cidade é essa que você está falando, que lugar é esse que você está falando” (Luiz Carlos Lima).

O primeiro programa dessa série, intitulado Cheio de Cantigas, foi dirigido por Valter Filé.²⁹

Destaca-se também a participação de nomes públicos de referência, como o educador Paulo Freire, trazendo a revolucionária pedagogia da liberdade, que trata as práticas educacionais com uma lógica revolucionária

29 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cgQgZPgMbKO>. Acesso em: 28/08/2017.

e não colonizadora, e o cineasta Eduardo Coutinho, que usava seus documentários para tratar diversas questões importantes da sociedade por meio da história de pessoas “comuns” e que teve grande participação na TV Maxambomba. Ambos são referência para os integrantes do grupo.

Clube Palmares

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

Porque no Palmares é que nós começamos a conhecer a nossa verdadeira história.

João Estanislau Laureano

O Clube Palmares, localizado em Volta Redonda, cidade da região Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, foi fundado em 31 de janeiro de 1965 por jovens negros que não tinham o direito, naquela época, de frequentar clubes na cidade, devido à cor de sua pele. Seu João Estanislau Laureano, de 84 anos, um dos fundadores do Clube Palmares, pergunta no início da entrevista: “Vamos lá, 52 anos... Vocês estão com paciência para ouvir toda a história de Palmares?”.

Ele, que há 53 anos — completos em janeiro de 2018 — já compreendia a importância da representatividade e da divulgação da memória negra, contou em entrevista:

Na década de 1960, até a década de [19]70, nenhum clube em Volta Redonda aceitava negro no quadro social. Eu estava fazendo o Científico, um amigo meu, negro, fazendo Engenharia lá no Rio, que não tinha faculdade aqui no interior, e aí a gente reunia na Praça Brasil. [...] E, quando ia aproximando as 10 horas, aquele grupo ia desfazendo. Os brancos, os amigos brancos, iam para os clubes da cidade, que era o Náutico, o Umuarama, o Comercial, o Aeroclube. E sobrava nós dois. [...] Aí deu um estalozinho, um alerta. A gente caminhando para casa, eu fiz uma pergunta para o

Naza: “Nazário, por que a gente não funda um clube? Que, se algum dia, nós casarmos, nossos filhos não vão passar pelo mesmo constrangimento”. Ele era muito inteligente, muito competente, ele absorveu a proposta, mas não deu resposta. Como ele fazia faculdade no Rio, 15 dias depois ele voltou: “João, aquela ideia está de pé?”. Eu disse “Qual ideia?”. “A ideia de fundar o clube”. “Está! Nós temos necessidade de ter um espaço social para nós”. Aí ele convidou uma amiga dele, Maria da Glória, foi a primeira professora negra de Volta Redonda (João Estanislau Laureano).

A partir daí, estudaram os estatutos de outros clubes, para elaborar o próprio estatuto. Seu João Laureano enfatizou que, “assim que nós elaboramos o estatuto, começamos a divulgar que a gente estava fundando um clube social. Para as pessoas, era uma coisa muito estranha, que até então não tinha. Não era clube de negro, mas era para que o negro tivesse acesso” (João Estanislau Laureano).

O Clube Palmares travou suas primeiras lutas para firmar-se como entidade oficial: encontrou dificuldades para fazer o registro de seu estatuto, para organizar sua Sede Administrativa, formar seu quadro social etc. Até o mês de outubro de 1965, as reuniões foram realizadas na sede administrativa do Guarani Futebol Clube, no Edifício Justino Molica, ou, ainda, nas residências dos associados; e, aos domingos, numa sala de aula do grupo escolar Trajano de Medeiros, hoje, Colégio Manoel Marinho.³⁰

Ele contou que, dois meses depois, já eram aproximadamente 180 pessoas que se reuniam aos domingos

30 Disponível em: <http://clubepalmares.blogspot.com.br/p/historia.html>. Acesso em: 03/01/2018.

em prol do clube. Naquele momento, surgiu o nome Clube Palmares:

Bom, o estatuto existe. E qual o nome que nós vamos dar à entidade?”. Aí surgiram várias sugestões. [...] O nome de Kutuba, Treze de Maio, Quinze de Novembro, Feniano e Palmares. Aí nós colocamos em votação, ganhou o nome Palmares, que tinha uma relação com o Quilombo dos Palmares. Assim se deu a fundação do Clube (João Estanislau Laureano).

Seu João lembrou que as reuniões eram muito festivas e que a primeira atividade cultural do Clube Palmares foi um recital de piano e coral. “Então, deu mais um choque na sociedade: ‘Espera, um grupo de negros fazendo atividade cultural’” (João Estanislau Laureano).

Sobre o referido evento: “No dia 13 de maio de 1965, realizaram no auditório do Colégio Trajano de Medeiros a primeira promoção social e oficial, apresentando um recital de piano, grupo de dança afro, o Coral Palmarino e outras atividades”.³¹

Para divulgar o clube e conseguir mais associados, foi realizado em 13 de novembro de 1965 o primeiro baile, nomeado A Noite do Samba. Mesmo sem sede, seis meses depois já eram 985 associados, de acordo com Seu João. E então passaram a fazer os bailes de três em três meses, alugando o espaço de outros clubes. Ao longo do tempo, realizaram também rodas de samba, jongo, capoeira. Outra atividade considerada muito importante foram as palestras realizadas pelo Clube Palmares, “convidando homens públicos de expressiva importância à época,

31 Disponível em: <http://clubepalmares.blogspot.com.br/p/historia.html>. Acesso em: 03/01/2018.

como o sociólogo Edison Carneiro, o campeão olímpico de atletismo Ademar Ferreira da Silva, o embaixador do Senegal Henri Arplainy Senghor”.³² “E mais tarde vieram as grandes personalidades do Rio para nós. Abdias do Nascimento, o Rufino, o Deputado Zé Miguel” (João Estanislau Laureano).

Conforme mencionado anteriormente, a conquista da sede administrativa do clube foi um processo longo e difícil.

Como nós trabalhávamos na CSN [Companhia Siderúrgica Nacional] e esses [outros] clubes estavam na área da CSN, [...] então, nós formamos um grupo para reivindicar um terreno para nós. [...] Reunimos com o diretor social, aliás, o assessor do diretor social, e depois de uns três meses eles disseram que não poderiam nos dar o terreno porque nós estávamos fundando um clube racista e em Volta Redonda não existia racismo... (João Estanislau Laureano).

Sem apoio, tiveram que comprar um terreno, apesar do pouco recurso financeiro de que dispunham: “Era um clube de negros, a maioria com salário menor. Naquela época não tinha um engenheiro [negro] da CSN. O primeiro engenheiro da CSN, negro, foi do Clube Palmares, o Nazário” (João Estanislau Laureano).

E encontramos este terreno aqui. Nós estamos aqui há uns 400 metros da principal rodovia que liga Volta Redonda, Barra Mansa, Resende. Na época, estava quase impossível de nós realizar a compra. E até hoje nós temos problema. [...] Principalmente das pessoas que faz pressão até hoje.

32 Disponível em: <http://clubepalmares.blogspot.com.br/p/historia.html>. Acesso em: 03/01/2018.

[...] Bom, mas aí, depois de muito negociar com o dono deste terreno, [...] nós conseguimos fechar a compra. O terreno custou 15 milhões, na época, cruzeiros, 15.365.000. Nós demos quatro parcelas de um milhão e o restante foi dividido em 48 prestações de 216.000 cruzeiros. Estou te falando porque eu era diretor de Patrimônio e Finanças na época. Uma dificuldade muito grande para pagar. Foram quatro anos pagando o terreno. Quando terminamos de pagar o terreno, não tínhamos recursos para construir nada” (João Estanislau Laureano).

Aos poucos, foram conseguindo construir no terreno, mas as dificuldades continuaram: “A partir da década de 1970, 78 mais ou menos, clubes sociais começaram também a admitir alguns negros e muitos dos nossos associados foram para os clubes. E o Clube [Palmares] foi diminuindo o quadro social, diminuindo a arrecadação” (João Estanislau Laureano).

Seu João ficou quase 20 anos fora da diretoria do clube e, em 1998, quando voltou, já aposentado, viu a situação em que haviam deixado o Palmares:

Devendo água, luz, telefone... Eu disse “Não, um terreno desse! Nós não podemos deixar acabar o clube dessa forma!”. Aí formei um grupo de amigos que também estavam afastados, para a gente fazer uma diretoria provisória. E essa diretoria provisória, eles me escolheram para ser o presidente [...] O que deu um certo suporte ao clube foram os cursos que nós realizamos aqui. Nós tivemos aqui em 1982... O primeiro curso foi Curso de Eletricidade Predial. Em 1983, Curso de História da África, incluindo o professor Geraldinho. Em 1984 [...] tivemos um curso de pré-vestibular social. [...] Junto com o Curso [de] Pré-Vestibular Social, nós tínhamos o Curso de Preparação

para Polícia Militar, para ingresso na Polícia Militar. Depois tivemos o projeto Esporte e Lazer da Cidade. E o último agora foi o Projeto da Secretaria de Cultura, o projeto Dará Palmares, que era um curso de informática, percussão, história da África, coral e dança afro. Então, nós estamos aguardando novos projetos, que não temos quadro social para ter atividade constante... De quando em vez, a gente faz um almoço, um jantar, e alugamos para a igreja aqui. [...] Tem uma receita de aluguel, de casamento, aniversário, batizado nas igrejas e tal, mas não é constante (João Estanislau Laureano).

Sobre o projeto Dará Palmares, realizado com a premiação de Ponto de Cultura, Weida Virote Bispo, que, de acordo com Seu João, está há dez anos no Clube Palmares, contou:

Dentro desse projeto nós tivemos muitos momentos culturais. Nós tínhamos as oficinas... [...] Foi um projeto muito bom, muito significativo. Nós tivemos momentos de reconhecimento. [...] E, no final desse projeto, nós fazíamos um momento cultural aqui no Palmares, onde nós convidávamos vários pontos culturais da região. [...] E nós gostávamos muito de vivenciar esse momento no dia 20 de novembro, que é uma data significativa para todos nós. [...] E este espaço aqui, ele era tomado por pessoas que gostavam, pessoas que viveram a cultura, e vivem até hoje, essa cultura que não é aberta ainda a todos. [...] Nós tínhamos também uma parceria com o coral da Associação dos Aposentados aqui de Volta Redonda, e a gente sempre abria com essa apresentação do coral, que era muito bonito. E, na sequência, nós parávamos para o almoço, um grande almoço, e dava continuidade, quando tinham as apresentações de outros grupos da nossa região. Nós

tínhamos a professora Janaína, que ministrava a Oficina de Dança Afro, [...] Oficina de Percussão, onde tinha o envolvimento dos adolescentes da comunidade lá de Pinheiral. [...] Nós também fizemos uma miniteia, não é, Seu João? Uma miniteia cultural aqui no Palmares, onde isso aqui ficou lotado. Sempre com o intuito de todos participarem (Weida Virote Bispo).

Através do projeto Dará Palmares foram realizadas apresentações de dança afro e de percussão. Seu João comentou que, com a parceria da ONG Ação Comunitária do Brasil, deram o Curso de Culinária Afro.

Também ganharam um prêmio pela importante atuação do Clube Palmares:

Então, eu recebi um e-mail dizendo que haveria um prêmio afro, e esse prêmio era justamente para contemplar 20 espaços, 20 pontos de cultura, 20 patrimônios da região. As inscrições foram várias, talvez umas 700 inscrições foram feitas. E aí foi quando eu liguei para o Seu João Laureano e falei: “Tio, recebi agora aqui um e-mail falando sobre esse prêmio afro, que eles vão dar. [...] O que o senhor acha? Topa que eu faça, que nós inscrevemos para poder participar?”. “Vamos lá!”, ele aceitou. E lá fui eu fazer essa inscrição, enfim. E lá, durante a inscrição, lógico, você tinha que mostrar vários documentos do Clube Palmares e várias fotos que mostrassem o envolvimento do clube, os momentos culturais. [...] Até que, depois de um tempo, nós recebemos um e-mail dizendo que o Clube Palmares foi um dos contemplados. Então, eu penso ser importante dizer isso porque, se a gente não se inscreve, se a gente não tenta, a gente não aparece — não é aparecer por si só, aparecer para mostrar que aqui tem uma história bonita, uma história objetivada, em grandes raízes. [...] Seu João

Laureano pôde receber esse prêmio. [...] Foi um momento bem significativo para nós (Weida Virote Bispo).

O clube possui ainda um acervo de fotos, algumas delas disponíveis no *blog* da instituição, que remete à memória da criação do Palmares. Com esses importantes registros, também já realizaram exposições. “Temos um bom espaço, mas não temos recurso” (João Estanislau Laureano).

Ainda que sejam considerados Ponto de Cultura e que, com a verba, tenham realizado oficinas e feito melhorias na estrutura física do clube, e ainda que sua atuação seja considerada “de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 5.599, de 16/10/1965, e Utilidade Pública Municipal pela Deliberação nº 796, boletim 52/66, [com o] propósito de integração e interação do negro na sociedade brasileira”,³³ atualmente não estão desenvolvendo atividades periódicas por falta de recursos, já que não há respaldo financeiro de nenhum órgão público.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

A nossa relação aqui é maior mesmo com a comunidade, principalmente a comunidade negra, que viu Palmares como uma referência, como um exemplo... Não só pela história do Palmares, como também a importância que foi o [Clube] Palmares na formação acadêmica da população. Palmares passou a ser um espelho para uma boa parcela dos negros. Na nossa época, só tinha o Nazário, estudando Engenharia, e eu, fazendo o Científico. A única formada era a Maria da Glória. Hoje nós temos um número bem representativo

33 Disponível em: <http://clubepalmares.blogspot.com.br/p/historia.html>. Acesso em: 03/01/2018.

de negros de curso superior: professores, advogados e médicos, engenheiros. Então, nesse aspecto, ele [o Clube Palmares] deu uma contribuição muito grande, não só para nós. Que nós passamos a ser vistos e ser mais referenciados como diretores de um grupo. Além da nossa função na CSN, aqui fora nós éramos diretores. Então, passaram a nos aceitar como diretores (João Estanislau Laureano).

Seu João considera como maior riqueza do Clube Palmares a divulgação da história da África: “Nós, negros, conhecemos muito pouco da nossa história. Nossa história era mais via oral, agora que está surgindo os escritores negros e alguns artistas na televisão e tal. Na minha época você não tinha. Você tinha como referência na televisão Mussum e o Grande Otelo, e só” (João Estanislau Laureano).

Reconhecimento, autoestima e representatividade são palavras fundamentais para definir a importância do clube:

Com essa vinda do sociólogo Edison Carneiro, quando ele começou a falar da África, do reinado, da cultura, aquilo foi levantando a nossa autoestima e o interesse em querer conhecer um pouco mais de África. [...] Foi muito importante para mim, para a minha geração, e continua sendo, e o respeito que, hoje, a comunidade tem por nós, palmarinos. Quer dizer, quando é que eu poderia imaginar? Um neguinho que saiu do interior de Minas, com curso primário esquecido, com 20 cruzeiros no bolso, chegasse a chefe de divisão na CSN. [...] E muitos dos nossos amigos se perderam por falta de oportunidade, mas aqueles que tiveram aproveitaram a oportunidade e a convivência ali. [...] Eu não tinha nenhuma noção do que eu ia fazer, simplesmente estava indo no embalo. De repente: “Não, tenho que fazer mais alguma coisa”. Aí fiz um curso técnico de Máquina e Motores, depois fiz Administração, porque

tinha referência. Tinha referência! Na minha história de vida, na minha geração, na minha família, eu fui o primeiro a fazer o Ginásio. Eu sou a segunda geração de filho de escravos (João Estanislau Laureano).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

Volta Redonda, também conhecida como Cidade do Aço, devido à instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946, é a maior cidade da região Sul Fluminense.

De fato, Volta Redonda desenvolveu-se como uma extensão da usina. [...] Se a criação de Brasília no início dos anos 1960 refletia a ideologia desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, a fundação de Volta Redonda espelhava a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. [...] A maioria dos espaços públicos da cidade era de propriedade da empresa, ainda que controlados pelo Estado.³⁴

Assim, a CSN

procurava criar uma nova concepção de relação entre o Estado e a classe trabalhadora. [...] O lazer oferecido e fomentado pela CSN tinha como característica atender, preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador, apresentando características do momento industrial-fordista no Brasil, com destaque para as atividades socioculturais e esportivas que aconteciam

34 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000100006. Acesso em: 05/01/2018.

principalmente nos clubes sociorrecreativos vinculados à empresa.³⁵

Como se vê, a formação dos clubes recreativos eram uma característica da cidade, que, acompanhando o pensamento racista da época — infelizmente ainda hoje em voga —, não aceitavam negros em seus quadros sociais. Dessa forma, a criação do Clube Palmares na década de 1960 foi fundamental para a representatividade negra na cidade, que hoje ainda conta com o Memorial Zumbi dos Palmares, que foi “projetado em 1989 pelo arquiteto Celso Dal Belo. [...] É composto por um anfiteatro e um salão de exposições. [...] A utilização é principalmente voltada para manifestações da cultura negra. Na área existe uma escultura em homenagem a Zumbi dos Palmares”.³⁶ Apesar das dificuldades relatadas por Seu João, o Clube Palmares também teve apoios importantes:

Em 2013, um amigo meu, que era engenheiro lá da CSN, sabendo das nossas dificuldades, disse: “João, eu estou para receber uma indenização, [...] eu vou fazer uma doação ao Palmares, se eu ganhar a questão, eu vou fazer uma doação”. Eu pensei que fosse brincadeira. Três anos depois, ele: “João, ganhei aquela causa. Eu tenho uns 70, 80 mil para investir no Palmares”. Aí ele disse que tinha visto este galpão. [...] Aí, fechamos a compra do galpão, ele que ia pagar, lógico. Ele custou 42 mil reais — já estamos em reais, em 2013. Ele deu a primeira entrada em 17 mil reais e faleceu. [...] Então, eu procurei a esposa dele três

35 Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/viewFile/1074/790>. Acesso em: 05/01/2018.

36 Disponível em: <http://wikimapia.org/5935389/pt/Memorial-Zumbi-dos-Palmares>. Acesso em: 05/01/2018.

meses depois e disse: “Olha, o Paulo fez essa compra do galpão. Tinha dado a entrada. Gostaria que você me autorizasse a entrar em contato com a construtora do galpão”. [...] Aí ela pediu: “Ah, João, aguarda um pouquinho que a gente está mexendo com o inventário, mas eu vou satisfazer a vontade do Paulo, vou pagar o restante das prestações”. Aí ela (esposa do falecido) pagou os 42 mil reais. E aqui é o galpão. A firma vem, esquadreja, alinha o espaço, levanta as colunas... A cobertura, o resto fica todo aberto. Foi ótimo, mas não dava para fazer nada. Ventando, e chuva de todos os lados. Aí eu me vi na obrigação de fazer o fechamento. No momento, eu só tinha 10 mil reais... Fiz o orçamento, ficava mais ou menos em 30 mil. Procurei os amigos negros que haviam sido associados ao clube. [...] Esses dois amigos não tiveram condições de me ajudar. Aí eu fiz um empréstimo, um empréstimo consignado, a primeira vez na vida, na história, que eu faço um empréstimo consignado. Consegui mais 20 mil consignado e comecei a fazer o fechamento. Fiz o fechamento, depois a parte elétrica. Resumindo, do jeito que o galpão está, foram gastos 168.500 reais — 42 mil foi o valor do galpão, 45 mil era recurso do Palmares, das atividades que a gente vinha fazendo — e vendi também os títulos de sócio benemérito. E os outros 80.400 reais, o clube está me devendo (risos). Se vai pagar um dia, eu não sei, mas, pelo menos, eu realizei o meu sonho de ver alguma coisa um pouco mais organizada, mais decente (João Estanislau Laureano).

Museu da Maré

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

Um projeto de memória surgido na favela, feito por moradores da favela.

Cláudia Rose Ribeiro

O Museu da Maré, inaugurado em 2006 como Ponto de Cultura, com o apoio do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, foi criado por um grupo de moradores integrantes da ONG Centro de Estudo e Ações Solidárias (CEASM) da Maré, formalizada em 1997.

A principal motivação para a criação do CEASM, que em 2017 completa 20 anos de ações na comunidade, era ampliar as possibilidades dos jovens moradores da Maré em direção ao ingresso nas universidades públicas. Por isso, o primeiro projeto, que é realizado até hoje, foi o curso de pré-vestibular comunitário: “Já que ainda hoje o trabalhador não tem muito espaço na universidade pública”, nas palavras de Cláudia Rose Ribeiro, nascida na Baixa do Sapateiro (Maré), uma das fundadoras do CEASM e do Museu da Maré.

O CEASM, pensado como ferramenta de transformação social, ampliou seu olhar para outros projetos. Através da conscientização e “formação política do jovem, usando como instrumento mobilizador a memória” (Cláudia Rose Ribeiro), surgiu a Rede Memória da Maré. Assim, mesmo antes de o museu ser criado, exposições itinerantes de fotos e vídeos já eram realizadas.

Anteriormente a todo esse processo, havia a TV Maré, que foi extinta na década de 1990. Seu objetivo

era a preservação da memória da comunidade através de gravações em VHS do cotidiano e das histórias dos moradores. Posteriormente, o acervo da TV Maré foi doado para o CEASM.

Esse arquivo, então, foi ampliado, dando lugar ao Arquivo Dona Orosina Vieira — que é reconhecida como uma das primeiras moradoras da Maré —, localizado inicialmente no Morro do Timbau.

Em 1999 e 2000, a equipe do CEASM foi convidada pela Fiocruz para participar da formação dos monitores do Museu da Vida. Cláudia Rose afirma que essa experiência permitiu que eles entrassem “no mundo dos museus”.

Ao trabalho de memória realizado, soma-se a formação do grupo de Contação de História, que narra os casos contados pelos próprios moradores, inclusive da época das palafitas — casas construídas sobre as águas, sustentadas por estacas.

Esse tipo de habitação, presente na constituição da Maré na década de 1940, está representada no Museu da Maré através de uma réplica. A maioria dos objetos que compõem o interior dessa palafita e do museu foi doada pela comunidade.

A exposição de longa duração do museu está dividida em 12 tempos, referência à contagem do tempo: “as 12 horas do relógio, os 12 meses do ano”, como explica Antônio Carlos Vieira, nascido no Morro do Timbau e um dos fundadores do CEASM e do museu.

Essa ideia surgiu a partir da realização de um projeto anterior de calendário, em que “cada mês tinha um tema, com foto e depoimento de morador. Daí surgiu a ideia de fazer um museu que fosse um calendário, reproduzindo também a arquitetura e a urbanização da favela, com o desenho dos becos” (Antônio Carlos).

Os temas dos 12 tempos do museu são: o Tempo da Água, da Casa, da Migração, da Resistência, do Trabalho, da Festa, da Feira, da Fé, do Cotidiano, da Criança, do Medo, do Futuro.

O Museu da Maré também realiza exposições temporárias, através de parcerias, a exemplo da exposição *Canudos: memória da favela*, “com acervo completo sobre a Guerra de Canudos [...] e parte do Arquivo Histórico do Museu da República”.³⁷

Há ainda as oficinas de capoeira, com a parceria do Grupo Maré de Bambas, e as oficinas de teatro, parceria com o projeto Entre Lugares Maré, além de atividades como lançamentos de livros e ensaios de grupos culturais da comunidade. O espaço também conta com a Biblioteca Elias José. Atualmente, a equipe é reduzida devido à falta de financiamento.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Antes da inauguração do Museu da Maré foram realizados fóruns para debate com os moradores. Cláudia Rose conta do receio “que as pessoas não entendessem a proposta do museu, que as pessoas vissem o museu como algo muito distante delas”.

E continua:

Aí o Seu Clóvis, que era uma liderança comunitária que tinha sido presidente da Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro, [...] pegou o microfone e falou que os moradores tinham lutado muito ao longo da ocupação, da resistência, da Maré para conseguirem todas as conquistas:

37 Disponível em: <http://jornalocidadao.net/museu-da-mare-lanca-exposicao-canudos-memoria-da-favela/>. Acesso em: 17/08/2017.

escolas, postos de saúde, água encanada. Tudo isso foi uma grande luta, e só faltava mesmo um museu.

De acordo com Antônio Carlos, esses fóruns ainda acontecem para discutir com os moradores a exposição, os objetos e o próprio museu, já que ele é considerado por seus fundadores como um importante instrumento de diálogo que, além de preservar a memória da comunidade, se mobiliza em torno de suas lutas.

Os objetos da exposição principal, portanto, fazem referência à materialização e à divulgação dessas lutas e ao cotidiano da comunidade, mas não se pretendem permanentes ou intocáveis. Alguns objetos circulam pela exposição, outros são guardados na reserva técnica, dando lugar a novas narrativas dos moradores. E há ainda aqueles que, vez por outra, são usados pela equipe do museu, como é o caso das ferramentas dedicadas ao Tempo do Trabalho.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A cor do barro na entrada da exposição de longa duração do Museu da Maré remete à terra seca e árida, já que boa parte das pessoas que formaram a Maré é de migrantes vindos de estados do Norte e do Nordeste e do interior de Minas Gerais e do estado do Rio de Janeiro, de acordo com Antônio Carlos Vieira. Em seguida, prevalece a cor azul, devido à relação da formação inicial da comunidade com o mar, através da proximidade com a baía de Guanabara, em uma região que já foi caracterizada pela presença de manguezais: “O primeiro tempo é o Tempo da Água. A gente está falando de maré, maré é movimento da água, o movimento do mar” (Antônio Carlos).

O museu ocupa o prédio de uma antiga fábrica de transportes marítimos, a Cia Libra de Navegação. O local

foi cedido em comodato, mas, desde o segundo semestre de 2014, o museu enfrenta a possibilidade de despejo, visto que a empresa não prorrogou esse contrato.

Desde então, a permanência do Museu da Maré no local é incerta. Cláudia Rose conta que o diálogo em busca de uma solução vinha sendo feito com a Secretaria Estadual de Cultura e com o Instituto Brasileiro de Museus. Porém, com as últimas mudanças de pasta, ainda não sabem como o diálogo será retomado.

A mobilização popular em apoio ao Museu da Maré tem sido fundamental para sua permanência, mas, mesmo que atualmente a empresa não venha se manifestando a respeito, o caso não foi encerrado.

Algum fato curioso, único?

O nome do arquivo que hoje compõe o Museu da Maré foi uma homenagem à Dona Orosina Vieira, “figura forte, negra, viúva. Ela era parteira, rezadeira, [...] era uma mulher que defendia a casa dela, tinha uma garrucha e um facão” (Cláudia Rose). Essa personagem mítica atribuída à constituição inicial da Maré protagonizou um episódio interessante: após um batalhão do Exército ocupar a região e cobrar taxas abusivas dos moradores, Dona Orosina escreveu uma carta ao então presidente Getúlio Vargas contando o fato. Getúlio respondeu com um telegrama que dizia que, a partir daquele momento, as taxas não seriam mais cobradas.

Esse episódio foi retratado na exposição sobre a Maré realizada no Museu da República em 2004, com curadoria coletiva, cujo nome foi *A força da Maré: da palafita ao palácio*.

Muitos dos moradores da Maré que emprestaram seus objetos para compor essa exposição não quiseram seus pertences de volta — desejavam que algo parecido também fosse realizado na favela.

Museu Sankofa — Memória e História da Rocinha

Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

A cultura faz parte do nosso sonhar.

Maria Helena Carneiro, integrante do Museu Sankofa

A história de mobilização e luta pela cultura, memória e identidade do Museu Sankofa — Memória e História da Rocinha tem seu início nos anos 1980, com a luta do educador comunitário Celso Saraiva. Nascido e criado na Rocinha, o educador, hoje falecido, discutia com diversos grupos mobilizados na favela, como os da saúde e educação, sobre a importância de trabalhar as questões relativas à memória da comunidade. Esse movimento teve uma grande importância para os atuais coordenadores do museu, que encaram sua luta como uma herança a ser cultivada.

Nessa mesma época, houve a publicação do livro *Varal de lembranças — histórias da Rocinha* (1983), organizado pela professora Lygia Segala, em parceria com a Associação de Moradores, a partir do projeto de alfabetização de jovens e adultos que ela desenvolvia na comunidade junto à Ação Social Padre Anchieta (ASPA). Essa parceria foi uma experiência pioneira e um marco para a história da Rocinha. O livro, feito em coletivo, reuniu depoimentos de diversas pessoas moradoras da favela, sendo considerado um importante “gatilho disparador de memórias”, nas palavras de Fernando Ermiro.

O Museu Sankofa da Rocinha, como é conhecido hoje, teve início em 2003, com o encontro do atual grupo de coordenadores que idealizava a criação de um centro de memória e história na favela. Desde o começo o museu participa das lutas da comunidade e tem como uma de suas finalidades preservar as memórias e histórias dos moradores e seu direito à memória. Trabalhar com o rico material oriundo das diversas narrativas de cada morador é uma questão importante que é sistematicamente discutida pela iniciativa.

Segundo Antônio Firmino, um dos coordenadores da iniciativa, a missão do museu consiste em:

Promover o reconhecimento, valorização do patrimônio cultural e histórico da Rocinha e adjacências, sua presença na história da cidade, contribuindo na perspectiva da construção de um bairro desenvolvido e democrático. E a instituição tem como objetivo ser um espaço plural de memória e história, realizar publicações e pesquisas concernentes a esse tema, em especial da Rocinha e adjacências, colocar-se como espaço público em diálogo com a sociedade, ampliar, manter e compartilhar acervo do museu.

“O museu ainda não tem espaço físico, mas tem raiz”
(Maria Helena Carneiro, integrante do Museu Sankofa).

O museu ainda não dispõe de um espaço físico, que vem sendo pleiteado junto aos órgãos públicos, e encara essa necessidade como mais uma de suas importantes lutas para garantir as atividades e o acesso à cultura na região. O grupo realiza atividades variadas, contemplando diversos temas sensíveis à população, como saneamento básico, moradia, saúde etc. Os coordenadores contam que as atividades são realizadas nos espaços coletivos da comunidade, como a biblioteca, a quadra perto

da unidade de saúde ou na rua. Preocupados em garantir a participação dos cidadãos e registrar a sua memória no território da favela, os moradores são considerados o principal acervo do museu.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O museu realiza reuniões periódicas com os moradores da comunidade para a realização de tomada de depoimentos e rodas de memórias, registrando suas narrativas, e tem como um dos seus objetivos a valorização da importância da cultura da favela.

Para a museologia social, os saberes e fazeres da comunidade são os verdadeiros patrimônios, dando ressonância à identidade dos moradores e às suas memórias. A luta por saneamento, saúde e educação são reivindicados pelo museu como direito a uma vida digna.

Nesse contexto, pode-se destacar a atividade Chá de Memória, que é uma atividade característica do museu e está no imaginário da população. Consiste em reuniões com um tema específico, em que os moradores são convidados a relatar suas memórias sobre o assunto. Os coordenadores fazem uma pesquisa sobre alguma demanda dos moradores para a escolha das questões a serem debatidas. Objetos doados também podem servir de inspiração. Os temas são diversos e passam por urbanização, educação, água, esgoto etc.

No histórico de realização dessas atividades já foram feitas as seguintes edições: Memórias Femininas em Três Tempos — que surgiu de uma demanda interna do grupo, cujas mulheres participantes perceberam que as reuniões eram predominantemente masculinas e decidiram trazer esse tema para o chá, e essa edição resultou na publicação de um livro —; Chá de Mutirão — discussão

sobre a limpeza coletiva das valas da rocinha —; Chá de Biroasca — as biroschas são uma referência cultural tradicional do comércio da Rocinha, tema que se desdobrou ainda em uma exposição fotográfica.

Através dessas memórias, a trajetória histórica da Rocinha e de seus moradores é desenhada, e a identidade da comunidade é (re)construída e fortalecida.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A favela da Rocinha está localizada na zona sul do Rio de Janeiro e já foi considerada a maior favela da América Latina e hoje é uma das maiores favelas do mundo, cuja população é estimada em mais de 100 mil habitantes.³⁸

Uma característica da Rocinha é sua relação com as biroschas. Segundo o entendimento popular, biroschas são pequenos comércios, geralmente simples, que possuem serviços variados, como de bar e mercearia. As biroschas na comunidade, além de serem ponto de encontro, servem de referência geográfica e cultural do comércio, servindo muitas vezes como ponto de entrega de bens e correspondências onde ainda não se conta com entrega dos Correios. Essa relação é enorme para os moradores, propiciando memórias importantes para a comunidade.

Algum fato curioso, único?

Uma curiosidade sobre o museu é a origem do seu nome: “Sankofa é uma palavra Akan das nações africanas de Gana e Costa do Marfim que significa ‘devemos olhar para trás e recuperar nosso passado, assim podemos nos

38 FIRMINO, Antônio Carlos; SEGALA, Lygia. *Memória social, museu e trabalho comunitário na Rocinha*. Rio de Janeiro: ProExt Cultura, 2010.

mover para frente, assim podemos compreender por que e como viemos a ser quem somos”.³⁹

39 SILVA, Fernando Ermiro da (org). *Contos da Rocinha: memória feminina em três tempos*. Rio de Janeiro: Redondeza Contos, 2012.

Museu de Favela

Luisa Calixto e Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

O Museu de Favela (MUF) está situado nas favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, entre os bairros de Ipanema, Copacabana e Lagoa, na zona sul do Rio de Janeiro — área nobre da cidade. O museu foi criado em 2008 por lideranças comunitárias a partir de reuniões da primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. O objetivo do PAC era deixar ao final uma instituição para a comunidade gerir. Dessa forma, diversas lideranças da favela foram convocadas a partir da Associação de Moradores, e uma comissão foi formada. “E aí a gente foi, ao longo do processo todo, discutindo, vendo o que a gente queria. E aí, imagina [...] um monte de liderança comunitária com mil ideias na cabeça, e cada um querendo que desenvolvesse alguma coisa dentro da comunidade”, conta Antônia Soares, atual diretora do museu, que narra que o MUF surgiu “a partir de um caldeirão de ideias, porque é como se fosse um caldeirão onde todo mundo ia jogando suas ideias ali dentro”.

Logo no início já existia a ideia de trabalhar com o turismo, mas um turismo mais humanizado, que não colocasse os turistas dentro de carros sem nenhum contato com a comunidade, uma atividade comum no Rio de Janeiro e por muitas vezes criticada:

Então, tudo isso foi pesado durante essas reuniões. E discute, discute, a gente chegou então à conclusão de formar

realmente uma instituição que mostrasse o turismo, a cultura, o dia a dia da comunidade e tudo que essa comunidade tem que pode ser presenciado por outras pessoas, mas, ao mesmo tempo, trabalhado com a própria comunidade, e um trabalho, um projeto onde a comunidade também fizesse parte desse trabalho, dessa instituição, que não fosse uma instituição fechada (Antônia Soares).

A partir de pesquisas, chegaram aos modelos de museu comunitário e ecomuseus europeus e decidiram que a instituição seria nesses moldes. Passaram então a buscar parcerias, e por intermédio de uma professora desenvolveram projeto com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que teve papel importante devido aos cursos de Turismo e Museologia. A escolha do nome também retrata o alinhamento com a ideia de museu comunitário, como narra Antônia:

Um museu, mas um museu... Que tipo de museu? Um museu de favela. E aí veio a discussão: por que “de favela”, e não “da favela”? E aí acabou-se optando por “Museu de Favela”, porque, se a gente botasse “Museu da Favela”, limitaria para esta favela. [...] O “Museu de Favela” [...] poderia ser um exemplo para outras favelas criarem os seus museus. E aí a gente botou Museu de Favela.

Apesar de ainda não ter uma sede, o museu começou a praticar ações junto aos moradores mais antigos. “Ouvindo essas pessoas e a partir dessas entrevistas, a gente vê de que maneira ia tornar pública essa história. E aí foram, na época, entrevistados 13 moradores bem antigos da comunidade” (Antônia Soares). Essas entrevistas culminaram numa exposição de *banners* intitulada *Um despertar de almas e sonhos*, que foi lançada no dia do

lançamento oficial do museu. Essa série de entrevistas ganhou o nome de Velhos Ilustres.

Outra série que faz parte da exposição *Um despertar de almas e sonhos* é o projeto Mulheres Guerreiras. Conforme conta Antônia:

Esse projeto, ele é um projeto anual. [...] Normalmente a Rita (sócia-fundadora do museu e responsável pela pesquisa, acervo e memória) entrevista [...] mais de 20 mulheres, tanto jovens como idosas — pode ser adolescente, qualquer mulher pode dar uma entrevista contando a história de vida dela, associada à comunidade ou não. E aí, dessas entrevistas são selecionadas 13 entrevistas. Essas 13 entrevistas que são selecionadas [...] são transformadas em exposição, e [...] essa exposição [...] é lançada normalmente no mês de setembro, dentro da Primavera de Museus.

A partir daí veio a compreensão de que esses *banners* não podiam ficar restritos a um espaço, já que o entendimento era de um museu a céu aberto, onde toda a comunidade fosse acervo do museu. Como conta Alini Santos, sócia fundadora do MUF: “O museu é a própria comunidade, a própria favela em si. O que tem dentro da favela? São nossas casas, nossos filhos, nossos ancestrais, nossos avós, o que nós construímos, o que nós produzimos”. Já Antônia complementa: “E aí a gente resolveu então criar uma grande exposição permanente, a céu aberto. E aí veio a ideia das casas-telas”. O Circuito das Casas-tela é uma grande galeria a céu aberto com obras de arte de grafite/naif nos muros das casas dos moradores narrando a história da comunidade. São, ao todo, 27 casas-tela e três portais de acesso criados por diversos artistas, com curadoria do morador e ativista Acme.

O Museu de Favela também é um Ponto de Memória, sendo considerado pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Brasileiro de Museus o primeiro dos 12 pontos pioneiros. A data de criação do MUF corresponde ao lançamento do programa.

A gente nem acreditava que vinha aquele povo de Brasília para o nosso lançamento, para lançar o Ponto de Memória, mas veio. Aí o museu foi lançado oficialmente no dia 9 de fevereiro de 2009, e nesse dia, dentro do museu, do lançamento do Museu de Favela, foram lançados os Pontos de Memória, Museu de Favela como primeiro ponto (Antônia Soares).

Em 2015, em parceria com a revista *Memória LGBT*, desenvolveu o projeto Memória LGBT no MUF, que tinha como objetivo estimular, promover e salvaguardar a memória de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais nas comunidades do Pavão — Pavãozinho — Cantagalo. O projeto contou com diversas atividades, como uma exposição, rodas de conversa, publicações, mapeamento e inventário do patrimônio cultural LGBT.

Hoje, o MUF enfrenta alguns novos desafios. A base operacional atual está com o museu a partir de um termo de comodato que venceu. Antônia narra que, desde a fundação do museu, nas obras do PAC, a questão da ocupação é um problema recorrente:

Uma vez desmanchado o canteiro de obras, onde nós ficamos? Sem teto, literalmente sem teto. [...] Aí, como não tínhamos idade para entrar num edital, nós entramos através da Associação Brasileira de Museus, a ABM. E nós ganhamos esse edital. Ganho o edital, nós começamos a

fazer compra. Aí, quando nós nos vimos sem teto com as coisas, comprando as coisas, onde botar? Aí começamos a botar um pouco na casa de um diretor, um pouco na casa de outro. [...] [N]este espaço aqui (atual base operacional do MUF) funcionava uma creche antigamente, e essa creche tinha sido fechada, também por questões financeiras. [...] Aí a gente ficou como sem tetos, com ideias de fazer outra sede, mas cadê recurso para fazer? E a gente não fez outra sede e foi ficando aqui mesmo. O comodato venceu e a gente foi ficando. Aí a Mitra chamou, a gente foi lá, negociou para ficar mais um tempo, porque a gente realmente não tinha para onde ir. Aí negociou e foi ficando. Só que chegou uma hora que a Mitra bateu o martelo, ela quer o espaço dela.

Atualmente a situação da sede do MUF se encontra em fase de negociação junto à Secretaria da Cultura do Estado, para que seja cedido um espaço no CIEP João Goulart, onde funcionará a nova base operacional.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O MUF, desde a sua criação, carrega o valor de ser um museu voltado para a comunidade, e que compreende toda a favela como parte integrante e fundamental. Conforme narra Antônia:

Patrimônio, para nós, é tudo que tem dentro da comunidade. Até eu sou patrimônio! Porque, se nós somos um museu vivo, que é... Na verdade, o Museu de Favela [...] é a comunidade. Se ele é a comunidade, ele é tudo que tem dentro dessa comunidade. Então, [...] eu costumo dizer que os próprios moradores são acervo desse museu, [...] as escadarias, um saco de material que um cara lá está carregando, o modo de construção — porque é um modo característico,

diferente do modo de construção normal, feito pelo arquiteto, não sei o que mais lá... O próprio morador vem e arquiteta sua casa. Então, o modo de construção é também isso. E, fora isso, tudo que tem dentro da comunidade, tanto o que já existia, como o que a gente vai criando a partir do Museu de Favela, [...] o próprio território é o museu. Então, se o próprio território é o museu, tudo que tem dentro do museu é patrimônio, é acervo do Museu de Favela.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

Uma das características mais singulares do Museu de Favela é o Circuito das Casas-Tela. As pinturas narram a história da favela, dos moradores, seu modo de vida e sua poética. Conforme conta Sidney Tartaruga, sócio fundador do museu e responsável pela produção cultural, o trabalho se iniciou a partir das entrevistas para a primeira exposição do museu:

A gente pegou esses depoimentos com alguns moradores antigos, cada um contando a sua versão e o seu tempo na comunidade, e [nessas] entrevistas, nós demos para o Acme, que é curador do circuito, e os artistas foram desenvolvendo a ideia em cima do circuito de cada história que tinha nessas entrevistas.

Todas as 27 casas são numeradas, e os moradores das casas são compreendidos como guardiões daquela tela. No ano de 2019, farão dez anos que as casas-tela estão instaladas na comunidade.

Já vai fazer dez anos que essas obras estão instaladas, os moradores não mexem. A gente só perdeu uma casa-tela, que é no Pavão, que é a de número 13, se eu não me engano, mas, mesmo assim, o morador já fez a intervenção dele e já pediu para que a gente fosse lá e fizesse a obra novamente. Então, [...] isso prova que o próprio morador teve a identidade com a obra, com a história. E a comunidade [...] está aceitando a história do museu (Sidney Tartaruga).

**Alguns fatos
curiosos, únicos?**

A história das favelas carrega muita luta, em vários sentidos. A luta pelo direito à moradia perpassa a luta por vários direitos, e Antônia diz que a principal preocupação do museu é resgatar a memória da comunidade, para que ela não se perca com as novas gerações. Mesmo que o passado não esteja tão distante, a luta das comunidades já se alterou bastante, e é por isso que é preciso preservar esse passado. Antônia conta uma passagem emocionante de uma das vezes que a exposição de *banners* itinerou:

Nós botamos a exposição *Um despertar de almas e sonhos* ali na passarela do metrô, onde nós passamos hoje, e teve caso de uma neta que chorou ao ver uma foto da avó. Porque antigamente não era comum se tirar foto. Então, era quando passava um lambe-lambe que tirava uma foto, e a pessoa guardava aquilo como a coisa mais preciosa do mundo: “Opa, uma foto”. E guardava aquilo. E quando os meninos foram fazer a entrevista com essa senhora, por acaso ela resgatou uma foto dessa e mostrou a foto. Aí a neta nunca tinha visto uma foto da avó e, quando viu: “É minha avó!”, e disse que caiu em prantos, chorando, porque a emoção foi tanta que ela não conseguiu segurar. Então, isso é muito importante.

Museu Vivo do São Bento

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

Este é um território cheio de histórias [...] que a gente lutou muito para resgatar, [...] tirá-las do silêncio — [...] a história dos quilombolas, a história dos nossos tupinambás, da tribo Jacutinga, que era daqui, foi uma história de resistência.

Marisa Gonzaga da Silva

O Museu Vivo do São Bento, primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense, está localizado no bairro São Bento, segundo distrito de Caxias, e é vinculado ao Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias (CRPH). Foi “criado oficialmente pelo Executivo Municipal em 03 de novembro de 2008, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, a partir da reivindicação dos Profissionais da Educação e dos militantes culturais caxienses”.⁴⁰

Ainda assim, “há mais de 20 anos o atual percurso do Museu Vivo do São Bento é visitado por alunos, professores, moradores, pesquisadores, brasileiros e estrangeiros”.⁴¹

Sobre o CRPH:

40 Disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/>. Acesso em: 27/11/2017.

41 Disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/institucional>. Acesso em: 27/11/2017.

Foi pensado inicialmente pela Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio), criada na década de 1990 e formada majoritariamente por ex-alunos do curso de História da FEUDUC, atualmente professores e pesquisadores que se dedicaram e ainda se dedicam à pesquisa da história local e regional e [...] à inclusão desses temas nos currículos escolares das redes públicas e privadas da região.⁴²

Antônio Augusto Braz, um dos diretores do Museu Vivo do São Bento e coordenador do Programa de Formação de Professores e Pesquisa, diz que há muitas tarefas sendo realizadas cotidianamente: “umas de caráter mais de educação patrimonial, outras que têm a ver com a museologia social propriamente dita, e todas elas atravessadas pela ideia da militância social, do desejo de utilizar o instrumento museu para provocar cidadania, para criar cidadania” (Antônio Augusto Braz).

Alguns dos eixos do museu são mencionados por ele em entrevista, como o eixo de formação, referente aos cursos de formação e aos seminários e eventos direcionados aos professores da rede pública e demais interessados.

Dentro desse mesmo eixo de formação [há] um trabalho muito intenso com os alunos da rede pública. E aí a ideia de museu se confunde um pouco com a ideia de escola patrimonial. [...] No que diz respeito aos alunos, por exemplo, da rede pública, você tem as visitas propriamente ditas, agendadas pelos professores (Antônio Augusto Braz).

42 Disponível em: <http://capfeuduc.com.br/historia/>. Acesso em: 14/02/2017.

Ainda na perspectiva da formação, há uma atividade coordenada pela professora Risonete Martiniano de Nogueira:

São os Jovens Agentes do Patrimônio, alunos que nós convidamos da rede pública do entorno e que se encontram conosco de uma forma sistemática, dentro de um calendário, para se apropriar das informações relativas à museologia, ao patrimônio, à cultura, sempre com o viés da solidariedade e do patrimônio (Antônio Augusto Braz).

Augusto mencionou também o eixo de pesquisa que combina as atividades do CRPH com a ideia de museu:

[O terceiro eixo] é o que nos fascina, que é o da militância social propriamente dita, [...] num projeto bacana que a gente fez alguns anos atrás chamado Caravanas Euclidianas, [...] que a gente chamava de Militantes do Patrimônio, uma militância patrimonial, no sentido de que a ideia do patrimônio, da história, da cultura é atravessada pela ideia do pertencimento e da identidade [que] sirva de instrumento para a luta social. Isso tudo acaba construindo a base ideológica, por assim dizer, de todo mundo que está aqui. Vindos] de onde viemos, nos encontramos aqui na ideia de museu, por conta desse terceiro eixo, do esforço político, através de uma militância patrimonial (Antônio Augusto Braz).

O Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento também faz parte do percurso sugerido pelo Museu Vivo e é considerado:

uma riqueza patrimonial da cidade, da região e do país. Trata-se de um sítio arqueológico de encosta formado

por empilhamento de conchas de moluscos, carapaças de crustáceos, ossos de peixes, aves e pequenos mamíferos que foi progressivamente coberto por solo e vegetação e que revela os aspectos da vida dos primeiros habitantes do litoral brasileiro, os chamados “povos dos sambaquis”. A palavra sambaqui, na língua tupi, significa literalmente “montanha de conchas”.⁴³

Marisa Gonzaga da Silva, que faz parte da atual diretoria do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-Caxias), contou em entrevista:

Quando a gente achou o sambaqui, estava dentro [da casa] de um morador, um desses moradores que morava aqui há mais de 40 anos. E ele estava vendendo o terreno, que ele não podia vender, porque terra pública não pode vender, nem a gente pode comprar. Só que a gente comprou, [...] mas nós passamos isso para o IPHAN. Nós fizemos um movimento — SOS Sambaqui do São Bento —, e a maioria dos professores da rede pública, como algumas instituições, [ajudaram]. Alunos da rede pública, até moedinha davam. A gente conseguiu comprar dois terrenos (Marisa Gonzaga da Silva).

Dessa forma:

A partir da existência de um sítio arqueológico de população sambaquiana, pode-se experimentar um pequeno olhar sobre a era pré-cabralina. Com a história de uma fazenda que inaugurou o projeto de colonização lusitana nas cercanias da Guanabara, transformando-se posteriormente

43 Disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/percurso>. Acesso em: 27/11/2017.

em unidade produtiva do Mosteiro do São Bento, no Rio de Janeiro, visita-se o período escravista brasileiro. Conhecendo as ações realizadas pelas comissões de saneamento e as políticas ruralistas instituídas pelo Ministério da Agricultura, em particular a implantação do Núcleo Colonial São Bento, viaja-se até as décadas de [19]20 e [19]30, do século passado. E, com as ocupações mais recentes, vive-se construindo e reconstruindo o tempo presente.⁴⁴

Apesar dos esforços, esse é um patrimônio em risco, já que:

O Museu Vivo do São Bento lida com interesses imobiliários gigantescos aqui. O bairro do São Bento, uma boa parte dele é uma área de proteção ambiental, ele é talvez uma das áreas mais visadas pela especulação imobiliária nos últimos anos aqui no município de Duque de Caxias. O bairro do São Bento fica entre duas vias de transporte muito importantes e bem perto de uma terceira. Ele fica entre a Avenida Leonel de Moura Brizola, antiga Presidente Kennedy, e a Rodovia Federal Washington Luiz e bem próximo do Arco Metropolitano, recentemente construído. Isso aqui deu às terras do São Bento, que até então não estavam muito ocupadas, por conta da distância para o centro urbano na cidade, [...] uma importância imobiliária para os grandes projetos, uma importância muito grande (Antônio Augusto Braz).

As exposições do museu são fixas e “caminhantes”, conforme fala de Augusto, no sentido de visitarem outros espaços:

44 Disponível em: <http://www.museuvivodosoabento.com.br/institucional>. Acesso em: 27/11/2017.

Uma das mais importantes é a que está instalada na área circundante da Fazenda de São Bento do Iguaçú, que fica aqui do lado da sede do museu e que retrata a história do território da fazenda que dá nome ao museu. [...] São exposições, por exemplo, que homenageiam minorias. Não são tão minorias assim. Costumo dizer que a soma dessas minorias cria uma grande maioria. Minorias relegadas ao preconceito e ao esquecimento. Esforços que, por exemplo, jogam luz sobre as experiências afrodescendentes da nossa região. A gente homenageou há algum tempo dois expoentes da religião afrodescendente aqui, que foram Joãozinho da Gomeia e Mãe Regina de Bamboxê (Antônio Augusto Braz).

Outra exposição importante diz respeito à trajetória das mulheres no território de Duque de Caxias:

expoentes da luta social da cidade, que a gente fez questão de homenagear, em parceria com os grupos de defesa dos direitos da mulher na cidade. [...] Então, as exposições [...] têm um caráter de homenagem, mas elas têm um caráter de provocação, quer dizer, vamos usar essas trajetórias para provocar (Antônio Augusto Braz).

Além disso, o museu reúne semanalmente um grupo de mulheres-artesãs vindas “do São Bento, da Vila Rosário, do Pantanal, da Vila Santo Antônio. Cada uma delas traz consigo saberes ancestrais e imaginários de liberdade que, simbolicamente, se tornam possíveis através da arte”.⁴⁵ Realiza, ainda, o Cine Clube, em que se articulam “cinema, poesia e música a uma reflexão relacionada ao patrimônio,

45 Disponível em: <http://www.museuvivodosoabento.com.br/projetos/mulheres-artesãs>. Acesso em: 28/11/2017.

às vivências na cidade e à defesa da vida humana”⁴⁶ e seminários e debates importantes, a exemplo das Jornadas de Museologia Social do Rio de Janeiro, em que foram abordados temas como museu e escravidão.

Desde a criação do museu, são muitos os desafios, como contou Marisa Gonzaga da Silva:

Sempre, o tempo todo, uma briga para manter isso aqui, e cada governo que entrava, você tinha que explicar tudo de novo, porque eles queriam tirar as pessoas. A gente conseguiu lotar profissionais de educação aqui. [...] Toda a briga da gente era por políticas públicas e não por política governamental. Política governamental acaba e vai embora. Só que na Baixada Fluminense é assim. Eles só pensam na política governamental, e não na política pública (Marisa Gonzaga da Silva).

Sobre os recursos, Marisa diz:

A gente criou a lei posterior do museu, mas essa lei não tem aporte financeiro. A gente conseguiu um aporte financeiro para o centro, para os dois centros — os Centros de Memória da Educação e o Centro de Referência [Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias] —, que é 5.000, que a gente divide. Fica 2.500 para cada um. Os 2.500 do Centro de Referência Patrimonial e Histórico praticamente vai todo para o museu (Marisa Gonzaga da Silva).

Através de editais de fomento à cultura, também conseguem recursos esporádicos. O Museu Vivo do São Bento e toda sua equipe é parte fundamental do Projeto

46 Disponível em: <http://www.museuvivodosabento.com.br/projetos/cineclube>. Acesso em: 28/11/2017.

Redes de Memória e Resistência, já que, sem essa parceria junto à Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, sua realização não teria sido possível. Sobre isso, Augusto mencionou:

No período da história do país onde tudo é tão sombrio, tudo é tão limitado pelos desejos imorais, construir uma solidariedade nesse nível é exemplar. [...] Aprende-se muito. Somar todas essas dificuldades que o projeto tenta atender e tenta equacioná-las no sentido do companheirismo [...] caracteriza bem a ideia de como é que esse projeto pode se enraizar, como é que ele pode, ao seu término, [...] não ser apenas algo eventual, mas [...] gerar um enraizamento, não apenas das instituições que já estão, mas daquelas que podem ser, alimentadas por ele e podem se incluir, para que a gente sobreviva a esses momentos delicados da vida nacional e das conjunturas estaduais e municipais (Antônio Augusto Braz).

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Não existe possibilidade de pensar museu sem pesquisa, porque, na medida [em] que a gente intensifica as pesquisas sobre o território, você tem as possibilidades da exposição, você tem a possibilidade de ferramentas de luta, no caso da questão da luta contra o racismo, contra a intolerância religiosa (Marlucia Santos Souza, diretora do Museu Vivo do São Bento e coordenadora do Programa de Formação de Professores e Pesquisa).

A fala acima corrobora a ideia do museu enquanto ferramenta de luta. De acordo com Marisa Gonzaga da

Silva, é esse o atual entendimento da comunidade sobre a questão do patrimônio cultural:

Na minha avaliação, ela já tem esse entendimento da luta, dessa história. No início, a gente teve resistência da comunidade. [...] “Para que a gente quer museu? Tem que ter é uma creche”. Aí a gente começou a lutar com as mães para ter a creche. A gente brigou muito para que ali tivesse a creche aberta à comunidade. Tanto que seria a creche, até Museu Vivo do São Bento. [...] Vamos explicar o que é o Museu, que as pessoas têm a ideia que museu é de coisa velha. [Mas] é o Museu Vivo. E todos os museus têm que ser vivos, e tem que ter essa relação [...] com a comunidade (Marisa Gonzaga da Silva).

Sobre o início do trabalho do museu, Marisa mencionou:

A gente fez uma reunião com a comunidade. Nós chamamos todo mundo para explicar o que é o Museu de Percurso. E a gente começou a explicar o que é o museu, que história que tem o museu. Foi muito legal, lotou. Para que tivesse essa participação, a gente chegou a fazer panfletos, distribuindo para a população, o que era o museu, e tal, e chamando a população a participar. Deixar os seus filhos participarem, para que as mulheres venham participar do museu. A gente trabalhou muito com as ocupações, fazendo as reuniões nas ocupações (Marisa Gonzaga da Silva).

Antônio Augusto explicou:

Muitas famílias aqui, por exemplo, do território São Bento têm a posse de suas casas legitimada pelo esforço que o museu fez, em parceria com elas, evidentemente. Elas são

muito parceiras. E agora, muito recentemente, como também somos a sede da APA. A direção da área de proteção ambiental atua aqui dentro do museu. Tem sido feito um esforço muito intenso com essas comunidades, 11 comunidades, para que elas possam ter a dignidade da posse da terra, daquelas que forem possíveis, e a dignidade de uma transferência para um lugar melhor, daquelas que estão instaladas em lugares impossíveis de serem instaladas. Então, luta-se com a burocracia, luta-se com os interesses políticos da cidade, luta-se com as dificuldades das próprias famílias de compreenderem a necessidade de resolverem suas questões (Antônio Augusto Braz).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

É interessante que no Núcleo Colonial São Bento, nós tivemos aqui colonos nacionais, mas tivemos também colonos italianos, alemães, japoneses, e tem seus descendentes, que estão por aqui ainda. Então, contar um pouco a história de Caxias e Belford Roxo, passa pela construção desse Núcleo Colonial São Bento (Marlucia Santos Souza).

Além da sede administrativa, como é chamada, cuja “edificação [foi] erguida ao longo da década de [19]40 [e] serviu originalmente como espaço de trocas realizadas pelas cooperativas dos colonos do Núcleo Colonial São Bento; na década de [19]50, foi transformada em escola para os filhos dos colonos, recebendo o nome da esposa do administrador do núcleo, Nísia Vilela Fernandes”, o Museu Vivo do São Bento é composto pelos seguintes percursos: Casa do Administrador, “que, como o nome sugere, serviu de moradia para o administrador do Núcleo Colonial São Bento, projeto getulista de reassentamento agrícola criado em 1932 e extinto em 1960”; Casa

do Colono, “vizinha à sede administrativa, temos uma das casas remanescentes de um conjunto de [19]70 que foram construídas pelo Ministério da Agricultura, nos anos [19]40, para serem ocupadas pelas famílias dos colonos e funcionários do Núcleo Colonial São Bento”; Complexo: Casa de Vivenda da Fazenda São Bento do Iguaçu, que:

foi construída entre os anos 1754 e 1757. O engenho, por sua vez, foi assentado ainda em 1565 por Cristovão Monteiro, lugar-tenente de Estácio de Sá, tendo recebido essa sesmaria em agradecimento por sua participação na luta e expulsão dos franceses, que resultou na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em 1591, essas terras passam à administração da Ordem de São Bento.

Entre os percursos estão ainda: a Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, “raro exemplar da arquitetura religiosa barroca na região e no estado do Rio de Janeiro”; a Tulha Principal, “uma ampla edificação situada diante da Fazenda São Bento que servia de local de armazenamento da produção dessa unidade produtiva”; a Farmácia, “edificação [que] funcionou até o século XIX como mais um espaço de armazenamento da fazenda e, no século XX, como farmácia de manipulação de quinina, usada no combate às endemias que assolavam a região”; o Telégrafo, “atualmente residência particular, o imóvel abrigou ao longo dos anos [19]40 e [19]50 uma unidade de telegrafia do Governo Federal que servia ao Núcleo Colonial, em particular, e ao município do Rio de Janeiro, nessa época capital do país, como um todo”; e o Clube:

As edificações do atual Esporte Clube São Bento serviram, em tempos coloniais, como casa de farinha da Fazenda São

Bento do Iguaçu. Durante as obras de instalação do Núcleo Colonial São Bento, nas décadas de [19]30 e [19]40, serviu de abrigo aos trabalhadores construtores das demais instalações. [...] Em 1948, suas instalações foram ampliadas, e constituiu-se o Esporte Clube São Bento, para servir de área de lazer da comunidade.⁴⁷

Algum fato curioso, único?

Para além de toda a riqueza patrimonial e histórica do Museu Vivo do São Bento, uma característica interessante é o modo como ele foi criado.

Conforme mencionado anteriormente, o museu se institui oficialmente a partir:

de um compromisso de política pública que foi exigido em 2005 e depois em 2008, com a estrutura de poder municipal. A municipalidade acabou abrigoando a ideia de centro de pesquisa, ou de centros de pesquisa, tanto de história quanto de memória da educação, e, logo depois, a ideia de museu, [...] esse desejo de patrimônio, de história, de cultura, [...] a partir de uma pauta sindical. Isso é exótico e muito bonito. Em todos os fóruns [em] que estamos, causa um certo *frisson* a ideia de que um museu foi criado por uma pauta sindical. [...] E aí eu tenho que lembrar que essa ideia de memória, de história da região, passando pelo patrimônio, pela identidade, nasce no esforço do departamento de História da FEUDUC, [d]o qual eu, Marluvia, Alexandre, Nielson fizemos parte. [...] Agora, um grande parceiro, e aí sim a gente tem que chamar de parceiro, porque dedica os seus esforços de forma muito intensa em nos garantir, é o Sindicato Estadual de Profissionais de

47 Disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/percurso>. Acesso em: 27/11/2017.

Educação, que é o SEPE, que deu a nós essa peculiaridade e nascimento (Antônio Augusto Braz).

Por isso, a equipe é formada por professores, que são funcionários da Secretaria de Educação de Duque de Caxias, lotados no museu.

Ecomuseu de Sepetiba

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

O lema do ecomuseu é “espelho onde se revê e se descobre a própria imagem”.

Bianca Wild

O Ecomuseu de Sepetiba, localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, começou as pesquisas históricas sobre o bairro em 2007. Mas Bianca Wild, fundadora do Ecomuseu, mencionou em entrevista que só começaram a dar nome ao que estavam fazendo depois da visita de Hugues de Varine, museólogo francês e um dos criadores do conceito de ecomuseu.

Em 2008, a gente fez a festa de aniversário de Sepetiba, pegamos fotos, fizemos ações com as crianças das escolas locais lá na quadra da dona Luiza. E só em 2009, quando o Hugues de Varine, que é o criador desse conceito, esteve aqui em Sepetiba, que a gente tinha organizado uma Roda de Lembranças com os moradores antigos, e a Odalice Priosti, que é uma das fundadoras do Ecomuseu de Santa Cruz, [...] perguntou [...] se a gente se importava de ela inserir a nossa Roda de Lembranças na programação da I Jornada de Formação em Museologia Comunitária, que estava acontecendo aqui em Santa Cruz, a gente aceitou (Bianca Wild).

Ainda sobre a visita de Hugues de Varine, Bianca Wild contou: “Aí ele virou pra gente e falou que o que

nós estávamos fazendo era museologia comunitária, que a gente já estava nesse processo de reconhecimento” (Bianca Wild). Inicialmente, o grupo deu o nome de Movimento Ecomuseu de Sepetiba e, posteriormente, ficou conhecido como Ecomuseu de Sepetiba.

Ela enfatizou que a parceria do Ecomuseu de Santa Cruz foi muito importante, e por isso chamam carinhosamente Odalice Priosti de doula do Ecomuseu de Sepetiba. Essa parceria rendeu também a participação do Ecomuseu de Sepetiba no IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, que aconteceu em Belém do Pará, em 2012. Além disso, estiveram presentes no evento do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 2013, realizado no Rio de Janeiro.

O objetivo do ecomuseu é valorizar a história do bairro, que vem sofrendo com o descaso do poder público, fazendo com que seus moradores contribuam com sua preservação. “Mudar esse discurso para essas crianças, fazer com que elas se sintam empoderadas e valorizem o lugar [em] que elas vivem, [...] revigorar a autoestima, porque a autoestima é um elemento basilar para você se mobilizar e para você reivindicar alguma coisa” (Bianca Wild).

Aline Barcellos, articuladora do ecomuseu, completa:

fazer com que as crianças [...] saibam do valor cultural, histórico. [...] As pessoas só veem Sepetiba como um lugar muito longe, muito distante, que só tem lama, não veem outras coisas positivas. Então, acho que mostrar isso acaba ajudando a divulgar para os bairros no entorno também virem conhecer (Aline Barcellos).

Por isso, as atividades realizadas junto às escolas são fundamentais. Fazem-se saraus, palestras e eventos, como o que aconteceu na Semana de Museu, intitulado

Conexões: Asas e Raízes, e outro, chamado Ecomuseu de Sepetiba: Agindo, Pensando e Transformando! Um Museu de Ação”, além de exposição nas escolas e no coreto do bairro, que é tombado. Nesse sentido, uma conquista relevante foi o CIEP Ministro Marcos Freire, através da parceria com alguns professores, ter incluído o trabalho do Ecomuseu de Sepetiba no projeto político e pedagógico da escola.

O acervo de uma das exposições itinerantes é de fotos ampliadas de Sepetiba, impressas em *banners*. As imagens mais antigas datam do século XIX. Para se observar as transformações do bairro ao longo do tempo, foram tiradas novas fotos, do mesmo lugar e do mesmo ângulo das fotos antigas.

A principal ação do ecomuseu é o Passeio de Reconhecimento, que posteriormente começou a ser chamado de Passeio de Reconhecimento e Ecoturismo, realizado todo primeiro domingo do mês. Bianca Wild comentou que, no início, as pessoas não se interessavam pela atividade, mas, “a partir de 2013, isso começa a modificar. E agora, nos passeios, a gente recebe 70 pessoas” (Bianca Wild). A página no Facebook do ecomuseu, hoje, tem mais de 10 mil curtidas. Apesar de receberem turistas, universitários etc., a maioria do público é de moradores do bairro. Bianca ressaltou que tem morador que frequenta o passeio todo domingo.

“O Ecomuseu [...] passou a ser os olhos das pessoas que não estão em Sepetiba, e também das pessoas que, por motivos de saúde, não podem sair de suas residências”, contou em entrevista Silvan Guedes, também articulador do ecomuseu, se referindo às postagens com fotos e vídeos que são disponibilizadas no Facebook da iniciativa.

Além da divulgação de imagens antigas e atuais de Sepetiba, o Facebook também é importante como

ferramenta de denúncia: “A gente tem que defender a praia quando o cara vai e bota aquele sofá que ele acabou de se desfazer lá na praia. A gente tem que ir lá e tirar foto e postar lá na página e falar: ‘Olha só, botaram um sofá ali. Ô Comlurb, vamos fazer alguma coisa’” (Bianca Wild).

Outra atividade do ecomuseu são as Rodas de Lembrança, “inclusive, para ser um elemento desencadeador de as pessoas começarem a contar suas memórias, a gente passa o vídeo do Zelão voando da Igreja São Pedro e da chegada de Odorico Paraguaçu a Sucupira” (Bianca Wild) —, em referência à novela *O bem amado*, de Dias Gomes, de 1973, com cenas filmadas em Sepetiba.

De acordo com Bianca Wild, os moradores mais antigos se lembram das gravações da novela e, quando veem o vídeo novamente, se sentem à vontade para contar suas histórias e falar sobre aquela época.

Eles mencionaram que o maior meio de comunicação do ecomuseu é o grupo de WhatsApp. Lá a equipe combina quem pode representar o ecomuseu nas diversas atividades a que são convidados a participar. Assim, acompanham reuniões sobre mobilidade urbana, saneamento etc. Cerca de nove pessoas compõem a equipe do Ecomuseu de Sepetiba, de forma voluntária.

Apesar de o ecomuseu não dispor de fonte de recursos, alguns apoios são alcançados junto ao comércio local. Outra parceria é da Igreja Católica, que cedeu o espaço onde está organizada a biblioteca comunitária. Sobre o acervo da biblioteca, Bianca comentou: “Tem uma pessoa que é muito nossa parceira, é a Isabela de Jesus, que é a filha da Chica Xavier, moradora daqui de Sepetiba, e foi ela que doou para a gente os livros da biblioteca” (Bianca Wild).

O Ecomuseu de Sepetiba também tem parceria com o IPHARJ, que é o Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro.

O Cláudio sempre lajudal, quando a gente o convida para fazer alguma coisa, pede orientação para alguma coisa. Aliás, o texto do tombamento do Caminho do Antigo Cais, do Molhe Imperial, foi construído por mim e por ele, [...] para a gente conseguir o tombamento. [...] O Instituto do Patrimônio Histórico do Rio de Janeiro, do município do Rio de Janeiro, aceitou o pedido (Bianca Wild).

Há a intenção de organizar um Núcleo de Orientação e Pesquisa Sepetibana, para reunir todos os documentos e informações sobre a história e a importância do bairro.

Outra preocupação diz respeito aos jovens. Seria importante incentivá-los financeiramente para uma participação mais efetiva no ecomuseu, principalmente porque a distância em relação ao centro da cidade dificulta seu acesso ao mercado de trabalho.

Se a gente tivesse alguma forma de incentivar esse jovem, o cara que está fazendo faculdade... Aqui tem um monte de faculdade de História, Geografia, na zona oeste. Falar: “Não, a gente vai dar um incentivo para você”. Se tivesse isso, ia ser muito legal para a gente, ia ajudar muito, porque viver aqui em Sepetiba é o que eu falo, só quem mora sabe as dores e as delícias de morar aqui (Bianca Wild).

O ecomuseu também possui documentos antigos, que foram doados, mas a equipe precisa de apoio para restaurá-los. Apesar de entenderem que o espaço físico não é algo fundamental para a existência do ecomuseu, eles têm feito reuniões para dialogar sobre a possibilidade de uma sede, onde estaria exposto, por exemplo, esse acervo. As conversas sobre a institucionalização através de CNPJ também têm sido frequentes.

Enfim, “a gente precisa realmente de uma orientação e de uma assessoria, porque é complicado para nós. A gente está, há quantos anos, a gente está realizando o nosso inventário participativo há muito tempo, nosso plano museológico, essas coisas todas. A gente precisa de alguém para ajudar a gente nisso” (Bianca Wild).

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

É uma oportunidade que nós temos de poder mostrar e ensinar para as pessoas que o museu não está somente naquele estereótipo do espaço físico fechado. [...] Eu acho que essa é a grande importância do ecomuseu.

Aline Barcellos

No aniversário de 450 anos do bairro, a equipe do Ecomuseu de Sepetiba fez menções honrosas a vários moradores,

porque a gente quer valorizar essas pessoas. Tem o Seu Frazão, que vai receber a menção amanhã, que é morador superantigo e que sempre esteve lutando por tudo aí, fazendo várias coisas. A gente quer que essas pessoas se sintam parte, se sintam importantes também. Mesmo que elas não tenham nome, nem nada que ninguém valorize, a gente valoriza (Bianca Wild).

Quando Bianca pede para Seu Durval Paes Camargo, morador de Sepetiba de 74 anos, nos contar sobre suas memórias, ele diz:

Já quer fazer voltar a lágrima no meu olho... Eu fecho o olho, me lembro de Sepetiba como era antes. Corria, mergulhava aqui onde vocês estão vendo aterrado. [...] O

camarão, a gente pescava aqui na beira da areia. Aqui do lado era uma avenida, de alugar quitinete, vinha veranista... Aí queriam comer um siri, um camarão, eu digo: “Quantas dúzias ou quantos quilos?”. Pegava meus apetrechos, minhas redes. “Mas foi rápido assim?”. Eu digo: “Graças a Deus, pela fartura que nós temos aqui”. Tudo isso acabou. Trouxeram esse porto aqui para Sepetiba... Acabou (Seu Durval Paes Camargo).

Trecho da música de Seu Durval, cantada por ele:

Tá esquisito, tá esquisito / A praia cheia de mato e está
cheia de mosquito / Água não tem, acabou o banho de mar
/ E ainda tem o desconforto que é pra nos atrapalhar / Lua
cheia e lua nova, aí é que fica ruim / Tem mutu que anda
e chia, o nome dele é maruí / O governo prometeu que
Sepetiba vai melhorar / Vamos ter praia bonita e vai voltar
o banho de mar / Eu estou acreditando, tenho o direito
de sonhar / Quero ir na beira da praia e deixar a água me
molhar (Seu Durval).

“Eles são nossos patrimônios” (Bianca Wild), se referindo aos moradores mais antigos de Sepetiba.

Ainda sobre esses patrimônios, Bianca Wild contou que, durante o Passeio de Reconhecimento, sempre param na frente de onde era a Pracinha de Iaiá, onde teve “o aterro da praia pela Odebrecht, jogaram areia aqui” (Bianca Wild). Segundo ela, o nome da praça foi dado pelos moradores em homenagem à Dona Iaiá, que, quando morava ali, parava naquele ponto para descansar, antes de serem retirados de lá para a construção da Base Aérea de Santa Cruz.

“E isso é importante, a gente enaltecer essa memória, essas pessoas que ajudaram a construir o que a gente

conhece hoje, que defenderam, lutaram tanto por esse lugar” (Bianca Wild).

O Ecomuseu de Sepetiba, através das mídias sociais, realizou enquête sobre o que seus moradores consideravam o maior patrimônio do bairro.

A gente botou as opções: a Igreja de São Pedro, que a fachada ainda não tinha sido totalmente modificada, que foi construída em 1895 pelos moradores locais, pescadores; colocamos a colônia; colocamos o coreto; colocamos o Ipiranga; a praia. Os que foram mais escolhidos foram a Igreja e o Coreto, o que as pessoas mais votaram (Bianca Wild).

Porém, Bianca comentou que eles têm se surpreendido com as respostas das crianças ao fazerem atividades de educação patrimonial nas escolas: “Na última vez que a gente perguntou ‘O que você gosta mais em Sepetiba? O que você acha mais bonito em Sepetiba?’” (Bianca Wild), muitos escolheram o Festival de Pipa e o pôr do sol.

Isso leva à reflexão sobre o que é patrimonializável e como fazer disso uma construção coletiva, principalmente através da parceria com as escolas.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

Em plena Zona Oeste, entre Santa Cruz e Guaratiba, um bairro que já viveu muito da pesca e foi marcado por suas belezas naturais, hoje, em meio ao assoreamento da baía e poluição, tenta resgatar sua história graças a um trabalho de moradores voluntários.⁴⁸

48 Disponível em: <http://odia.ig.com.br/2017-10-01/volta-por-cima-do-bairro-de-sepetiba.html>. Acesso em: 04/12/2017

Na década de 1970, Sepetiba era considerada “princesinha da Zona Oeste”, por isso suas praias eram muito visitadas por turistas. O local também recebia veranistas, que tinham casas de veraneio no bairro.

O percurso do Passeio de Reconhecimento se inicia em frente à Base Aérea de Santa Cruz, uma área militar. Por isso há a necessidade de identificação de todos os visitantes, que precisam assinar a lista entregue pela base à equipe do ecomuseu.

Todo o percurso traz referências históricas de três fases do país: Brasil Colônia, Império e República. De acordo com Bianca Wild,

Dom João VI, [...] sabendo que aqui era uma área sem monitoramento e bem distante, ele mandou que fossem construídos três fortes, que constam na história das fortificações brasileiras, nos livros. Este forte, que era o Forte de São Pedro, o Forte de São Paulo, que fica lá na Bomba, [...] que era o ponto mais alto, e o Forte de São Leopoldo, que fica lá na segunda praia, praia de dona Luiza, que hoje a gente chama de Morro do Ipiranga, que é o segundo patrimônio tombado que a gente tem aqui (Bianca Wild).

Mais para detrás, aqui, também, a gente começa a ver as ruínas, um Molhe de Pedra, que é o Caminho do Antigo Cais. [...] Vamos achar muitos resíduos. [...] As pessoas pensam que quem suja essa praia somos nós, moradores. Não. Esse lixo que está aqui é de todos nós, moradores de todo o Rio de Janeiro. Todo o lixo que vai para a rua, ele vai para os rios, dos rios, é devolvido ao mar, o mar vai e devolve às praias. Como Campo Grande e outros bairros mais próximos, Santa Cruz não tem praia, a praia mais próxima é a nossa (Silvan Guedes).

Silvan Guedes também comentou que a Companhia de Limpeza Urbana faz a limpeza no local, através de funcionário que “ajuda o grupo do passeio a fazer uma coleta de resíduos. E, de vez em quando, eles mandam um maquinário também. [...] Pelo menos melhora um pouquinho” (Silvan Guedes).

Bianca continuou:

Os escravos traziam toda essa produção agrícola, porque também era escoada, por aqui a produção agrícola. E, inclusive, pelo outro lado — é que não dá para a gente entrar — da Fazenda Santa Cruz, tinham trapiches da própria Fazenda Santa Cruz, dos jesuítas, que armazenavam a produção para escoar por este caminho. E a gente acredita também, vocês vão ver mais lá na frente, os cortes na pedra, que todas essas pedras que estão nesse caminho, elas foram retiradas daqui, da região, e foi utilizada mão de obra escrava, a exploração do trabalho dessas pessoas, para construir todo esse molhe (Bianca Wild).

Ela comentou ainda sobre os muitos relatos da existência de senzalas na região: “Mangaratiba, que era um dos maiores entrepostos de comércio de escravos, de pessoas escravizadas. (...) Que era do Coronel Breves” (Bianca Wild).

Durante o caminho, eles nos mostraram os três tipos de mangue que existem em Sepetiba: o mangue vermelho, o branco e o preto. Além do Sambaqui, descoberto pelo Ecomuseu.

[É] o nosso orgulho. [...] A gente começou a fazer esses passeios em 2010, o Passeio de Reconhecimento... Só que eles não tinham uma periodicidade, a gente não tinha caracterizado que seria todo primeiro domingo do mês. E

fazia por várias áreas de Sepetiba. Em 2013 é que a gente começa a fazer só para cá. [...] E aí, num desses passeios, eu estou olhando assim, a galera está olhando. Eu falo: “Pô, o que é isso aqui? Eu acho que isso daí é um sambaqui”. Aí eu mandei vários e-mails para o pessoal do Departamento de Arqueologia da UERJ e de várias outras universidades. Ninguém nunca respondeu para a gente. [...] O Gutemberg foi e falou: “Eu conheço um arqueólogo. E eu posso conseguir que esse arqueólogo vá até vocês para estar classificando se é um sambaqui ou não, se é terciário, se é quaternário e tal”. Ele trouxe aqui, realmente, o Cláudio Prado de Melo, que é o arqueólogo do IPHARJ, do Instituto de Pesquisa e História Arqueológica do Rio de Janeiro. Ele veio aqui, sem cobrar nada para a gente, e aí ele falou: “Realmente, é um sambaqui”. Entrou com o pedido do tombamento. Esta área toda é um grande sambaqui. Vocês vão ver, até mais lá na frente, [...] além de caracterizar o sambaqui das populações sambaqueiras, ele encontrou cerâmica tupi decorada, encontrou faiança portuguesa, o que corroborou a nossa tese de que aqui em cima tinha a casa da esposa do tenente Marcos Cúrios, que foi um dos mandantes da tragédia que aconteceu aqui na Ilha dos Marinheiros, do fuzilamento dos 21 meninos, que eu vou falar depois para vocês (Bianca Wild).

Também encontraram um capacete da Segunda Guerra Mundial, um quebra-coquinho, além de ossos humanos.

O que é necessário aqui, agora, é um estudo, uma escavação, para a gente compreender essa ocupação deste litoral especificamente. A gente está esperando esse tombamento sair pelo IPHAN, porque ele entrou com o pedido para o IPHAN. A gente conseguiu agora, a nível municipal,

o tombamento do molhe, mas a gente quer a nível federal, e a gente quer que os arqueólogos venham estudar essa área aqui e fazer com que a gente conheça ainda mais a história, a nossa história, dessa região (Bianca Wild).

Finalmente, chegamos à Ilha do Marinheiro, que foi nomeada dessa maneira após a tragédia ocorrida com os 21 marinheiros. Anteriormente, a ilha era conhecida como Ilha da Pescaria.

Passava o mar por ali, e a ilha era uma extensão bem maior. Só que, com o tempo, aqui virou a ilha, e agora já está voltando a ser uma península novamente, até por conta do assoreamento. [...] Esta ilha era chamada Ilha da Pescaria. Dizem nos relatos, inclusive no próprio *Jornal do Brasil*, que foram fuzilados 21 rapazes entre 14 e 18 anos nesta ilha, sumariamente, sem julgamento nem nada. [...] Dizem que eles foram pegos aqui na praia de Sepetiba, capturados. Eles eram chamados insurretos.⁴⁹ [...] Ficaram lá presos [no Batalhão em Santa Cruz] 15 dias, aí o tenente Marcos Cúrios recebeu a ordem... Ele disse que só cumpriu ordens, que ele não tinha culpa. [...] E aí trouxeram eles para cá, é o que dizem, e fuzilaram esses meninos aqui. A esposa desse tenente estava na casa que, segundo os relatos, ficava aqui em cima nesse mirante. Ela passou muito mal, ela ficou muito chocada com aquilo. Ela até atrapalhou o fuzilamento, porque ela começou a gritar [...]. E disseram que esta ilha mudou de nome porque a própria

49 “Segundo o autor Alcebíades Rosa, alguns insurretos da revolta armada de Santa Catarina zarparam em direção ao Rio de Janeiro e acabaram atracando acidentalmente na praia de Sepetiba, foram presos e levados à chamada Ilha da Pescaria, onde foram fuzilados e lá mesmo enterrados por ordem do comando republicano”. Disponível em: https://portaldesepetiba.com.br/?page_id=2111. Acesso em: 05/12/2017.

população local, em homenagem a esses rapazes, resolveu mudar o nome. [...] Então, a gente vê, como o Le Goff dizia, nenhum documento é inócuo. As pessoas transformam aquilo de acordo com os seus interesses. Até o relato dessa tragédia foi totalmente manipulado. A gente nem sabe ao certo como é que isso aconteceu e onde estão esses rapazes, o que aconteceu com eles (Bianca Wild).

Alguns fatos curiosos, únicos?

O nome Sepetiba, em tupi, significa “sítio dos sapês”, “mas a região, que já foi coberta de florestas, atualmente tem pouco mais de 5% de áreas naturais, sendo que 2% é de vegetação característica de mangue”.⁵⁰ Silvan Guedes mencionou: “Ainda exist[em] aqui as comunidades marisqueiras. [...] Eles vêm aqui, extraem o marisco e daqui tiram o seu sustento” (Silvan Guedes).

A partir daí, há relatos que contam, em referência ao fuzilamento dos 21 rapazes na ilha:

que, depois das cinco e meia da tarde, quando elas [marisqueiras] estão catando marisco, elas ouvem lamúrias, lamentos, pedidos de clemência aqui na Ilha do Marinheiro. [...] E a gente tem até um *blog*: Assombrações da Velha Sepetiba, que conta essa história (Bianca Wild).

50 Disponível em: <http://odia.ig.com.br/2017-10-01/volta-por-cima-do-bairro-de-sepetiba.html>. Acesso em: 04/12/2017.

Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento/Raízes de Gericinó

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

Nós somos um emaranhado de acontecimentos.

Auricélia Mercês

A ONG Raízes de Gericinó foi criada em 2010 para dar conta das atividades culturais realizadas por uma família maranhense, moradora de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro. Sua principal atividade, uma festa com dança e pratos maranhenses, se realizava uma vez por ano, em junho, na frente da casa da matriarca da família, Dona Rosa Padilha, maranhense e ex-quebradeira de coco babaçu.

Auricélia Mercês, uma das filhas de Dona Rosa Padilha, maranhense e coordenadora do espaço, responde:

Como é que começou? Eu acho que lá no Maranhão, porque o que tem aqui hoje de concreto são lembranças e memórias, não é? É do patrimônio imaterial que estava dentro da gente, de um sonho, de um desejo, de uma saudade... E aí a gente foi trazendo, através dessas nossas memórias, para cá, para o Rio de Janeiro. Começou na casa da minha mãe, o Bumba Meu Boi em si.

O Bumba Meu Boi é tido como uma das mais ricas representações do folclore brasileiro. Segundo os historiadores, essa manifestação popular surgiu através da união de elementos das culturas europeia, africana e indígena, com maior ou menor influência de cada uma dessas culturas, nas diversas variações regionais do Bumba Meu Boi.⁵¹

Devido à grande quantidade de vizinhos que participava, a festa passou a ser realizada no espaço onde atualmente é a sede da instituição e a se chamar Arraiá Flor da Roça, que ganhou o Prêmio de Ações Locais — Edição Rio 450, da prefeitura do Rio de Janeiro, em 2015.

Para a festa, são confeccionados os figurinos e ensaiadas as coreografias do Bumba Meu Boi. No Ateliê Mestra Rosa, situado em uma das salas da sede, são produzidos os figurinos e oferecidas oficinas de costura.

A Associação Raízes de Gericinó foi vencedora também em 2015, em primeiro lugar, do Prêmio Geraldo Jordão Pereira, “pelo projeto Bumba Meu Boi Estrela de Gericinó, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e local através da cultura popular brasileira”.⁵²

Auricélia conta do desafio que

é falar de bumba meu boi num território que não conhecia o bumba meu boi. O território local não conhecia, porque, [...] no início, quando a gente começou a falar do bumba meu boi, no primeiro ano, que foi na casa da minha mãe, a gente não sofreu intolerância religiosa. Aí, quando a gente vem para cá, que a gente estrutura o espaço, e

51 Disponível em: <http://raizesdegericino.blogspot.com.br/2011/11/cultura-popular.html>. Acesso em: 10/10/2017.

52 Disponível em: <http://www.universidadecomunitariazo.com.br/2016/01/associao-raizes-de-gericino-e.html>. Acesso em: 10/10/2017.

que começou [...] o processo de evangelização dentro da comunidade, a gente começou a sofrer mais, de gente de fora, a questão da intolerância religiosa. Aí [2014] foi o ano que a gente mais perdeu crianças dentro do projeto. [...] Qual foi a estratégia? A capoeira. Porque a capoeira, [...] ainda era aceitável aqui. A gente conseguiu 29 crianças e adolescentes para a capoeira, a maioria, meninas. Aí a gente ouviu também outro burburinho: “Que a capoeira está não sei o quê... Que a capoeira não sei o quê...”. Só que eu contei a história da capoeira, não é só história que está no livro, eu contei ela bem crua e dando o nome das famílias deles como exemplo. “Imaginou, chegar um monte de gente, um jagunço, na sua casa, larlrançar seu pai e sua mãe de você, amarrar seu pai e levar seu pai para outro país, seu pai ser escravo, tirar tudo que você tem como verdade, como cultura, em outra língua, levar. Então, foi assim que os negros foram trazidos para cá. ‘Botado’ dentro do navio, tudo tumultuado, sem direito a alimento. [...] Lá aconteceu assim. Quando veio para o Brasil, foi desse jeito”. O que que eles tinham? Eles eram um povo alegre. [...] Eles precisavam se libertar daquele martírio. Então, eles usavam a capoeira... A capoeira é dança ou é luta? A capoeira são as duas coisas. Ela é uma dança e ela é uma luta. Ela é uma dança, para quem olha com o olhar de dança, ela é uma luta, para quem olha com olhar de luta. Porque ela só era dança quando os senhores mandavam ver o que estava acontecendo. Aí era dança. Mas, quando eles precisavam lutar para a sobrevivência dos que restaram, ela era luta. [...] Aí sim a gente foi conseguindo, já com o museu, contar a história do bumba meu boi, fazia o teatrinho do boi. [...] Então, hoje a gente não tem mais essa intolerância religiosa, como no começo. Porque no começo ela veio como forma de ataque (Auricélia Mercês).

Em dado momento, o grupo se percebeu — e passou a ser percebido — enquanto museu, nomeando o espaço de Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento. “Ele surgiu depois dessa estrutura, depois de a gente estar na casa, depois de a gente trazer roupa de boi, depois de tudo”, conta Auricélia Mercês.

A missão do museu é “contribuir para a transformação social na zona oeste do Rio de Janeiro, por meio da cultura, da arte e da educação, promovendo a convivência familiar e comunitária, através de programa destinado para crianças, jovens e adultos”.⁵³

Sobre o território em que está localizado esse espaço, Auricélia Mercês menciona: “A história maranhense sobressaiu na comunidade através das nossas memórias, das nossas histórias, e também da questão do território local”.

O território em que estão inseridos pertencia à Fábrica de Tecidos Bangu. Posteriormente, conseguiram uma liminar para permanecerem no local. De acordo com Auricélia, a Secretaria de Habitação transformou então o terreno em área de interesse social, para que eles pudessem retornar à casa, devido às dívidas que a referida fábrica possuía com a Prefeitura.

O Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento possui sala de leitura, além da sala que expõe a história maranhense do bumba meu boi, através de “acervo em exposição de peças, indumentárias produzidas por mãos de mulheres nordestinas através do saber fazer”,⁵⁴ contada a partir dos elementos: “pai Francisco,

53 Disponível em: <http://raizesdegericino.blogspot.com.br/2012/08/nossa-historia.html>. Acesso em: 10/10/2017.

54 Disponível em: <http://raizesdegericino.blogspot.com.br/2016/04/museu-casa-bumba-meu-boi-em-movimento.html>. Acesso em: 10/10/2017.

mãe Catirina, os bois, as burrinhas, os vaqueiros e as índias” (Auricélia Mercês).

Auricélia Mercês informa que “tudo que está em exposição é o que a gente usa. E esse material aqui, você pode pegar, pode tirar foto com ele”. E continua: “O museu é um espaço onde você, além de contar a história, você vive a história. [...] Ele é troca de sensações, sentimentos” (Auricélia Mercês).

Há ainda um espaço expositivo dedicado à saudade, é a Sala das Recordações, que mostra fotos e objetos vindos do Maranhão, principalmente a partir do modo como a família vivia lá: “Aqui eu quero apresentar a vocês o tipiti. Tem gente que chama tapiti. O tipiti é uma forma bem tradicional, [...] um dos utensílios de se fazer farinha d’água. A mandioca fica de molho e, depois de descascada, ela é colocada aqui” (Auricélia Mercês). Nessa sala, o trabalho árduo de Dona Rosa Padilha como quebradeira de coco no Maranhão também é lembrado.

O museu realiza apresentações de dança do bumba meu boi em diversos locais da cidade, já ofereceu oficinas de artesanato, capoeira e jiu-jitsu e dispõe de uma sala em que é realizado o curso de Cultura Digital, em parceria com o Banco da Providência.

Sobre essa parceria, Auricélia Mercês menciona que falou com eles:

“Olha, há uma procura de jovens, que é tão difícil! Mas está havendo uma procura de jovens, e a gente não tem curso para jovens. [...] Mas esses jovens que estão antenados, como é que a gente podia fazer uma salinha, [...] coisa de informática?” Aí eu comecei com essas indagações. [...] E vem a surpresa: eles falando com a gente que conseguiram apoio do Projeto Luz e que gostariam de colocar aqui no Raízes.

Ela conta que o projeto disponibilizou para a instituição computadores com internet e aulas de informática básica. Depois, os jovens tiveram aulas de fotografia e, no momento da entrevista, estavam tendo aula de redação. Como trabalho final, a ideia é criar um *game* com a história da instituição, como estratégia de alcance do público jovem. “A ideia é misturar tradição, dos antigos, [...] da arte de saber fazer, com esse novo olhar do digital” (Auricélia Mercês).

Por fim, ela fala da importância do Curso de Gestão, realizado também através da parceria com o Banco da Providência. “Quando eles chegaram aqui, eu falei assim: ‘A gente quer, em contrapartida, um curso de gestão’” (Auricélia Mercês). Dessa forma, pretendem concorrer a editais maiores, para que consigam remunerar a equipe do museu.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento conta com a participação ativa da comunidade:

Eles falam assim: “a nossa festa, o nosso arraiá”. Então, eles têm a questão do pertencimento com o arraiá. [...] Eles ajudam a gente do começo até o final, na festa, e vêm vestidos de caipira. [...] A gente faz barraquinha de palha, e tudo que o morador vai trazer, ele não é vendido, ele é confraternizado. Dá um determinado horário, a gente confraterniza, porque há troca na confraternização (Auricélia Mercês).

Questão muito valorizada no espaço é “a arte do saber fazer, [...] o que você aprendeu de pai para filho” (Auricélia Mercês).

Isso fica claro nas atividades oferecidas pelo museu e através da valorização dos mestres da cultura popular, que tem seus nomes citados nos espaços da casa: Ateliê Mestra Rosa, em homenagem à mãe, e Espaço Mestre Zé, em homenagem ao pai dessa família maranhense, protagonista também da luta pelo direito à moradia e à cidadania.

Auricélia lembra do pai,

que nos impulsiona a continuar esse legado. Então, esse acervo em memória... Ele é o patriarca de toda a história. [...] Antes de falecer, semanas antes, ele falou assim: “Ó, os mamoeiros estão muito tristes, não vão resistir. Ó o olhinho dele como está afinando... Eles vão morrer”. Ele falou: “Eu já molhei, eu já botei adubo, eu estou vendo que eles não vão resistir. É o sol”. Ele falou: “Vai chegar o verão, eles estão muito fraquinhos, o solo já não está mais dando... Porque o mamoeiro dá, às vezes, o mamão o ano inteiro, o ano inteiro, inteiro...” (Auricélia Mercês).

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A distância em relação à região central da cidade e o abandono do poder público fazem com que a zona oeste tenha dificuldade de acesso ao financiamento das políticas culturais. Apesar da articulação e militância de iniciativas culturais locais, o distanciamento — físico e simbólico — é grande.

Luiz Vaz, parceiro do museu e coordenador de projetos da Casa da Rua do Amor, fala sobre o esquecimento da zona oeste: “A gente foi desertificado culturalmente nesta região. Até hoje o Rio de Janeiro, ao falar da zona oeste, fala de um total desconhecimento, e ainda tem um certo *glamour* em dizer que não se conhece nada para cá, no entanto é uma vida latente, pulsante” (Luiz Vaz).

O Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento tem parceria com espaços culturais locais, como o Centro de Artes Casa da Rua do Amor, em Santa Cruz, o Foco Escola: Fábrica de Atores Sociais, em Campo Grande, e o coletivo Mulheres de Pedra, em Pedra de Guaratiba. “A gente vem nesse legado de pessoas que lutam, que sonham, que não desistiram” (Auricélia Mercês).

Algum fato curioso, único?

Auricélia conta que a *Burrinha*, uma das peças que compõem o museu, foi trazida do Maranhão de avião pelo pai e que nenhum táxi se dispôs a levá-la do aeroporto até Bangu. Ela lembra, rindo: “Quando a gente desceu na ilha, perto do ponto, quando chegou o ônibus, eu fui correr com o boi... Todo mundo correu. Saiu todo mundo correndo, e eu correndo para pegar o ônibus, e todo mundo correndo na minha frente”.

O nome Raízes de Gericinó significa as raízes do Maranhão trazidas ao Rio de Janeiro, a Bangu, já que Gericinó é o local em que o museu está inserido.

Museu do Horto

Juliana Veia

Resumo da iniciativa

As pessoas têm muito sentimento de pertencimento local, até porque a gente está aqui há gerações.

Emerson de Souza

O Museu do Horto teve início em 2010, tendo sua criação sido estimulada pelo Programa Pontos de Memória (IBRAM). Sua missão desde então é salvaguardar os patrimônios materiais e imateriais da comunidade tradicional do Horto Florestal, legitimando o direito de moradia das famílias que vivem lá.

De acordo com Emilia Maria de Souza, coordenadora do museu e moradora do Horto desde os 3 anos, o Museu do Horto é um instrumento de luta. “O maior patrimônio que a comunidade tem é a memória” (Emilia). Esse sentido de resistência fica evidente quando conhecemos a história de seus moradores mais antigos, que receberam os terrenos do Ministério da Fazenda para trabalharem no Parque Jardim Botânico.

O discurso de que esses moradores seriam invasores do território do Parque Jardim Botânico é incoerente com a própria história de ocupação da região. Ainda assim, das 621 famílias moradoras do Horto, 521 estão na área de litígio, segundo afirma em entrevista Emerson de Souza, nascido no Horto e também coordenador do museu. Sua família mora há 60 anos no local.

Em 2005, o Instituto [de Pesquisa do Parque Jardim Botânico] avançou em direção às casas do Horto. Na

tentativa de reintegração de posse, a Polícia Militar levou ao local tropas de choque e atiradores de elite para acompanhar a atuação do oficial de justiça e gerou a hospitalização de cinco pessoas e a morte de um morador.⁵⁵

Atualmente, existem 215 processos para a remoção desses moradores. Sobre essa questão, Emilia Maria de Souza conta:

O prefeito não nos atendeu nunca, o superintendente também não, [...] mas, o que acontece, eles estão em parceria com o Governo Federal e com o Jardim Botânico, fazendo um projeto para “solucionar” a questão fundiária da comunidade do Horto. E aí, onde é que está a nossa participação? Quando é que nós vamos ver o que está sendo planejado? [...] O resultado final vai ser enfiado goela abaixo?

Realmente, não há como não compreender todo esse processo de ameaça de remoção como uma questão política. De acordo com Emerson de Souza,

Em 2009, 2010, a gente teve um governo que se atentou para a nossa causa e até começou a fazer um projeto de regularização fundiária no Horto Florestal. A Secretaria de Patrimônio da União, junto com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo [da UFRJ], elaboraram, [...] mas esse projeto não avançou, porque logo na sequência mudou o entendimento dos próprios representantes que estavam no processo.

O objetivo desse projeto era remanejar, no próprio Horto, as famílias que tinham suas casas na área de

55 Disponível em: <https://www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?cod=479&uf=33>. Acesso em: 09/10/2017.

litígio, evitando a remoção para outra localidade. Emilia Maria de Souza conta que a comunidade aceita o remanejamento, mas não o despejo. Ela interroga ainda sobre a diferença no tratamento, de acordo com as localidades de proteção ambiental em questão:

Por que tem um tratamento diferenciado para morador de comunidade que mora nessa área de comprometimento ambiental, [...] enquanto o morador de alto poder aquisitivo tem todas as regalias? Isso tem que ser mudado. Se um não pode, o outro também não pode. Se um é penalizado, o outro também tem que ser (Emilia Maria de Souza).

Antes da criação do museu, já eram realizadas atividades de preservação da memória do Horto, através de entrevistas com os moradores. O projeto Memórias Brincantes foi desenvolvido em parceria com a

Escola Municipal Capistrano de Abreu, durante o ano 2000, aberta a crianças da comunidade do Horto, como um desdobramento da Brinquedoteca Carretel de Folia. O projeto gerou o livro *Memórias brincantes ou histórias saltimbanças* e dois vídeos que registraram o trabalho, que se estendeu além dos muros da escola e ganhou as ruas do Horto.⁵⁶

Também foi produzido o livro *Cacos de memória*, realizado em parceria com a ONG Ler & Agir.

Desde 2006, contam com oficinas de costura e cerâmica gratuitas que têm o intuito de contribuir para a geração de renda da comunidade. Já foram realizadas exposições com as peças criadas a partir das oficinas e

56 Disponível em: <http://www.museudohorto.org.br/Projetos>. Acesso em: 05/10/2017.

exposições referentes à história do Horto. Aulas de capoeira também já foram oferecidas.

Em 2017, iniciaram o projeto A Participação das Mulheres na Construção do Território, realizado através do Edital Territórios Culturais, da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, e do financiamento da Light. O objetivo era “registrar as narrativas das mulheres sobre sua participação na construção do território da Rocinha e do Horto Florestal, gerando acervo para o Museu Sankofa Memória e História da Rocinha e para o Museu do Horto Florestal”, de acordo com Inês Gouveia, coordenadora do projeto, junto com Antônio Carlos Firmino (articulador do Museu Sankofa da Rocinha) e Emerson de Souza (articulador do Museu do Horto). O projeto tem ainda o intuito de produzir um livro para divulgar essas narrativas femininas.

No *site* do Museu do Horto é possível ter acesso a projetos e notícias, além de um amplo acervo de documentos históricos, fotografias, mapas e depoimentos de moradores. As visitas guiadas pelas trilhas do Horto Florestal proporcionam ao visitante conhecer *in loco* a história do bairro e os problemas enfrentados pela comunidade. Pela trilha do Capim Milagroso, que liga a região do Horto ao Parque da Cidade, segundo Emerson de Souza, eram colhidas ervas medicinais para tratamentos de cura natural.

Ainda sobre as trilhas históricas da região, Emerson conta que, quando criança, chegou a encontrar ferros e grilhões, que remetem à época da escravidão, e que:

Todo o aqueduto foi feito por escravos. [...] O Instituto do Jardim Botânico passou cimento por cima e pintou de branco. É bem a simbologia que eles gostam de usar para poder apagar a memória negra local. [...] O próprio Solar da Imperatriz: de onde eles tiraram que isso aqui era solar da imperatriz? Isso aqui na verdade era a sede

do Engenho. [...] Você nunca liga ao local de escravidão (Emerson de Souza).

O museu sempre funcionou junto à sede da Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR). Apesar disso, Emilia Maria de Souza fala da importância para o museu de ter um CNPJ independente:

Penso que é urgente desatrelar o CNPJ da Associação de Moradores e do Museu do Horto. [...] Hoje nós estamos aqui tendo entendimento e respeito para fortalecer o Museu do Horto, mas daqui a pouco não estamos mais. Então, a gente tem que ter essa preocupação de estar desvinculando.

De 2010 a 2013, o museu estava localizado no Clube Caxinguelê, espaço de sociabilidade da comunidade, mas uma ação jurídica em favor do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico impediu que eles permanecessem no local. Emerson de Souza conta que ficaram sem sede de 2013 a 2016, quando ocuparam uma casa vazia, onde hoje funciona o museu e a associação.

Emilia Souza entende a ocupação de forma simbólica:

Tomamos a decisão de ocupar esse espaço para evitar que a especulação imobiliária dominasse. A pessoa que morava aqui era uma pessoa maravilhosa. [...] Ele vivia aqui muito sozinho. Esse senhor então adoeceu. [...] Um tempo depois, nós soubemos que Seu Reinaldo tinha falecido. [...] Algum tempo depois, chegou ao nosso conhecimento que a casa estava sendo anunciada para aluguel. [...] Então, nós resolvemos ocupar a casa. Dessa forma, a gente evitou que um espaço dentro do nosso território fosse atingido pela especulação imobiliária. [...] Entre o capital e o social, para nós, o que tem valor é a área social (Emilia Maria de Souza).

A esse respeito, Emerson explica:

A princípio, aqui é um espaço federal, que foi loteado para que as famílias dos trabalhadores do Parque Jardim Botânico e do Parque Nacional da Tijuca viessem morar. Como a gente está em área federal, não se pode nem alugar nem vender os imóveis porque tem uma concessão diferenciada (Emerson de Souza).

Diante das necessidades da lua pela permanência, há a dificuldade de conseguir reunir a equipe do Museu do Horto, inclusive para encontrar formas de captar recurso. Como o museu não tem renda nem equipe fixa, afirmam ser difícil manter a frequência de suas atividades.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Atualmente, a equipe do Museu do Horto conta com aproximadamente seis pessoas, mas Emerson de Souza enfatiza que “a equipe, na verdade, não tem uma estrutura fechada. A gente entende que qualquer morador do Horto pode fazer parte da equipe, depende da disponibilidade de cada um. Em épocas diferentes a gente tem essa renovação”.

Dessa forma, a comunidade é vista como articuladora e gestora em potencial do museu. Além da participação em suas atividades, ela também contribui com a preservação da memória do Horto Florestal na medida em que disponibiliza objetos familiares, fotografias e documentos para serem registrados e digitalizados, viabilizando seu acesso virtual através do *site* do museu. Todos os objetos, fotos e documentos são devolvidos posteriormente às famílias.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A comunidade já foi reduto da cultura negra, sendo rota de fuga e local de mocambos; alguns de seus descendentes permaneceram em partes específicas do Horto e vivem lá até hoje. [...] Havia na comunidade um centro da cabocla Jurema, terreiros de candomblé e umbanda, principalmente na localidade Grotão. Esses centros foram deixando de existir na medida em que a região foi sendo ocupada pelo Serpro [Serviço Federal de Processamento de Dados] no ano do golpe militar de 1964. Antes disso, o Grotão era “uma grande roça” e abrigava também um cemitério de escravos.⁵⁷

Devido às ameaças de remoção e aos conflitos que a comunidade do Horto Florestal está vivendo, ela foi incluída em 2013 no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Algum fato curioso, único?

De acordo com a historiadora Laura Olivieri:

O Horto Florestal foi habitado desde 1578, quando o Engenho d’el Rey — depois chamado de Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa — iniciou suas atividades ali. Algum tempo depois, já no século XVII, foi construída a sede da casa de engenho, uma estrutura de pé até hoje (embora em ruína) que nos revela detalhes de sua

57 Disponível em: <https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?cod=479&uf=33>. Acesso em: 09/10/2017.

estrutura original, erguida aos moldes do tipo ideal consagrado por Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala*.⁵⁸

Dessa maneira:

A comunidade do Horto Florestal possui uma história tão antiga que remonta ao início do processo de colonização do Rio de Janeiro. [...] Em 1808, D. João VI desapropriou o Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, de propriedade de Rodrigo de Freitas, para a construção de uma fábrica de pólvora. Alguns meses depois, fundou o Real Horto (que hoje é o Instituto Jardim Botânico). Para tais empreendimentos, houve uma segunda onda populacional, pois os trabalhadores da fábrica e do parque foram convidados a residir nas proximidades do trabalho. [...] Com o advento da República e seus projetos de industrialização surgiram as fábricas de tecidos na região, como a famosa América Fabril. Delas decorreram as vilas operárias, um casario bastante emblemático do início da história operária no país e localmente conhecido como Chácara do Algodão. Essa foi a terceira onda de ocupação pelos habitantes do Horto. Durante anos, os moradores do Horto vêm cuidando desta localidade como extensão de suas vidas, impedindo, inclusive, a implantação de projetos de grande impacto sócio-ambiental, como a construção do cemitério Santa Catarina de Siena (de iniciativa do então governador Carlos Lacerda) e de um conjunto residencial do BNH, de 35 blocos de 6 andares cada, ambos projetos da década de 1960 para a região.⁵⁹

58 Disponível em: http://www.museudohorto.org.br/Casa_Grande_e_Senzala?locale=pt-br. Acesso em: 09/10/2017.

59 Disponível em: http://www.museudohorto.org.br/Hist%C3%B3ria_do_Horto. Acesso em: 09/10/2017.

Cerro Corá Moradores em Movimento

Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

O coletivo Cerro Corá Moradores em Movimento iniciou suas atividades em 2013, época em que diversas remoções estavam sendo realizadas nas comunidades do Rio de Janeiro, fato que influenciou jovens integrantes da comunidade Cerro Corá a unir os moradores frente aos problemas enfrentados coletivamente no cotidiano da favela. As primeiras reuniões do grupo ocorrem em becos, ainda sem noção do que se tornaria a iniciativa nos anos seguintes. Desse processo surgiu a ideia de um museu, e o projeto Memórias do Cerro Corá, embrião do museu comunitário, foi criado.

O objetivo do grupo, na época da criação, era o de “fortalecer a memória da favela, da importância da favela como combustível da cidade — a cidade só funciona porque a favela desce para trabalhar, ela é a engrenagem que faz a cidade funcionar —, fortalecimento da memória para as pessoas se olharem e se entenderem como um papel importante nessa sociedade”, conta André Martins, integrante do grupo.

A primeira atividade pensada pelo grupo foi a realização de uma exposição fotográfica com fotos antigas. Os moradores participaram direta e indiretamente de uma forma intensa, tendo sido o recolhimento de fotos um processo catalisador na comunidade. Alguns moradores

achavam que museu era coisa de rico e que a ideia do grupo que estava à frente do projeto não iria dar certo, mas moradores mais antigos e referência na comunidade, como a Dona Sulica, apoiaram essa ação, influenciando as pessoas a darem fotos e contando histórias sobre as fotografias que os próprios donos não conheciam. O recolhimento das fotos foi feito de casa em casa. Elas foram digitalizadas e devolvidas aos moradores, criando, assim, um acervo digital do museu. Com o dinheiro de rifas realizadas para a obtenção de recursos, foram feitas as ampliações das fotos em tamanhos de 15x20cm e 20x25cm. A primeira exposição foi apresentada na quadra e foi um sucesso, com mais de 700 assinaturas no livro de visitantes.

Durante a exposição um fato emocionante foi a descoberta de uma foto do irmão de uma visitante, moradora da comunidade. Ele havia morrido no tráfico, e a família não possuía mais nenhuma foto. Esse ocorrido evidenciou para a iniciativa que a memória dos moradores despertada por aqueles objetos é única e extremamente relevante no processo da exposição e de ressignificação da história da comunidade. “Construção da nossa história, dita por nós mesmos”, diz Ricardo Rodrigues, integrante do grupo.

Durante a criação, o movimento teve diversos apoiadores, como ex-integrantes da associação de moradores, fora de atividade na época, moradores antigos e da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, que o grupo conheceu através do morador Isac, ex-aluno de museologia do professor Mario Chagas, e de cujas reuniões o grupo começou a participar nessa época.

Para a organização da próxima exposição está sendo organizado um *coffee break* para o qual foram convidadas as senhoras que participam da ginástica na comunidade.

Cada uma levará uma foto ou álbum de fotos que remetem ao passado dela, da família, da casa, ou que tenha alguma relação com as pessoas da comunidade. Eles observaram que a maioria dos moradores já conhece o processo do museu e já pode fazer o convite, em vez de ir de porta em porta.

Na sede também funciona uma biblioteca comunitária que nasceu das doações recebidas de livros. As crianças são o principal público, e são realizadas contações de histórias. “E começou a chegar as crianças ocupando o espaço, vindo nas atividades, viraram leitoras, algumas crianças aprenderam a ler com a gente”, conta Ricardo Rodrigues. Outra demanda que surgiu foi a criação de um pré-vestibular comunitário, criado em 2016, para garantir a inserção das pessoas da comunidade na universidade pública. E o grupo ainda realiza o Cine Morrão, cineclubes com filmes com diversos temas que suscitam importantes debates entre os moradores.

As reuniões de organização do movimento acontecem uma vez por semana na associação de moradores, local que abriga o museu e a exposição de fotos. Na reunião, as ações são discutidas e um planejamento anual é realizado. As propostas são tiradas de forma coletiva, e as funções são distribuídas de acordo com a disponibilidade e a afinidade de cada integrante do grupo.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O museu surgiu da vontade da comunidade de reafirmar sua memória e identidade, sendo usado como uma ferramenta de luta dos moradores frente aos problemas enfrentados no cotidiano. Os integrantes contam que, como a associação de moradores não estava ativa, os participantes do museu ficaram como referência, e os

moradores vinham com demandas como lixo abandonado, falta d'água, esgoto a céu aberto, falta de luz, esculacho da polícia etc., ou seja, as lutas e dificuldades vividas.

Acho que, quando a pessoa pega uma foto antiga e coloca ali para as pessoas do próprio local se enxergarem [...] naquela imagem, ela volta no tempo e pensa e repensa o que aconteceu e o que o transformou naquele lugar, naquele local, naquele território. O que isso mudou nela, em si. [...] O museu tem essa missão, esse objetivo de fortalecer a identidade, de trazer ela para o momento único de reflexão (André Martins).

Além disso, os moradores antigos que representam a história local são vistos como patrimônio pelas pessoas da comunidade. A exemplo disso, rostos de moradores e ex-moradores que tiveram alguma importância na luta do local estampam os muros da favela. Alguns nomes, como Seu Mociano, morador que trouxe a água e a luz de forma alternativa, sem ajuda do Estado, Seu Djalma Castro, um dos presidentes da associação de moradores, Dona Sulica, são figuras emblemáticas. “Não acredito em heróis com placas de nomes de rua, mas nossos heróis são Seu Mociano, Dona Sulica, esses são os nossos patrimônios, vivos, reais, materiais, imateriais, eternos”, completa Ricardo Rodrigues.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A iniciativa Memórias do Cerro Corá — Moradores em Movimento está situada na comunidade Cerro Corá, no bairro do Cosme Velho, na zona sul do Rio de Janeiro, com cerca de 3 mil habitantes. Remontando a uma ocupação do início do século XX, ali ficava uma fazenda de

ex-escravos e coincidiu com a urbanização da região, onde as populações mais pobres foram deslocadas para áreas que não tinham valor de mercado. Apesar de estar perto de nascentes de rios, a comunidade sofreu muito com a falta de água e teve sua primeira caixa d'água feita pela primeira e única mulher presidente da associação de moradores, Dona Rose.

Algun fato curioso, único?

É interessante ressaltar que o grupo criou, para seu sustento, um projeto de financiamento coletivo, também conhecido como *crowdfunding*. Ele foi hospedado no *site* Benfeitoria em 2016 e arrecadou 12 mil reais. Eles relatam que não sabiam que tinham tantos amigos, apoiadores, pessoas que olhassem para o grupo e pudessem ajudar. Com esse dinheiro, foram possíveis alguns investimentos em estrutura e material para realização das atividades.

Museu do Samba

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

A gente tem o Museu do Samba como aliado para que essas memórias subterrâneas discutam com a história oficial.

Desirree Reis

O Centro Cultural Cartola — instituição que abriga o Museu do Samba — foi fundado em 2001, na Mangueira, pela família de Cartola, sobretudo pelos netos Pedro Paulo Nogueira e Nilcemar Nogueira, a partir da “rede de relações estabelecida pela grande líder Dona Zica”.⁶⁰ Nilcemar Nogueira dirigiu a instituição até dezembro de 2016, quando foi convidada a ser secretária municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

A instituição, que desde 2003 “ocupa uma área de sete mil metros quadrados, em prédio desativado do IBGE, cedido pelo Ministério da Cultura”,⁶¹ “visava [...] preservar a memória do grande Cartola, o grande ícone do samba brasileiro”, de acordo com a atual diretora executiva do espaço, Nilcea Freire. Ela relatou ainda, em entrevista, que desde o início o intuito era tê-lo como inspiração, ampliando o escopo para “capturar a história do samba carioca e do samba brasileiro”.

60 Disponível em: https://www.facebook.com/pg/centroculturalcartola/about/?ref=page_internal. Acesso em: 22/11/2017.

61 Disponível em: https://www.facebook.com/pg/centroculturalcartola/about/?ref=page_internal. Acesso em: 22/11/2017.

Desirree Reis, gerente técnica do Museu do Samba, conta:

Cartola, enquanto fundador da Estação Primeira de Mangueira, por exemplo, [...] não era valorizado. A sua história não era preservada na própria instituição que o criou, quiçá nos outros lugares e na história do Rio. Então, era uma preocupação [dos netos]: “Não vamos poder deixar com que as próximas gerações não conheçam esse grande compositor, esse grande agente da cultura e da história do Rio de Janeiro”.

Assim, a ampliação da instituição culminou na nomeação e criação do Museu do Samba em 2015, através do

trabalho para registrar o samba carioca, as matrizes do samba do Rio de Janeiro, [como] patrimônio cultural do país. Ainda que considerado patrimônio por todos nós, ele não era titulado na instância federal como um patrimônio. E aí, entre 2005 e 2007, teve todo o trabalho para fazer o encaminhamento com rodas de samba, com seminários, com pesquisas, enfim, para encaminhar ao IPHAN. [...] A partir desse registro, o Centro Cultural Cartola, [como] se chamava na época, que foi o proponente, [...] passou a ser o Centro de Referência da Memória do Samba Carioca (Desirree Reis).

Para essa nova perspectiva, foi necessário

um processo bastante profundo de ressignificação da instituição. Então, isso foi feito com uma dupla de consultores, na verdade, três consultores, que contribuíram para a formatação dessa estrutura que hoje nós chamamos de museu. Isso incluiu não só o desenho do que deveria ser

um museu, o plano estratégico desse museu, mas incluiu também para o desenho desse plano estratégico uma pesquisa que foi feita no entorno e também em outros lugares da cidade. [...] Era uma transformação complexa, porque precisou mudar, inclusive, a cultura da instituição. A cultura de um centro cultural com missão restrita é uma cultura; de um museu que necessita de outros requisitos, é outra (Nilcea Freire).

Uma das primeiras [atividades] é a Orquestra de Violinos. [...] [A ideia era que] através da música clássica, eles tivessem também contato com samba. Eles tocavam Cartola, Nelson Cavaquinho, [...] uma forma de transformar algumas vidas aqui do entorno. Um exemplo que a gente sempre comenta é o Natan Amaral, que foi um aluno da Orquestra de Violinos [que] hoje [...] está em Salzburg, na Áustria, passou em primeiro lugar na faculdade lá e está estudando violino. Então, [...] ele até hoje fala — [...] a gente fez algumas entrevistas com ele — [...] que o museu, na época, o Centro Cultural Cartola, deu a ele o direito de sonhar. Então, acho que a Orquestra de Violinos [...] foi um dos grandes projetos que já mostraram essa missão do museu de transformar e de mudar vidas. [...] E é legal que o Natan é referência até hoje para as crianças que moram aqui (Desirree Reis).

Durante muitos anos, o projeto foi patrocinado pela Petrobrás. Acerca do acervo, Desirree diz que

é feito através de coleções. A gente tem coleções a partir desses sambistas, [...] como a Coleção Cartola, a Coleção Dudu da Portela, a Coleção Wanderley Caramba. Além disso, a gente tem doações, por exemplo, do Roberto Moura, que foi um pesquisador que tem o samba como um

dos seus principais objetos de estudo, e a gente recebeu da família todo o acervo pessoal dele, com livros, com troféus. A gente tem algumas coleções que são em parcerias com as escolas de samba, [...] com doações de pessoas que entregam para o museu. [...] Não só de escolas de samba, mas como as mais variadas agremiações e instituições de samba e carnaval. [...] Acho que vocês viram na exposição lá de baixo que tem essa preocupação de objetos de sambistas. Eu acho que ter essa curadoria compartilhada e ter essa gestão de conteúdo compartilhada com o povo da samba [é fundamental] (Desirree Reis).

Apesar disso, Nilcea comenta:

O que nós temos hoje disponível para os pesquisadores ainda é muito pouco em relação ao que a gente tem como reserva técnica. [...] Porque, evidentemente, todo o trabalho de conservação, classificação, enfim, é um trabalho que precisa de uma dedicação permanente (Nilcea Freire).

Ainda assim, o acervo do Museu do Samba é muito procurado por pesquisadores, já que alguns documentos só existem lá, de acordo com Desirree.

Devido a esse rico acervo, deram consultoria para a Ocupação Cartola no Itaú Cultural, em São Paulo, realizada em 2016,⁶² e para o Musical Cartola. No momento da entrevista, estavam realizando a pesquisa para o Musical da Dona Ivone Lara.

São inúmeras as atividades desenvolvidas com a comunidade focadas no programa educativo. A exposição itinerante pelas escolas do entorno do Morro da

62 Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/ocupacao-cartola>. Acesso em: 22/11/2017.

Mangueira é uma delas:

A gente conseguiu uma parceria muito forte com as coordenadoras pedagógicas, com as professoras, enfim, com toda a comunidade escolar, de modo que até hoje a gente tem visitas desse público escolar, no sentido de buscar o museu como parte da vida deles e um sentimento de pertencimento muito forte. Então, hoje, por exemplo, a gente tem um projeto que é o que está acontecendo lá embaixo, com metodologia griô. E a proposta é: através do Nelson Sargento, que é um grande baluarte, presidente de honra da Mangueira, que as crianças tenham contato com a sua ancestralidade africana e com a história e a memória do Morro da Mangueira e da Estação Primeira (Desirree Reis).

Outro público importante para o museu é a comunidade do samba, que participa através de seminários, rodas de samba etc. O último seminário, intitulado I Encontro de Baianas — Memória, Patrimônio e Identidade, foi realizado com baianas de escolas de samba. Nesse contexto, é importante que “elas consigam hoje reivindicar seus direitos dentro da escola” (Desirree Reis).

Nilcea Freire menciona que

O seminário com as baianas foi um seminário onde claramente se via o empoderamento daquelas mulheres, [...] da sua capacidade de intervir não somente no desfile, mas nos bastidores, [...] dentro das escolas. É para obedecer o carnavalesco ou é para se rebelar? É para aguentar aquela fantasia pesadíssima, que as senhoras já não aguentam mais desfilarem com elas, ou é para chegar ali e dizer: “Olha, se for essa fantasia, a gente não desfila”.

O Museu do Samba recebe turistas holandeses,

poloneses, japoneses e de diversos outros países. Muitos deles visitam o museu periodicamente, participando da ação

Vivência do Samba, [que] proporciona ao visitante conhecer a história do samba e também vivenciar seu ritmo, sua gastronomia e interagir com sambistas que brilham nas grandes escolas do carnaval do Rio de Janeiro. A vivência começa com uma visita, guiada por pesquisadores do museu, às exposições. No *workshop* *Caindo no Samba*, o visitante aprende os passos do samba e a tocar os principais instrumentos de uma bateria, tendo como instrutores experientes passistas e ritmistas oriundos de escolas tradicionais como Mangueira, Portela e Salgueiro. Durante a programação, os turistas veem de perto algumas fantasias que já desfilaram no Sambódromo do Rio de Janeiro em carnavais recentes e podem, ainda, fazer fotos vestidos como foliões. Na etapa final do pacote, é servida uma deliciosa feijoada — prato típico do samba carioca.⁶³

Também já foram oferecidas oficinas de arte carnavalesca, de corte e costura, levando a comunidade cada vez mais para dentro do espaço, além de visitas guiadas às exposições, como a *100 anos do Samba*, saraus, debates, rodas de samba, encontros de mestres-salas etc.⁶⁴

Durante a entrevista, Desirree e Nilcea comentam que a equipe é pequena, frente a tantas demandas, aproximadamente nove pessoas fixas. Desirree contou que fez uma palestra em Porto Alegre e, quando mencionou

63 Disponível em: <https://www.facebook.com/centroculturalcartola/>. Acesso em: 22/11/2017.

64 A publicação *Samba em Revista* está disponível gratuitamente em: http://www.cartola.org.br/Rev_Samba.pdf. Acesso em: 22/11/2017.

a equipe, questionaram: “Mas é isso aí o tamanho da equipe?”. Por isso, as parcerias são tão importantes para o Museu do Samba, como com as universidades, através dos estágios curriculares.

A instituição não possui recurso permanente, contando também com parcerias, a exemplo da Fundação Ford, com algumas atividades cobradas, venda de *souvenir* e editais de fomento à cultura. Foram reconhecidos como Ponto de Memória em 2009 e como Ponto de Cultura em 2008. Nilcea enfatizou ainda que, “enquanto a Nilcemar for secretária de Cultura, nós estamos fora do alcance da Secretaria Municipal do ponto de vista de financiamento, de concorrer a editais” (Nilcea Freire).

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O museu possui um acervo de história oral do samba, onde são arquivados depoimentos de personalidades ligadas ao universo do samba. Desirree Reis relatou que, junto à questão do registro das matrizes do samba carioca, perceberam

a importância de registrar essas memórias orais, essas memórias dessas pessoas que construíram e que são protagonistas dessa história. Então, a gente, em 2009, fez a primeira gravação, e hoje a gente tem aproximadamente 120 gravações de depoentes sambistas, alguns que só têm essa gravação aqui, que já faleceram... (Desirree Reis).

Dar voz a essas memórias — silenciadas no passado —, considerando seu lugar de fala, é fundamental para a preservação do samba enquanto patrimônio cultural imaterial.

Sobre o reconhecimento da importância dessas pessoas, Desirree mencionou o exemplo de Filó, cozinheira de Vila Isabel que disse: “Olha, muito obrigada por ter participado desse projeto, porque a escola [de samba] conseguiu lembrar o quanto eu sou importante”.

Além disso, a valorização cotidiana das opiniões do público pela instituição afirma seu comprometimento com o diálogo e a função social do museu.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A comunidade da Mangueira tem como traço característico a união e o senso de pertencimento provocado pela arte, pelo samba e pela escola de samba ali instalada.⁶⁵

O Museu do Samba compreende a importância da sensação de pertencimento descrita acima — proporcionada pela identificação com o samba e com a história de criação da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, da qual Angenor de Oliveira, o Cartola, foi um dos fundadores — incluindo, portanto, a comunidade em suas ações.

Por isso, Nilcea Freire ressalta:

Nós não podemos entrar por aquela porta ali embaixo e não olhar para os lados. Então, vocês devem ter visto a ocupação do IBGE. Aquele prédio cor de rosa bem aqui ao lado do museu é uma ocupação de muitos anos. [...] E agora, através do trabalho de uma ex-colega aqui do museu que trabalha com a comunidade [que ocupa o prédio] do IBGE, nós vamos finalmente fazer uma atividade conjunta entre

65 Disponível em: https://www.facebook.com/pg/centroculturalcartola/about/?ref=page_internal. Acesso em: 22/11/2017.

o museu e o grupo A Rua É Nóiz [...] no dia 12 de outubro, no Dia das Crianças, para trabalhar com as crianças. É um desafio para a gente: desconstruir essa visão que esse entorno [é] empobrecido, violentado. É uma iniciativa [...] que a gente acha superimportante (Nilcea Freire).

Algum fato curioso, único?

Desirree mencionou que, certa vez, durante a mediação com as crianças na exposição

Uma criança virou para a gente e falou assim: “Tia, [...] samba tem história, não é?”. Aí a gente: “É, tem”. “Que legal essa história! Então, por que que a gente estuda Parnasianismo?”. E aí a gente falou assim: “Nossa! Fez sentido! Não que ela não tenha que estudar Parnasianismo, mas a história do samba faz parte da vida dela”. [...] E aí a gente vê o quanto isso é importante, o samba, como ferramenta para entender essa identidade, para entender essa ancestralidade. É muito produtivo e tem um impacto muito rápido. A gente fala que o *feedback* é muito rápido. A gente já vê, quando acaba uma mediação, o quanto elas entendem, o quanto elas se reconhecem como parte dessa história (Desirree Reis).

O outro episódio curioso, quem conta é Nilcea, se referindo ao seu trabalho no Museu do Samba:

Quando tinha 19 anos, [...] eu estudava Medicina na Faculdade de Ciências Médicas, aqui pertinho. E eu sempre tive um olho aqui nesse Morro da Mangueira. A gente fez uma vez um trabalho sobre o samba e eu tive o privilégio de sentar na varandinha com Dona Zica e Cartola! [...] Mal sabia eu o que ia acontecer na minha vida tantos anos depois (Nilcea Freire).

Casa do Jongo

Luisa Calixto e Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

Casa do Jongo da Serrinha é um ato de resistência, um nome potencial forte. Nossos ancestrais lutaram, batalharam... Essas mulheres guerreiras obt[iv]eram esse espaço aqui na garra, no suor e na luta.

Mestre Flavinho

A Casa do Jongo foi inaugurada em novembro de 2015 pelo grupo tradicional Jongo da Serrinha. Ponto de Cultura situado no Morro da Serrinha, em Madureira, o grupo promove, desde o fim da década de 1960, ações de arte, educação e cultura na comunidade e teve importante papel no reconhecimento do jongo como Patrimônio Cultural Nacional em 2005 pelo IPHAN.

Conforme conta Suellen Tavares, participante do grupo desde a sua fundação enquanto associação, o Jongo da Serrinha surgiu a partir da vontade de Mestre Darcy do Jongo (figura importante para o samba carioca) de propagar o jongo e preservar essa cultura, que estava sendo perdida:

A história do mestre Darcy com o Jongo da Serrinha é exatamente ao contrário. Ele faz de dentro para fora. Geralmente, as coisas são injetadas de fora para dentro — que é o que mais nos incomoda. É... O mestre Darcy [...] tinha muita dificuldade de fazer o jongo aqui na época... — na década de 1960, 1970 — porque o jongo [...] sempre foi uma cultura de mais velhos, dos cabeças brancas. E aí o jongo [...] foi morrendo, os mais velhos não passavam

essa cultura adiante para os filhos, então, as pessoas não conheciam muito o jongo. [...] E a ideia do mestre Darcy era que as crianças da Serrinha tivessem uma formação sobre o que de fato é o jongo, um lugar para se aprender. Então, ele começou levando isso para fora e trazendo as pessoas que ele ia ensinando para dentro.

Tia Maria do Jongo, a atual jogueira mais antiga do Jongo da Serrinha e uma das moradoras mais reconhecidas do morro, conta sobre a inserção das crianças na preservação da memória do jongo:

A vó Maria Joana era a mãe do nosso mestre Darcy. [...] Ele é que era responsável pelo jongo, [ele] é que cuidava, e ela sempre do lado dele, ensinando. [...] [...] Na minha época, criança não dançava jongo, era só velho mesmo. [...] Aí ela pediu a ele: “Darcy, meu filho, você tem que botar as crianças para dançar o jongo, porque, se não, vai ficar em extinção, vai acabar. Porque eu já estou velha, outros jogueiros aí também já está tudo velho, vai morrer, e como é que o jongo vai ficar? Vai acabar. Você bota as criança!”. Ah! Aquilo, para ele, foi uma alegria.

Suellen também explica o caráter familiar que o jongo tem, sendo uma cultura “de quintal”: “cada família tinha o seu jongo, não existia um único grupo. Esse único grupo, o Jongo da Serrinha, ele surge porque as famílias... Eles iam morrendo, então, todo mundo se junta para não deixar a cultura sucumbir.”

A partir dessa preocupação de manter a cultura do jongo viva, por volta do ano de 2001 é criada a associação, que começa a funcionar em sua primeira sede, em um prédio cedido pela Prefeitura no alto do Morro da Serrinha, onde executavam atividades a partir de voluntariado.

Um pouco mais tarde, tiveram que sair desse prédio, e Suellen narra os desafios enfrentados:

E aí a gente teve alguns problemas durante o percurso e a gente teve que sair do prédio e vir para uma casa que era tipo o tamanho desta sala aqui, [...] e ela era super dividida. A sala de dança era tipo metade — esta metade daqui —, que eram dois quartos que a gente teve que abrir. E [...] eram mais de 100 crianças por dia. [...] Era uma casa [...] que, na verdade, era onde a gente usava como biblioteca. E a gente começou a usar essa casa para atender as crianças. [...] E aí a gente ficou nessa casa durante um bom tempo — eu acho que uns quatro anos, cinco anos utilizando essa casa com as crianças. Compramos um terreno abaixo da casa da vovó Maria Joana, que fica na Balaiada, começamos a construir o terreno com dinheiro da gente, de vaquinha, de ajuda de amigos e parceiros... É... Construimos o terreirinho da gente, do Jongo da Serrinha, e é um espaço lindo!

Mesmo com o Terreirinho da Balaiada construído, o grupo ainda buscava um local para a Casa do Jongo. O atual prédio, com sede na rua que leva o nome do célebre compositor da Serrinha Silas de Oliveira, estava fechado a cerca de 15 anos e foi cedido após uma reforma feita pela Prefeitura. Hoje a Casa do Jongo funciona como um espaço multicultural onde toda a equipe é voluntária, como explica Suellen: “O projeto é bem amplo, a gente tem desde [...] aulas de jongo e de cultura popular [...] a reforço escolar. A gente tem aula de matemática, de português e de inglês”. Mestre Flavinho, educador e coordenador da casa, complementa: “As crianças que não se identificam muito com a dança, com a percussão, elas desenvolvem outras atividades aqui dentro da casa também.

Apesar de o projeto estar ativo atualmente, a Casa do Jongo passou algum tempo fechada. Conforme explica Suellen, a falta de recursos e patrocínios impedia o funcionamento dos projetos. Sem luz, sem apoio para as atividades com as crianças, o projeto ia perdendo a qualidade:

E aí tudo isso implicou para o fechamento da Casa do Jongo. E aí a gente fechou, [...] sabendo que não seria definitivo, porque essa nunca foi a nossa vontade, mas [...] muito numa perspectiva de “vamos trabalhar agora internamente para que, quando a gente volte, volte com força total, e essa Casa [...] volte a funcionar do jeito que a gente sonhou”. É... E [...] a boa notícia é que agora, no dia 31 de março, a gente vai fazer a reabertura dessa casa.

Com a casa reaberta, o objetivo para o futuro, como conta Suellen, é continuar com o projeto social. O Centro de Memória da Casa contribui para o contato direto com as crianças: “A gente traz sempre as crianças para esse espaço para poder observar as fotos e contar histórias. [...] Acho que o lugar da memória [...] é esse lugar de encanto e de descoberta”. Tia Maria também destaca a importância de continuar o projeto: “A gente vai correr atrás para ver se consegue, porque a gente não pode ficar com a casa assim, tem que ter as crianças aí”.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Para além da Casa do Jongo e do Centro de Memória, a criação do Jongo da Serrinha enquanto grupo deriva da vontade e do reconhecimento da importância da preservação da memória. Suellen compartilha:

Essa memória, para mim, [...] é construída no dia a dia. É... Quando eu faço um churrasco na minha casa, [...] antes de acabar o churrasco, ou no meio do churrasco, já começa a surgir um tambor daqui, um tambor dali, e aí minha mãe começa a cantarolar, o meu primo já toca o tambor, e aí o outro já está dançando. É... Quando eu chego na Casa do Jongo e eu vejo a Tia Maria dormindo nesse sofá e [...] as crianças todas em volta esperando ela acordar, para ouvir uma história... Eu acho que o processo de memória [...] é muito individual, mas que tem que ser levado pelo coletivo.

Essa construção cotidiana da memória reflete o caráter fundamental do grupo para a preservação de uma cultura imaterial tão rica. Indo além, demonstra a importância de cada indivíduo nessa preservação: “Porque o jongo [...] só existe porque existe a Tia Maria. O jongo [...] só existe porque eu existo, porque a Lazir, porque aquela criancinha existe, e porque existe a Fatinha, e porque existe o Jefinho do Tamandaré, e porque existe a Alessandra de Campinas, Seu Dito Ribeiro existiu algum dia, o mestre Darcy...”.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

Considerado como o berço do samba no Rio de Janeiro, o bairro de Madureira, que abriga o Morro da Serrinha, apresenta uma forte tradição cultural representativa do subúrbio carioca. Para além do jongo, várias manifestações culturais da região são conhecidas e reconhecidas, dentre elas o Baile Charme do Viaduto de Madureira, famoso pelo hip hop e pela *black music*, reconhecido como bem cultural imaterial da cidade do Rio; a Feira das Yabás, tradicional feira de gastronomia e roda de samba; e as escolas de samba do bairro: a Portela e a

Império Serrano. Esta última, com ligação direta com os mestres jongueiros da Serrinha — Mestre Darcy e outros nomes da Serrinha, como Silas de Oliveira, Aniceto do Império, Mano Décio da Viola e Mestre Fuleiro participaram da fundação desta escola.

Algum fato curioso, único?

O Jongo da Serrinha é hoje o único grupo de jongo de comunidade tradicional no município do Rio de Janeiro, como conta Suellen:

A gente hoje tem um monte de universitário fazendo jongo, a gente tem um monte de roda que acontece que me incomoda bastante, porque a gente está falando de recurso público, na verdade, de disputa por recurso público, e, se tratando de uma comunidade tradicional, onde as pessoas [...] têm pouco acesso, [...] disputar com esses grupos acaba sendo meio confuso e até, em certa parte, cruel, porque o acesso que a universidade tem não é o mesmo acesso que a comunidade, [...] muitas das vezes, a própria comunidade não tem nem acesso à universidade.

Museu das Remoções

Juliana Veiga

Resumo da iniciativa

O Museu das Remoções nasceu dos escombros da Vila Autódromo.

Sandra Maria, moradora e articuladora do Museu das Remoções

O Museu das Remoções, localizado na Vila Autódromo, na zona oeste do Rio de Janeiro, foi inaugurado em 18 de maio de 2016 por moradores, ex-moradores e parceiros. A ideia surgiu no processo de remoção da comunidade da Vila Autódromo, que teve início em 2014. Thainã Medeiros, museólogo, ativista do coletivo Papo Reto e apoiador da Vila Autódromo, deu a ideia da criação do museu, que foi abraçada pela comunidade.

A demolição das casas foi motivada pelas obras do Parque Olímpico, a partir de uma política de valorização de grandes eventos promovida pela prefeitura da cidade e da expansão da especulação imobiliária na região da Barra da Tijuca. Eram aproximadamente 700 famílias moradoras da Vila Autódromo; depois desse processo, apenas 20 permaneceram na comunidade.

Com o *slogan* “Memória não se remove”, o museu tem como objetivo manter viva a história dos moradores e ex-moradores da Vila Autódromo, a partir do processo de luta e resistência frente à remoção.

Uma das atividades inaugurais do Museu das Remoções foi a montagem da exposição a céu aberto de sete esculturas que foram feitas a partir dos escombros das demolições, “homenageando a casa da Maria

da Penha, a Associação de Moradores, a Igreja, o espaço Ocupa e a casa da Conceição, a casa da Jane, o parquinho e a casa da Dona Heloísa”.⁶⁶ Essa atividade foi desenvolvida junto aos estudantes de Arquitetura da Faculdade Anhanguera, sob orientação da professora Diana Bogado.

Desde então, já foram realizadas oficinas, seminários, projeção de filmes, festivais culturais e lançamentos de livros. De acordo com Sandra, “o Museu das Remoções tem esse objetivo fundamental que é preservar a memória dessas populações removidas. Através da história dessa memória, a gente consegue evidenciar também os direitos dessa população”. Ainda de acordo com Sandra, “o segundo grande objetivo é servir como instrumento de luta”.

Dona Maria da Penha, também moradora e articuladora do museu, entende que “o Museu das Remoções é importante para levar voz a outras comunidades. Toda favela devia ter um museu para fortalecer a luta do trabalhador”.

Ainda que o museu não possua fonte de renda e que venha contando com apoios voluntários diversos, outros projetos vão ganhando forma e sendo discutidos entre seus articuladores. Um deles surgiu no Curso de Museologia Social realizado pela Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, no âmbito do projeto Redes de Memória e Resistência.

A partir de uma das atividades do curso, Sandra conta que teve a ideia de realizar uma exposição com as chaves das antigas casas que foram demolidas, já que vários moradores e ex-moradores ainda as guardam. É uma maneira de preservar a memória e a história de vida

66 Disponível em: https://www.facebook.com/pg/museudasremocoes/about/?ref=page_internal.

dessas pessoas. Também desejam grafitar o muro que demarca o atual perímetro da Vila Autódromo com a história da comunidade.

O museu conta com muitos parceiros, entre estudantes, professores e pesquisadores, militantes de movimentos sociais e apoiadores estrangeiros. Uma dessas parcerias resultou na exposição de fotos da Vila Autódromo realizada na Califórnia, nos Estados Unidos, sobre o processo de remoção.

A parceria do Instituto Goethe está promovendo a construção de um anfiteatro ao lado da igreja, onde serão realizadas projeções de filmes e outras atividades. Essa iniciativa faz parte do projeto O Futuro da Memória, que vem sendo realizado em sete cidades da América do Sul, conforme página do museu no Facebook.

Outra ação importante que contou com a ajuda de professores parceiros da UFF e da UFRJ deu origem ao Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo. Esse plano foi realizado entre técnicos e comunidade, que elaboraram em conjunto um documento que demonstrava a viabilidade da urbanização da área. Isso foi feito porque o então prefeito Eduardo Paes argumentava que a urbanização não era possível e, por isso, as obras para as Olimpíadas e, conseqüentemente, a remoção seriam realizadas.

A partir desse projeto, a Vila Autódromo ganhou o Prêmio Internacional de Urbanismo “do banco alemão, primeiro lugar no Urban Age Award, em 2013”.⁶⁷ Mesmo assim, o então prefeito não cumpriu a promessa de que realizaria a urbanização, caso houvesse um parecer técnico que comprovasse sua viabilidade.

67 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/moradores-da-vila-autodromo-fazem-ato-prefeitura-lanca-plano-de-urbanizacao>. Acesso em: 10/08/2017.

Sandra comenta a dificuldade de todo o processo de remoção e compara o cenário vivido pelos moradores com a experiência do pós-Guerra, que reproduz condições desumanas: corte de luz e de água, poeira permanente dos escombros, casas sendo demolidas com tudo dentro, ameaças constantes. “Foi como sempre é, parece que eles têm um passo a passo de remoção e vão usando as mesmas pressões psicológicas e as mesmas ações, removendo pouco a pouco toda a comunidade” (Sandra).

Um dos fatos marcantes dessa luta foi a demolição da casa de Dona Maria da Penha no dia 8 de março de 2016 — Dia Internacional da Mulher. No mesmo dia, ela foi homenageada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com a medalha de Mulher Cidadã. Sobre esse dia, ela conta:

Me senti marginalizada, me senti violentada, arrancada da minha casa. [...] O que mais me revolta é que tiraram a minha casa para nada, para virar um estacionamento. [...] A minha casa tinha toda a minha história, eu morava ali há 22 anos. Isso não tem preço. Ao mesmo tempo, eu saí da minha casa de cabeça erguida, porque eu consegui levar até o fim, não me entreguei. Eles derrubaram a minha casa, mas não conseguiram me tirar da minha comunidade. [...] E à noite, eu sou homenageada. A gente perde a esperança achando que não tem ninguém bom, mas eu percebi o amor das pessoas, me senti amada. Fiquei orgulhosa de ver muita gente ali, e todos comigo, junto com a minha luta.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

O acervo do Museu das Remoções é o próprio território, seus moradores, as memórias, os objetos que restaram da demolição e foram ressignificados. A igreja é considerada peça importante do acervo, já que foi construída

pela própria comunidade e é a única construção que resistiu à demolição.

Parte do acervo físico do museu foi doada para o Museu Histórico Nacional, como o relógio de luz da casa da Dona Denise e uma bomba-sapo, utilizada para limpar os sumidouros das casas, sem o amparo do poder público. Para Sandra, o objeto mais importante do acervo doado é um tijolo, que representa o morador não identificado nesse processo de remoção: “É a maioria, são os moradores removidos. Com o passar do tempo, sequer serão lembrados”.

Para Dona Penha, a doação do acervo foi uma vitória: “Lá é um lugar que guarda todas as memórias do país, e nós também fazemos parte da história dessa cidade, do país. [...] É uma forma de levar a nossa voz, de preservar nossa memória”.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

A Vila Autódromo já foi reconhecida como “área de especial interesse social” em governos passados, ou seja, era um local onde só poderiam existir moradias populares. Inclusive, a Secretaria de Habitação era responsável pelos reassentamentos de moradores oriundos de outras favelas. Atualmente, após o processo de remoção, grande parte do seu perímetro urbano serve a um hotel e a um estacionamento privado. Por essa razão, parte da área verde da comunidade foi desmatada pelo poder público.

Museu Marinheiro João Cândido

Luisa Calixto e Nathália Lardosa

Resumo da iniciativa

Parece que a luta dele realmente não acabou. Ficou a família, os militantes da causa e, agora, nós, aqui, tentando perpetuar a memória dele e levar adiante. E o que eu costumo dizer é que o nosso museu [...] não é um tributo a uma imagem, a um homem. O nosso museu é porta-voz de uma luta [...] pelos direitos humanos, pela igualdade racial e tantas outras bandeiras que passam por esse bojo.

Tatiana Melo

Fruto do movimento negro e popular de São João de Meriti, o Museu Marinheiro João Cândido tem como objetivo preservar a memória e a luta de João Cândido Felisberto, homem negro, marinheiro, que liderou o movimento da Revolta da Chibata, importante levante carioca que ocorreu em 1910 contra os castigos corporais que os marinheiros recebiam. Estima-se que na época 80% dos marujos que compunham a Marinha Brasileira eram negros. A proposta do museu não é só preservar a memória desse importante herói nacional, mas também constituir-se como referência histórica da luta pela igualdade racial. Nos anos 1930 João Cândido muda-se para São João de Meriti, onde sua família reside até os dias de hoje, e veio a falecer em 1969, aos 86 anos. O museu foi criado em 2007 pela Prefeitura de São João de Meriti e apenas em 2018 obteve seu decreto de criação.

Como conta Athaylton Jorge Monteiro Belo, Frei Tatá, coordenador-geral do museu, a família de João Cândido reside no município de São João de Meriti, e “o museu nasce dentro do coração da comunidade negra de Meriti, da militância e de uma pessoa muito especial que não está mais aqui” — Zelândia Cândido, filha de João Cândido, já falecida, que dedicou boa parte de sua vida à busca pelo reconhecimento do nome de seu pai. “Ela falava do reconhecimento que o Brasil deveria ter para com esse homem” e, segundo Frei Tatá, para Dona Zelândia, esse reconhecimento deveria ir além do museu.

Já o processo de construção compreende o sonho do museu independente de sua construção física, que nasce dentro do movimento negro da cidade, “ali de 2006 para 2007. A Pastoral Afro se articulando, ouvindo muito a família de modo particular, [...] os anseios da Zelândia Cândida”, conforme narra Frei Tatá. Tatiana Mello, museóloga responsável pelo museu, afirma que hoje um dos grandes desafios do museu é trabalhar com a carência de pessoal. Sendo o museu vinculado à Prefeitura, todos os funcionários são servidores. “Hoje o grande desafio do museu, além de algumas poucas atividades, é de fato consolidar o projeto no sentido do prédio [...] e do plano museológico”.

Pontos convergentes com a museologia social, pontos de identificação

Desde a sua criação, o museu assume um potencial transformador na cidade. “E o que mais a gente precisa em São João de Meriti é impactar vidas. Então, esse museu, junto com essa visão de museologia, pretende impactar vidas, mudar a realidade social mesmo”, afirma a museóloga Tatiana Melo.

Como narra Frei Tatá,

Marinheiro à época era o que pegava no pesado, não é o marinheiro de hoje, sabe? Não é à toa que a maioria são negros. É fornalha de carvão no navio! É igual trem, sabe? Era o trabalho pesado! Sem falar da própria chibatada, sabe? A gente não pensou... Quer dizer, a sociedade não pensou João Cândido para depois transformá-lo em herói, foi as circunstâncias.

A história da vida e da luta de João Cândido se mescla à luta pela igualdade racial no cenário brasileiro. Mesmo entrando para a história como líder da Revolta da Chibata, o Almirante Negro chegou a ser internado em um hospício e, quando foi absolvido pela Marinha, nunca deixou de ser vigiado, não conseguiu outro emprego fixo, falecendo no anonimato.

Pontos de diferenciação, características próprias daquele território

O Museu Marinheiro João Cândido apresenta uma característica muito interessante quanto ao seu surgimento, como órgão municipal da Prefeitura de São João de Meriti, sendo também uma forte reivindicação da sociedade civil.

Alguns fatos curiosos, únicos?

Existe ainda o projeto de um patrimônio arquitetônico que fará parte do complexo do museu conhecido como Casa do Embaixador, localizada numa comunidade chamada Morro do Embaixador. Essa localidade permite a vista para a Baía de Guanabara, que possibilitaria apresentar aos visitantes a admiração que o próprio João Cândido nutria pelo mar. A Casa do Embaixador,

construída no fim do século XIX, tem esse nome porque abrigou um embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo, no século passado.⁶⁸

68 Disponível em: <http://wikimapia.org/24918166/pt/Casa-do-Embaixador>.

Considerações finais

Durante o primeiro diagnóstico realizado pela Rede de Museologia do Estado do Rio de Janeiro (Remus-RJ), relatamos algumas experiências, saberes e práticas acumulados ao longo da trajetória desses 25 grupos visitados no estado do Rio de Janeiro. Ao entrar no território de cada uma dessas iniciativas, imergimos em suas realidades, entendendo as interseccionalidades entre elas, suas convergências com o campo da museologia social e as singularidades que as tornam únicas – museus ou não, todas com vontade de memória e comprometidas com o fortalecimento das identidades locais a partir do patrimônio, seja ele material ou imaterial.

Geração a geração, conectados ou não, esses grupos vêm se movimentando nas periferias da memória rumo à cidadania e à democracia plenas, somando-se a lutas iniciadas pelos que vieram antes de nós, pavimentando esse caminho. Acumulamos uma herança que não é da ordem dos bens e da posse, recebemos de legado dos que nos precederam um patrimônio espiritual passado de irmão para irmão, um fratrimônio⁶⁹ que comungamos com nossos pares, irmanados e comprometidos com a construção de um presente e um futuro mais equalitário.

Hoje, 42 iniciativas compõem a Remus-RJ, 42 museus, grupos, coletivos e indivíduos com sede de memória, que entenderam que os museus, como espaços de poder que são, podem ser ferramentas de potencialização de suas

69 Conjunto de bens que valorizo e partilho sincronicamente com meus amigos e irmãos. Eles e eu produzimos nos mundos objetivos e subjetivos diversos bens e partilhamos esses bens entre nós e com os nossos contemporâneos, produzimos e partilhamos amigavelmente, fraternalmente.

lutas e amplificação de suas falas. Como espaços atemporais de memória, podem atuar também como instrumentos de reparação e de cura, configurando-se como verdadeiros equipamentos de promoção do bem viver. Centrados nas pessoas, esses grupos fazem das demandas das comunidades que integram, do território que habitam e da vida cotidiana demandas a serem tratadas pelos museus e pela museologia social. Tal qual *sankofa*,⁷⁰ apontando para o futuro, esses espaços vivenciam o dinamismo do presente, sem vergonha de retornar ao passado para recuperar as coisas boas que perdemos, muitas vezes encontrando ali soluções para questões contemporâneas, colaborando com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no tempo presente.

Uma vez um poeta nos disse que “a museologia que não serve para a vida não serve para nada”.⁷¹ Credo nele, criamos outros museus e museologias comprometidos com a vida.

Luís Henrique Porto

70 O conceito de *sankofa* (*sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em akan, “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*” pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que se esqueceu”.

71 “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o museu das remoções como potência criativa e potência de resistência” (CHAGAS e BORGADO, 2017).

Os autores

Mario Chagas

Poeta, museólogo, mestre em Memória Social pelo PPGMS/UNIRIO e doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Professor da UNIRIO e dos cursos de mestrado e doutorado do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Lisboa e do Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA. Fundador do Instituto Brasileiro de Museus e do Cadastro Nacional de Museus e um dos idealizadores do Fórum Nacional de Museus. Ex-diretor do Museu da República. Atualmente é pesquisador do Museu da República e articulador-militante da Remus-RJ.

Sarah Braga

Museóloga pela UNIRIO, mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, com ambas as pesquisas sobre museus sociais, e doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. Atualmente é vice-presidente do MINOM e articuladora da Remus-RJ.

Nathália Lardosa

Museóloga formada pela UNIRIO, com experiência teórica e prática na área de museologia social, trabalha e pesquisa o campo desde 2013. Integra o grupo de articulação da Remus-RJ. Atualmente, é uma das produtoras do projeto Rede em Movimento: Memória como Resistência, da Remus-RJ.

Henrique Porto

Graduando em Museologia pela UNIRIO, nasceu em São Gonçalo, Rio de Janeiro. É pesquisador e diretor do Museu de Favela. Também é articulador da Remus-RJ e da Rede

Museologia Kilombola e fundador da Sankofa Produções BR e do Coletivo Museus Para Todos.

Luisa Calixto

Museóloga pela UNIRIO, mestranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pesquisa museus sociais, comunicação museológica, novas tecnologias, web3, ESG, finanças regenerativas e impacto social. Atualmente é pesquisadora na Sherlock Communications.

Juliana Veiga

Gestora, produtora e parecerista de editais de arte e cultura. Mestre em Cultura e Territorialidades (PPCULT/UFF), tem pesquisa em museologia social, rede, memória e identidade. Foi uma das articuladoras da Remus-RJ entre 2015 e 2018, participando como pesquisadora e produtora de seu projeto Redes de Memória e Resistência.

Este livro foi publicado no inverno de
2024. 11 anos da Rede de Museologia
Social do Estado do Rio de Janeiro
(Remus-RJ).

Este livro apresenta na íntegra os relatórios da pesquisa diagnóstica realizada pela Rede de Museologia Social do Estado do Rio de Janeiro (Remus-RJ) entre 2017 e 2018. A Remus, que completou 10 anos em 2023, é formada por iniciativas dedicadas à preservação da memória ancoradas nas práticas da museologia social. A publicação apresenta a relevância dessas iniciativas em um contexto político-social único dos grupos envolvidos. Com o objetivo de fortalecer a cooperação entre os museus e transformar a realidade de suas comunidades, o livro é um importante registro da contribuição da museologia social para uma sociedade mais justa e equitativa.



Rede de Museologia Social
do Rio de Janeiro



ISBN 978-85-68002-11-7



9 788568 002117